

ÔCORREIO

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA



REPORTAGEM

BOTSUANA

País pequeno,
iniciativas pioneiras

DOSSIER

ACP. Crise financeira
Lenta, mas certa

DESCUBRIR EUROPA

Aragão. À partida,
uma região audaciosa

Comité Editorial

Co-presidentes

John Kaputin, Secretário-Geral
Secretariado do Grupo dos países de África, Caraíbas e Pacífico
www.acp.int

Stefano Manservigi, Director Geral da DG Desenvolvimento
Comissão Europeia
ec.europa.eu/development/

Equipa editorial

Director e Editor-chefe

Hegel Goutier

Jornalistas

Marie-Martine Buckens (Editor-chefe adjunto)
Debra Percival

Editor assistente e produção

Joshua Massarenti

Colaboraram nesta edição

Bernard Babb, Maude Dikobé, Sébastien Falletti, Gie Goris, Sandra Federici, Simon Horner, Andrea Marchesini Reggiani, Joshua Massarenti, Dorothy Morrissey e Debbie Singh.

Relações Públicas e Coordenação de arte

Relações Públicas

Andrea Marchesini Reggiani (Director de Relações Públicas e responsável pelas ONGs e especialistas)

Coordenação de arte

Sandra Federici

Paginação, Maqueta

Orazio Metello Orsini, Arketipa, Lai-Momo, Roberta Contarini

Distribuição

Viva Xpress Logistics (www.vxl.net.be)

Gerente de contrato

Claudia Rechten
Gerda Van Biervliet



Capa

Naoya Takahara, *Ilhas e Lagos*, 2008. Cortesia do artista e Sala1, Roma.

Contracapa

Departamento ministerial, Gaborone 2008. © Debra Percival

Contacto

O Correio
45, Rue de Trèves
1040 Bruxelas
Bélgica (UE)
info@acp-eucourier.info
www.acp-eucourier.info
Tel: +32 2 2345061
Fax: +32 2 2801406

www.acp-eucourier.info

Visite o nosso sítio Web!
Onde pode encontrar os artigos,
la revista em pdf
e outras informações

Publicação bimestral em português, inglês, francês e espanhol.

Para mais informação em como subscrever,

Consulte o site www.acp-eucourier.info ou contacte directamente info@acp-eucourier.info

Editor responsável

Hegel Goutier

Parceiros

Gopa-Cartermill - Grand Angle - Lai-momo

A opinião expressa é dos autores e não representa o ponto de vista oficial da Comissão Europeia nem dos países ACP.

Os parceiros e a equipa editorial transferem toda a responsabilidade dos artigos escritos para os colaboradores externos.

Parceiro privilegiado



O Espace Senghor é um centro que assegura a promoção de artistas oriundos dos países de África, Caraíbas e Pacífico e o intercâmbio cultural entre comunidades, através de uma grande variedade de programas, indo das artes cénicas, música e cinema até à organização de conferências. É um lugar de encontro de belgas, imigrantes de origens diversas e funcionários europeus.

Espace Senghor Centre culturel d'Etterbeek

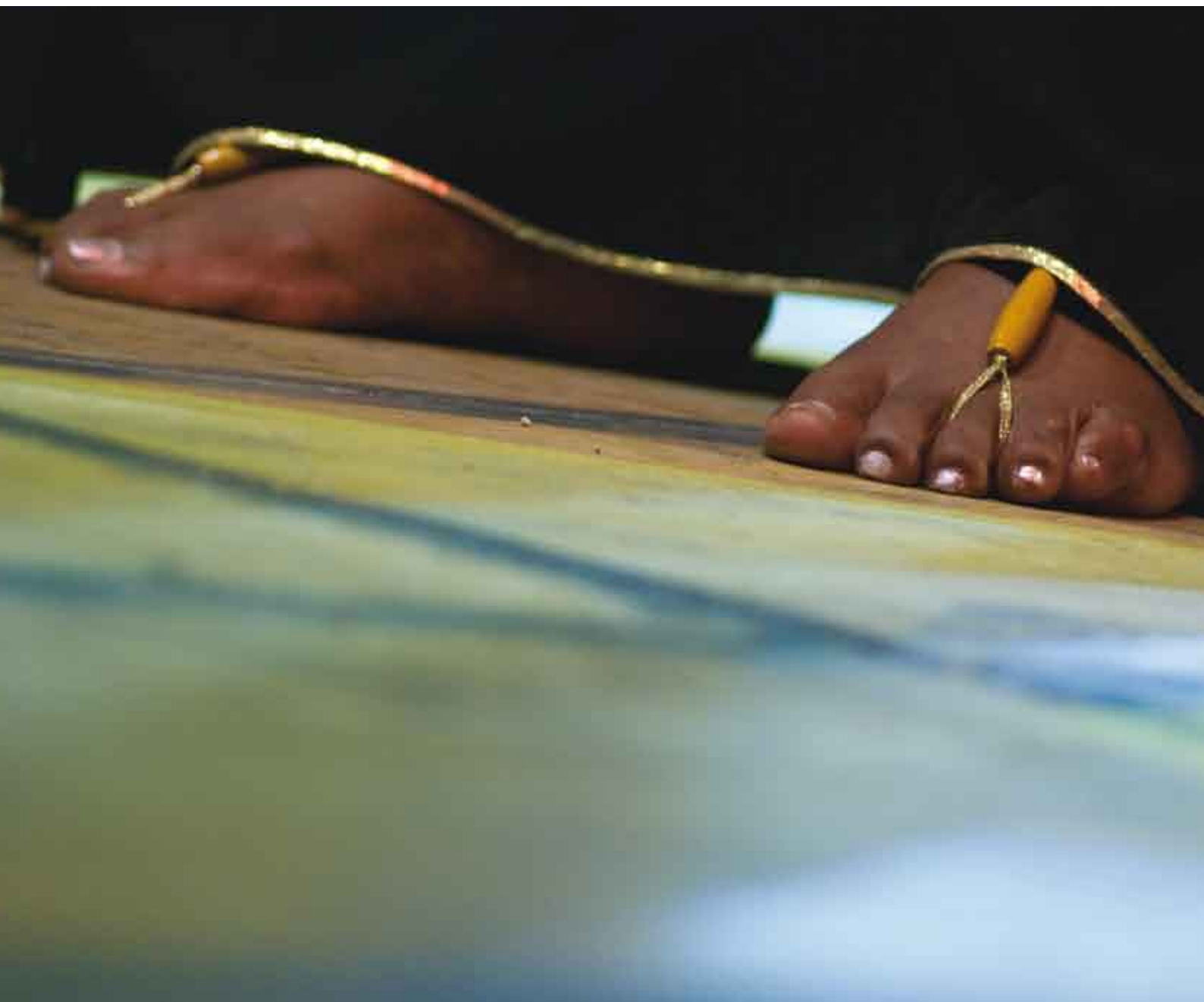
Bruxelas, Bélgica
espace.senghor@chello.be
www.senghor.be

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA

Índice

O CORREIO, Nº 9 NOVA EDIÇÃO (N.E)

EDITORIAL	3	NOSSA TERRA	
EM DIRECTO		O preço “carbono” das florestas	35
Balço de Robert Ménard, fundador da organização Repórteres Sem Fronteiras, sobre a imprensa em África	4	REPORTAGEM	
PERSPECTIVA	6	<i>Botsuana. Além dos diamantes...</i>	
PONTOS DE VISTA		De uma nação com rendimentos baixos a uma nação com rendimentos médios	38
Jornadas Europeias do Desenvolvimento de 2008: juntos em prol do desenvolvimento	11	Não pode existir democracia sem disciplina	40
Ajuda humanitária: solidariedade num contexto diferente	12	O Botsuana sente a necessidade de apoio externo	41
Lidar com as catástrofes por ECHO	13	Oposição solicita mudança democrática e económica	43
Crise política da Bélgica e sua política de desenvolvimento	14	Adição de brilho a diamantes em bruto	44
DOSSIER		O desafio da produção agrícola	45
<i>A Crise. Prejuízos graves para os ACP... e efeitos colaterais positivos</i>		Combater a catástrofe nacional do VIH/SIDA	46
A África pode estar optimista	16	Homicídios por motivos passionais	47
O pior está para vir	19	Pressões frescas no delta do Okavango	50
As principais estâncias turísticas das Caraíbas em depressão	21	DESCOBERTA DA EUROPA	
Pacífico. Ilhas atingidas pelos estilhaços da crise na Austrália e na Nova Zelândia	23	<i>O despertar aragonês</i>	
INTERACÇÕES		Breve resenha histórica de Espanha	52
Jornadas Europeias do Desenvolvimento	24	O Ebro, símbolo de todos os combates	53
Educação: uma prioridade absoluta, relembram os ACP	25	Imigração recente	54
Francofonia. Cada vez menos francófona, cada vez mais activista	26	Trabalhar com o nível local	56
As ONG do mundo inteiro instam a UE a defender uma governança mundial “finalmente democrática”	27	Saragoça, novo pólo de comunicação europeu	57
Fórum Mundial dos Media e Desenvolvimento	28	Da virgem do Pilar a Goya, passando por outras luzes	58
Para sair da dimensão da segurança com a Europa	28	CRIATIVIDADE	
Migrantes: recursos (humanos) preciosos para o desenvolvimento	29	O legado de Miriam Makeba	59
Diversidade cultural	30	Picasso e os mestres africanos	61
COMÉRCIO		Cinema africano. Turismo e património cultural: 40.º Festival de Cinema e Televisão Pan-Africano de Uagadugu (FESPACO)	62
Doha apoia “1% digital”	31	A UE coloca os ACP no âmago da cultura	62
EM FOCO		PARA JOVENS LEITORES	
Dar à cultura Tswana uma visão mundial.		A crise económica	63
Um dia na vida do arquitecto Motswana Moleta Mosienyan	33	CORREIO DO LEITOR/AGENDA	64



Luigi Caterino, *Miriam Makeba no seu último concerto.*
Castelvoturno, Novembro de 2008.
© Luigi Caterino www.luigicaterinophotos.it

Yes, they can!



Sim, os Ganeses puderam fazê-lo! Acabam de eleger Presidente da República o candidato da oposição, John Atta-Mills, com uma margem de apenas 0,5% (exactamente 40.586 votos em 9.001.478 votantes, quer dizer menos que os 90.000 votos nulos), invertendo a vantagem entre as duas voltas. O presidente da maioria cessante reconheceu rapidamente a derrota, levando os observadores a explicarem a razão da normalidade ganesa, que conseguiu cinco séries de eleições sem incidentes desde a transição para o multipartidarismo em 1992, na implantação nacional dos dois grandes partidos políticos, mesmo se cada um está implantado em regiões diferentes, o NPP, a maioria derrotada, nos Akan, e o NDC, a do presidente eleito, na região do Volta, sendo a verdadeira fronteira política situada entre o centro-direita – o NPP – e o centro-esquerda – o NDC. O novo presidente prestou juramento em 7 de Janeiro, um pouco antes da outra investidura em Washington, mas com muito menos pompa e circunstância, para não dizer nenhuma. Em África, não se anunciam os comboios que chegam à hora!...

A crise económica ainda não atingiu fortemente o Gana, que deverá ser uma vítima como outros países em desenvolvimento mais integrados na economia e na finança mundiais. Pelo menos, a fazer fé nos analistas, nomeadamente aqueles que citamos no nosso grande dossiê consagrado à crise económica mundial e nos seus impactos potenciais preocupantes sobre os países de África, Caraíbas e Pacífico, e também sobre os efeitos colaterais positivos, entre os quais a imagem da África, que poderá vir a constituir, ao que se sabe, um bom porto de abrigo para os investimentos, ela que empalideceu durante muito tempo como a *Jangada da Medusa*.

Entre os seus países ricos de promessas encontra-se o Botsuana, que é o tema da grande reportagem deste número e que não brilha só pelos seus diamantes, recurso judiciosamente utilizado para o desenvolvimento, contrariamente a muitas reservas gigantescas de petróleo noutros lados. Este país partilha com alguma equidade as riquezas, porque soubera outrora partilhar a pobreza por se ter dotado de uma democracia socialmente assaz justa. Muitos só conhecem deste país a sua taxa de vítimas da SIDA, desconhecendo que a segurança social assume quase todos os cuidados médicos que são, aliás, de boa qualidade. O sistema educativo é do mesmo nível, com taxas de alfabetização e de diplomados do ensino superior elevadas para um país em desenvolvimento. E são mais elevadas entre as mulheres que entre os homens. Original!

Originais são também as ambições de Aragão, em Espanha, região da Europa que descobrimos e cuja gestão da imigração revela um verdadeiro espírito de abertura. É o berço da arte mudéjar, fusão do Oriente e Ocidente. Alimenta hoje, entre outros sonhos, o de alargar os grandes projectos europeus à construção de um túnel que ligue a Espanha, logo a Europa, à África. Não longe de Picasso, de quem descobrimos também os laços com os seus mestres africanos e com os quais teria aprendido que a arte deve ultrapassar o tempo e o espaço. Que arte?

Hegel Goutier
Chefe de Redacção

BALANÇO DE ROBERT MÉNARD, fundador da organização Repórteres Sem Fronteiras, sobre a imprensa em África

Após a sua saída da RSF e a entrada no Doha Center for Media Freedom

Entrevista de Hegel Goutier

Após a saída da organização Repórteres Sem Fronteiras, que fundou há 23 anos, e a sua entrada à cabeça do Doha Center for Media Forum, criado especificamente para ele, Robert Ménard, que combateu em múltiplas frentes a favor da liberdade de imprensa, analisou para O Correio a situação da imprensa nos países em desenvolvimento, nomeadamente em África. Afirmar estar razoavelmente satisfeito com a liberdade da imprensa em África, mas desgostoso com o nível e os meios da imprensa. Está contente?



Robert Ménard: um veterano de batalhas muito importantes para a liberdade da imprensa.
© Pierre Payan.
Cortesia de Doha Centre for Media Freedom

jornalistas sob a forma de detenções e mesmo de assassinatos. Esta violência é uma forma de homenagem à imprensa, porque não há razão para se atacar a uma imprensa subserviente.

O segundo elemento negativo é a qualidade dos meios de comunicação social. Em muitos países, é impressionante a falta de cânones da imprensa, isto é, a falta de procura e verificação da informação, de comparação das fontes e até de estilo. Isto permite aos detentores do poder – alguns deles não esperam outra coisa – pressionar os jornalistas e encontrar pretextos para a repressão.

O grande problema não terá mais a ver com economia do que com a qualidade?

Efectivamente, a imprensa atravessa uma situação económica grave, em muitos países e nomeadamente em África. A verdadeira publicidade é inexistente. Muitos pagam anúncios para forjarem a lealdade dos jornalistas e não para vender os seus produtos. A questão da qualidade mantém-se. Uma parte do meio profissional comporta-se como uma parte da juventude, isto é, vítima de um sistema educativo sem recursos e à busca de novidades, como, aliás, acontece muitas vezes na Europa. Na Repórteres Sem Fronteiras, deparámo-nos com situações difíceis, defendendo pessoas indefensáveis. Vejamos o exemplo de um jornal dos Camarões que publicou listas de

homossexuais num país onde a homossexualidade é considerada crime. Esta lista não só era falsa, mas também, não menos grave, foi um comportamento imoral e contrário à deontologia jornalística. Procurei usar de habilidades perante o Governo, solicitando-lhe que não os detivesse para não fazer deles heróis.

Acrescente-se ainda a falta de capacidades de gestão de alguns padrões de órgãos de comunicação social. Estas diversas fraquezas são muito mais graves nos países francófonos. Nos países africanos de língua inglesa, as empresas proprietárias da imprensa são, muitas vezes, poderosas, como acontece na África Austral ou na Nigéria. Na imprensa francófona, à parte o Grupo Sud no Senegal, haverá alguma empresa de envergadura?

No entanto, mais do que assinalar as fraquezas, gostaria de realçar que se trata de uma imprensa que vive com dificuldades permanentes, sobretudo económicas, e é isso que explica uma grande parte da sua fraqueza.

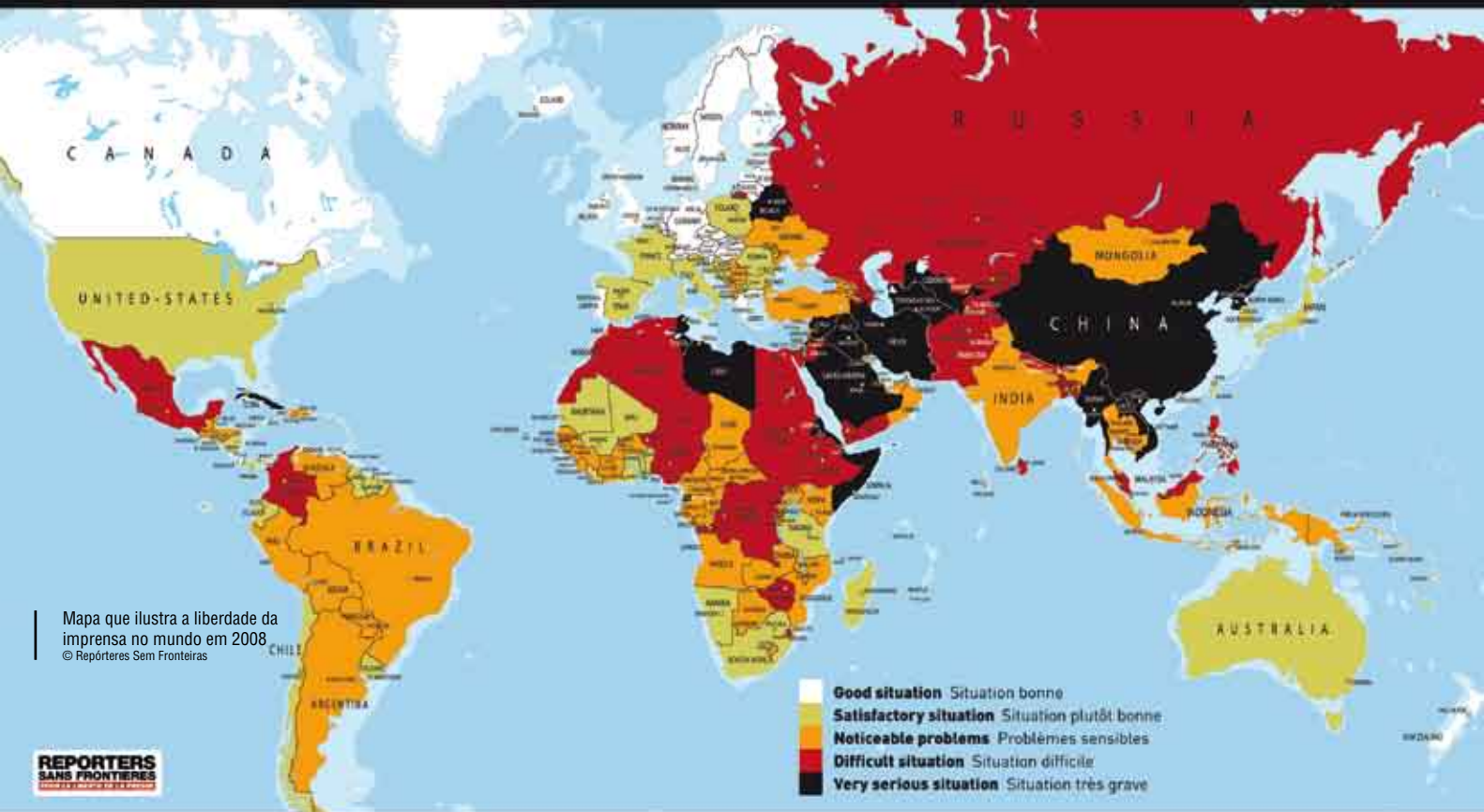
Na sua opinião, pequena economia, logo pequena imprensa. Não se trata, portanto, de uma questão de formação.

Formação? Acredita que os colegas em África, ou em qualquer outra parte do mundo, que tomam atitudes ao arripio da deontologia não o sabem? Conheço órgãos de comunicação

É difícil responder. Há coisas que mudaram, outras não. Há muitos novos títulos independentes e são raros os países sem pluralismo (à parte a Eritreia). Há uma imprensa diversificada, sobretudo no que diz respeito à imprensa escrita, verificando-se mesmo uma evolução sensível na imprensa audiovisual.

Mas, ao mesmo tempo, aumentam as violações da liberdade da imprensa devido a um maior número de intervenientes decorrente do aumento dos meios de informação. Há um recrudescimento da violência contra os

FREEDOM OF THE PRESS WORLDWIDE IN 2008



LA LIBERTÉ DE LA PRESSE DANS LE MONDE EN 2008

social cujos jornalistas não recebem qualquer salário e aos quais os patrões dizem: “peçam àquele de quem falam que vos pague”, o que quer dizer “façam-se pagar por aqueles sobre quem escrevem ou falam”. O que dizer aos colegas que trabalham em situações como estas? Eu ganhei sempre bem a minha vida na RSF ou noutro lado. Por isso, a minha independência nunca esteve ameaçada, mas o que teria feito na sua situação se, cada vez que tivesse que me deslocar para fazer uma entrevista, não pudesse pagar o combustível?

Tem razão, não tinha pensado nisso: pequena economia, pequena imprensa. Voltando à formação, esta tornou-se numa indústria mais útil para os que a difundem do que para os que a recebem. E depois, muitos jornalistas, e eu compreendo-os, recebem estas formações pelas ajudas de custo que são, por vezes, superiores aos seus salários mensais.

Sublinhou a diferença entre a imprensa francófona e a anglófona de África. A que se deve essa diferença?

Creio que a imprensa francófona em África tem a ver com o papel histórico da imprensa em França, que viveu durante muito tempo sob a asa do poder político. Em França, não se investe na imprensa para ganhar dinheiro,

investe-se para ganhar poder, exercer influência, participar nas decisões políticas.

Além da imprensa francófona e anglófona, gostaria de chamar a atenção para a imprensa de língua árabe, que é vítima de outro tipo de problemas. Há um grande atraso da imprensa escrita, compensada por um dinamismo da imprensa audiovisual, que chega mesmo a criar embaraços à imprensa ocidental. O problema está no espantoso abismo entre a percepção dos jornalistas árabes e os do bloco ocidental. Em vez de explicar, cada qual deita lenha na fogueira. Na América Latina, a imprensa adquiriu um nível elevado de qualidade, mesmo se muitas vezes continua ligada à oligarquia. Quanto às Caraíbas e ao Pacífico, o que dizer? Não sei bem. Parto para a cidade das Gonaivas, no Haiti, devastada por ciclones sucessivos.

Vai em missão do Doha Center for Media Freedom que dirige. Como se passou esta sua nova aventura?

Fortuitamente. Durante os vinte anos que dirigi a RSF, atiraram-me muitas vezes à cara os a priori do Ocidente sobre os Direitos Humanos. No ano passado, fui três vezes ao Iraque em missão da RSF, a fim de ajudar as famílias dos 300 jornalistas desaparecidos.

Numa conversa banal, lamentei que as organizações internacionais de defesa dos jornalistas estejam todas sedeadas em países ocidentais e que seria útil que as iniciativas viessem de todo o lado para evitar preconceitos. Um dos interlocutores pediu-me para falar disso à Sr^a Sheikha Mozah, a mulher do Emir do Catar, o que fiz. Dois dias após o nosso encontro, ela contactou-me para me anunciar que tinha falado com o Emir e que ele apoiava o meu projecto. Propôs-me então que assumisse a direcção de uma instituição a criar segundo as minhas ideias. Aceitei com duas condições essenciais: poder trabalhar livremente e poder criticar o Catar. Este país não é um modelo de democracia. A Sr^a Sheikha Mozah comprometeu-se a respeitar as duas condições. Por enquanto não há razão para duvidar da sua promessa. De qualquer forma, se não for o caso, partirei imediatamente. A Sr^a Sheikha Mozah garantiu-me que posso trabalhar livremente, pelo que não há qualquer razão para lhe fazer um processo de intenção. O que eu pretendo dizer, digo-o, e o que pretendo fazer, faço-o. ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; Robert Ménard; Sheikha Mozah; Repórteres Sem Fronteiras (RSF); Doha Center for Media Forum (DCMF); Doha; Catar; Gonaivas; Imprensa; África.

Sébastien Falletti

O DESENVOLVIMENTO não deve ser vítima da crise



Congolezes deslocados internamente aguardam pacientemente à chuva durante a distribuição de alimentos em Kibati, Novembro de 2008. © Les Neuhaus/IRIN

O desenvolvimento não deve ser vítima da crise financeira e económica que se abate sobre o planeta. Em Port Moresby, na Papuásia-Nova Guiné, os deputados provenientes dos quatro continentes tentaram fazer ouvir a voz dos mais pobres, na 16ª sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE (de 24 a 28 de Novembro de 2008). Enquanto os líderes mundiais se activam para responder à tempestade financeira e o espectro da recessão económica se instala, deputados europeus e parlamentares dos países ACP (África, Caraíbas, Pacífico) recordaram a urgência da crise alimentar e a necessidade de honrar os compromissos assumidos em matéria de desenvolvimento.

Numa declaração solene adoptada no fim dos trabalhos, a Assembleia sublinha que a crise financeira não deve servir de pretexto aos Estados-Membros da UE para não honrarem os seus compromissos de consagrar 0,56% da riqueza nacional à ajuda pública ao desenvolvimento até 2010. No momento em que grandes doadores mundiais admitiam os seus receios na conferência sobre o financiamento para o desenvolvimento em Doha (de 29 de Novembro a 2 de Dezembro de 2008) e que certas capitais europeias têm dificuldade

em honrar as suas promessas financeiras, a Assembleia Paritária (APP) quis desempenhar o papel de fiel da balança dando conta das preocupações dos países ACP. “Se as maiores economias mundiais precisam de estabilidade económica, as economias mais frágeis têm, pelo seu lado, necessidade de fiabilidade”, preveniu a co-presidente Glenys Kinnock.

Um apelo acompanhado de uma reivindicação: a de admitir os países pobres, excluídos da Cimeira do G20 em Washington, à mesa das negociações para definir uma nova ordem económica mundial. Tony Aimò, em nome de Wilkie Rasmussen, co-presidente em exercício, solicitou, na sessão de abertura, que lhes fosse concedida mais importância no seio das instituições internacionais.

Para os parlamentares, a resposta à crise alimentar será um teste à vontade de solidariedade dos países ricos. A declaração de Port Moresby apela aos governos dos países ACP e da UE para que consagrem pelo menos 10% das ajudas e das despesas públicas à segurança alimentar.

A precariedade dos países ACP esteve igualmente no centro dos debates sobre as negociações dos controversos acordos de parceria

económica (APE). A Assembleia dividiu-se quanto à oportunidade de assinar os acordos intercalares celebrados com a Comissão Europeia*. Quando há quem, como Glyn Ford**, exorte os ACP à prudência, também há quem, como Jürgen Schröder, defenda a integração rápida dos países do Sul no comércio mundial a fim de incentivar o crescimento económico.

As crises africanas, na Mauritânia e no Zimbabué, sobre as quais foram adoptadas resoluções de urgência, e no Norte do Kivu (província oriental da República Democrática do Congo), foram outro ponto forte da sessão. Louis Michel, Comissário Europeu responsável pelo Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária, alertou contra o perigo de generalização do conflito na região dos Grandes Lagos e apelou a esforços diplomáticos redobrados. Mas muitos parlamentares frisaram a urgência de atacar as raízes do conflito, nomeadamente a questão dos recursos minerais. A protecção dos civis durante as operações de manutenção de paz promovidas pela ONU e as estratégias para a luta contra o trabalho infantil foram objecto de relatórios adoptados pela Assembleia. A próxima sessão terá lugar de 6 a 9 de Abril de 2009 em Praga (República Checa). ■

* Entre os 15 Estados membros do CARIFÓRUM, apenas o Haiti não assinou um APE (acordo de parceria económica).

** Glyn Ford, político britânico, é membro do Grupo Socialista no Parlamento Europeu (PSE).



Centenas de refugiados da República Democrática do Congo tomam autocarros na cidade fronteiriça de Ishasha Uganda/RDC rumo a um campo permanente de refugiados na parte oeste do Uganda. Novembro de 2008. © Glenn Gordon/IRIN

A MAURITÂNIA e as FIJI sob o escrutínio de Cotonu

Debra Percival

As situações internas na Mauritânia e Fiji, pós-golpe, são um teste relativamente ao artigo 96.º da Convenção de Cotonu ACP-UE (2000-2020) que estabelece o diálogo entre os parceiros ACP e UE com um país ACP que se considera estar a violar os “elementos essenciais” do Acordo de Cotonu – direitos humanos, princípios democráticos e Estado de direito. Isto evita a ruptura das relações e impulsiona os parceiros ACP e UE a debaterem o restabelecimento da ordem democrática.

“Os parlamentares ACP-UE condenam a queda do presidente e do governo através das forças armadas na Mauritânia e realçam que as instituições democraticamente estabelecidas devem ser respeitadas”, lia-se numa resolução conjunta de Novembro de 2008 da Assembleia Parlamentar Conjunta ACP-UE em Port Moresby na Papuásia-Nova Guiné. O golpe do general Mohamed Ould Abdel Aziz fez cair. ■

Cimeira do Fórum das Ilhas do Pacífico

Esperava-se que a situação pós-golpe nas Fiji estivesse no topo da agenda de uma Cimeira especial do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) em Port Moresby, Papuásia-Nova Guiné, em 27 de Janeiro de 2009 com a participação prevista do primeiro-ministro, Commodore Frank Bainimarama. Na momento da impressão, as Fiji debatiam no seio do FIP relativamente à expulsão do 16.º membro do agrupamento FIP devido ao seu insucesso em organizar novas eleições no primeiro trimestre de 2009, um compromisso assumido por Bainimarama perante os líderes parceiros das Ilhas FIP em Toga, em Outubro de 2007.

Em Bruxelas, em Novembro de 2008, o secretário-geral ACP, Sir John Kaputin, reuniu-se com Frank Bainimarama, que viveu um golpe em Dezembro de 2006. No seguimento do mesmo, a UE elaborou um conjunto de 13 compromissos com Bainimarama em Abril de 2007 a ser cumpridos para restaurar a democracia, incluindo a realização de eleições em Março de 2009. Bainimarama disse a Sir John ser necessária a elaboração de uma Carta dos Povos (“People’s Charter”) para a Mudança de forma a resolver as políticas injustas dos governos sucessivos das Fiji. Afirmou pretender fazer reformas para criar um campo de actuação para todos os habitantes das Fiji independentemente da raça, etnicidade ou religião. Sir John falou com Commodore Bainimarama sobre a sua experiência como antigo ministro nas negociações com a UE no seguimento de golpes anteriores nas Fiji e disse entender as preocupações da UE relativamente à situação nessas ilhas, demonstrando a sua seriedade em ver restaurada a democracia parlamentar nas Fiji, bem como em outros países ACP.

O secretário-geral afirmou que o grupo ACP se mostra receptivo a apoiar quaisquer planos para fazer o país avançar. “Quanto ao facto de as datas propostas para as próximas eleições serem aceitáveis para a presidência europeia e para a Comissão Europeia é, obviamente, outra questão”, disse Sir John. **D.P. ■**

“A EUROPA sem barreiras” da República Checa

Marie-Martine Buckens

Dupla estreia para a República Checa: assegurar, a partir de 1 de Janeiro de 2009 e durante seis meses, a presidência do Conselho da União Europeia (UE). Mas entra igualmente no clube dos contribuidores para o Fundo Europeu de Desenvolvimento. Até há bem pouco tempo, a ajuda concedida pela República Checa aos países de África limitava-se a dois países: Angola e Zâmbia, ainda que, desde 2000 tenha aberto relações com a África do Sul e participado em operações humanitárias (nomeadamente no Congo e no Ruanda). Esta cooperação alargar-se-á através da sua participação no Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), o fundo destinado pela UE à sua cooperação com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). Um contributo ainda limitado, uma vez que o seu contributo para o 10.º FED (2008/2013) é de 115,7 milhões de euros, quando um país com dimensões idênticas, como a Áustria, contribui ao nível de 546,6 milhões de euros.

Ainda que a cooperação para o desenvolvimento não se encontre no topo das prioridades da presidência checa, o programa para o período de 18 meses elaborado pelos franceses e suecos (respectivamente a anterior e futura presidências) prevê a continuação e o lançamento de acções para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015 e de negociação para a implementação de acordos de parceria económica em África. Para além disso, o mesmo prevê que se avance em vários processos: o alargamento da União para a Bacia Mediterrânica, a implementação do sistema comunitário de asilo até 2010, a elaboração de uma política de migração global da UE e o reconhecimento da existência de uma ligação positiva entre a migração e o desenvolvimento e, por fim, a tomada em consideração, através da ajuda ao desenvolvimento, dos efeitos das alterações climáticas. Por seu lado, a FoRS, a plataforma nacional checa das ONG de desenvolvimento previu várias acções. O eixo principal do seu pro-

grama da presidência assentará na eficácia das organizações da sociedade civil (OSC) e da sua promoção junto do público e das partes políticas interessadas. Entre as outras prioridades do programa da plataforma checa, revelar-se-á a boa governação, a educação para o desenvolvimento, as tecnologias sustentáveis, a migração e a segurança alimentar. ■

Conferência de imprensa para o lançamento do programa cultural da Presidência Checa da UE. © eu2009.cz



Que PAPEL para a UE na SOMÁLIA?

No final de 2008, a Presidência Francesa da UE teceu novas declarações de profunda preocupação sobre a situação na Somália. O papel da UE está nas mãos da nova Presidência Checa desde 1 de Janeiro de 2009.

A decisão do Presidente do Governo Federal de Transição (TFG), Abdullahi Yusuf, de destituir o Primeiro-Ministro Nur Hassan Hussein das suas funções foi “particularmente inoportuna”, lia-se na declaração da Presidência Francesa de 15 de Dezembro, que prossegue afirmando que a decisão “ameaça destabilizar o processo político num momento importante para a Somália e não é coerente com a Carta Federal de Transição”. Acrescentava ainda que “seria inaceitável, por questões de disputas internas, pôr em perigo a prossecução do processo de paz assinado há seis meses, enfraquecendo ainda mais o Governo de transição”, lembrando o regime de sanções então estabelecido pela Resolução 1844 do Conselho de Segurança da ONU contra quem quer que ameace o processo de paz. “A União Europeia, considerada interlocutor neutro, pode desempenhar um papel-chave na reconciliação nacional e no diálogo entre as partes”, lia-se numa declaração anterior da Presidência da UE de 29 de Outubro de 2008.

Na altura da publicação, receava-se o que poderia ocorrer após a retirada prevista de 3000 tropas etíopes anunciada em Janeiro 2009. Das 8000 tropas previstas pela força AMISOM da União Africana (UA), já se posicionaram 2500 a 3000 tropas, principalmente tropas burundianas e ugandesas. Em Fevereiro de 2006, a Resolução 1744 do Conselho de Segurança da ONU autorizou a UA a chefiar a missão. A França treinou dois contingentes ugandeses e burundianos e prestou assistência de transporte ao Burundi. Além disso, a França também lançou uma operação destinada a proteger os navios do Programa Alimentar Mundial (PAM) ameaçados de pirataria – operação ALYCON – a fim de assistir uma parte dos 1,5 milhão de necessitados de assistência humanitária. Ahmedou Ould Abdallah, o enviado da ONU à Somália, organizou conversações urgentes em Dezembro de 2008 sobre a forma de aumentar a força de manutenção da paz na região com a UA e a ONU dizendo que a força AMISOM,

já em Mogadixo, é por demais insuficiente para resistir ao recrudescimento dos combatentes islamistas e nacionalistas. Contudo, o

Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, rejeitou o envio de uma força de manutenção da paz das Nações Unidas. **D.P.** ■



EU NAVFOR Somália: Fragata PSARA, quartel general da força EU NAVOR, Somália, Dezembro de 2008 © credit: EU NAVFOR Atalanta

Operação Atalanta

Lançada em 8 de Dezembro de 2008, a UE deu luz verde ao envio de uma operação militar tendo em vista “contribuir para a dissuasão, a prevenção e a repressão dos actos de pirataria e dos assaltos à mão armada ao largo da costa da Somália (EU NAVFOR), também conhecida como operação ‘Atalanta’”. É a primeira operação naval lançada no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). O Vice-Almirante Philip Jones, que comanda a missão inicial de 12 meses, afirmou numa conferência de imprensa, realizada em Dezembro de 2008 em Bruxelas: “O meu mandato tem por objectivo assegurar a passagem em segurança dos navios do PAM para os portos da Somália. Presumindo que o Estado bandeira seja favorável, teremos autorização para dispor de uma presença armada a bordo desses navios durante o seu trânsito, a fim de garantir a sua segurança enquanto transitam nas águas territoriais somalianas – que foi considerada zona do mais alto risco.” E acrescentou: “Também trabalhamos arduamente para analisar o que se entende por ‘navios vulneráveis’. Especificamente, que tipo de navios e que critérios temos de aplicar para determinar se os navios necessitam de atenção especial quando transitam na costa da Somália.” O Quartel General Operacional é em Northwood, na periferia de Londres, Reino Unido. A missão “Atalanta” deve envolver seis navios, três aviões e 1200 pessoas dos Estados-Membros da UE.

UM CARTÃO AZUL para os “cérebros” do terceiro mundo

No fim de Novembro, o Parlamento Europeu deu parecer favorável ao cartão azul da União Europeia, novo “abre-te, sésamo” para os trabalhadores estrangeiros “altamente qualificados” de que os Estados-Membros da União Europeia carecem.

HISSA NSOLI / P. DE MEERSMAN 2004

A Europa fez as contas: nos próximos dois decénios, deverá responder à escassez de competências, especialmente nos sectores da engenharia e das tecnologias informáticas. Foi neste contexto que, em Outubro de 2007, a Comissão apresentou o projecto de cartão azul da União Europeia. O objectivo? Atrair para a UE trabalhadores altamente qualificados e encorajar a sua imigração criando regras comuns para os procedimentos de admissão, ainda hoje próprios de cada Estado-Membro.

Segundo a eurodeputada Ewa Klant (alemã, Partido Popular Europeu), 50% dos imigrantes qualificados originários do Magrebe partem para o Canadá ou os Estados Unidos, contra apenas cerca de 5,5% para a Europa. Este cartão permitirá, pois, lutar contra a imigração clandestina e competir com os Estados Unidos que atraem a maioria das pessoas qualificadas de países terceiros.

O cartão azul da União Europeia apresentará diferenças significativas

em relação ao cartão verde americano. Em primeiro lugar, o cartão azul não oferecerá residência permanente no país e será válido por dois anos com possibilidade de renovação. Depois, permitirá a livre circulação entre Estados-Membros da União para o titular bem como para os membros da sua família. Por fim, concederá o estatuto de residente permanente após cinco anos. Tratar-se-á, considera Ewa Klant, de uma espécie de autorização de trabalho especial que permite uma imigração legal bem gerida. Os migrantes auferirão uma remuneração mensal bruta que não deve ser inferior a um limiar nacional, que será pelo menos 1,7 vezes o salário médio bruto fixado pelo direito nacional.

“Estamos numa situação de concorrência mundial entre mercados de trabalho” frisou, por seu lado, o eurodeputado alemão Manfred Weber (PPE), acrescentando que o cartão azul será “decisivo para o futuro da inovação na nossa economia”. **M.M.B. ■**

Cuidado! previne Concord

O projecto de cartão azul da União Europeia “pode agravar o êxodo de cérebros dos países em desenvolvimento, com consequências pesadas para certos sectores destes países como a medicina e a educação”, considera, por seu lado, Concord, a confederação europeia das ONG de ajuda de emergência e de desenvolvimento. Para os países em desenvolvimento, acrescenta Concord, o efeito negativo mais importante da migração voluntária para os países desenvolvidos, nomeadamente europeus, é a fuga de cérebros causada pela perda de trabalhadores altamente qualificados. Segundo a confederação, mais de 25% dos trabalhadores altamente qualificados provenientes dos países de África, nomeadamente de Moçambique, Gana, Quénia e Uganda, vivem em países desenvolvidos. Para os países do Pacífico e das Caraíbas, a percentagem eleva-se a 70%. Estas fugas, adita Concord, têm repercussões graves no mercado de trabalho dos países de origem, sobretudo no sector da saúde e da educação, dificultando assim a capacidade destes países alcançarem os objectivos de desenvolvimento para o milénio (ODM), o que é, contudo, uma das prioridades da política de desenvolvimento da UE. A eurodeputada Ewa Klant reconhece o problema: “Devemos evitar recrutar pessoas provenientes de sectores vitais nos países em via de desenvolvimento, como os da saúde e da educação.” Acrescentando, porém, “sem excluir totalmente o recrutamento deste tipo de trabalhadores”.

Debbie Singh*

Golpes de Estado e jornalismo

As mudanças quanto ao papel e à abordagem pelos meios de comunicação social são patentes na cobertura dos quatro golpes de Estado na história de Fiji: os dois de 14 de Maio e 28 de Setembro de 1987, o de 19 de Maio de 2000 e, mais recentemente, o de 5 de Dezembro de 2006.

Em 1987, foi decretado o bloqueio dos meios de comunicação social e das redes de telecomunicações na sequência do golpe de Estado pelo General Sitivenki Rabuka que jogou a carta étnica para justificar os seus golpes de Estado, responsabilizando a tensão racial entre os fijianos indígenas e os indianos migrantes contratados. A informação foi recebida desigualmente pelo público. A par disto, a inexperiência dos meios de comunicação social em situações de conflito significou que a cobertura continha a informação que a ditadura militar queria emitir.

Em 2000, o golpe de Estado de George Speight, um “empresário falhado”, depôs o primeiro governo eleito de Fiji liderado por um indiano, Mahendra Chaudry. Estranhamente, os meios de comunicação social, sobretudo a rádio, asseguraram acidentalmente que George Speight ganhasse a vantagem táctica nesse dia de 2000. Os conspiradores não tinham motivos para ocupar as estações de rádio – elas estavam do lado de George Speight.

Sem o apelo radiofónico de George Speight à nação, o seu golpe de Estado não teria obtido o mesmo sucesso, com vários noticiários, frequentemente contendo informações não confirmadas, emitidos do Parlamento nas três línguas oficiais. A falta de um debate aberto na cobertura das notícias e meios de comunicação social em larga medida jovens e inexperientes resultaram em que não fosse dada grande atenção à compreensão dos efeitos do jornalismo sobre a situação.

O golpe de Estado militar de 5 de Dezembro de 2006 pelo Comodoro

▶ Liberdade de imprensa

Frank Bainimarama e o seu governo fijiano indígena de Laisenia Qarase a pretexto da divisão racial alimentada pelo projecto de lei Qoliqoli de Laisenia Qarase (projecto de lei sobre os direitos de pesca indígenas) e de várias políticas discriminatórias. Soldados armados foram rapidamente colocados nas instalações do jornal diário The Fiji Times e na Televisão de Fiji, para controlar as notícias e os faxes recebidos. Os chefes de redacção recusaram-se a trabalhar com os soldados presentes e decidiram encerrar imediatamente The Fiji Times e a Fiji TV.

Enquanto aliado próximo de Laisenia Qarase, Primeiro-Ministro deposto, The Fiji Daily Post encerrou vários dias depois de ter recebido ameaças, reaparecendo nas bancas em 7 de Dezembro de 2006, embora o jornal noticiasse que os militares tinham impedido o pessoal do Post de assistir às conferências de imprensa.

Um dia depois do golpe de Estado, os militares convocaram uma reunião com os chefes de redacção e, em nome do Comodoro Bainimarama, comprometeram-se a que não houvesse mais censura. Os chefes de redacção também pediram com sucesso que os soldados estacionados nas salas de redacção e no exterior das instalações fossem retirados.

Embora aparentemente a liberdade de imprensa em Fiji se mantenha intacta, os chefes de redacção alegam que trabalham num clima de autocensura. Dois editores de jornais estrangeiros foram deportados do país este ano.

Numa visita a Bruxelas em meados de Novembro de 2008, Frank Bainimarama, Primeiro-

Ministro interino de Fiji, acentuou numa reunião com Sir John Kaputin, Secretário-Geral do Grupo ACP, que havia imprensa livre em Fiji. Os seus comentários foram feitos no contexto da explicação dos planos para restaurar a democracia no país.

▶ Informação

Ao longo do ano passado, o estilo de jornalismo modificou-se, centrando-se agora com firmeza em auscultar as opiniões de certos grupos de elite e partidos políticos que, é voz corrente, partilham as prioridades dos chefes de redacção das estações de televisão. O que faz mais falta na cobertura radiofónica e televisiva, talvez, é a inclusão de vozes do povo – das pessoas que são directamente afectadas em termos económicos, sociais e espirituais pelos acontecimentos que continuam a dividir esta nação. São limitadas as possibilidades de emitir ou mesmo formar uma opinião da situação política e de expressar o quanto os afecta.

Os meios de comunicação social podiam desempenhar um papel crucial na resolução do conflito; a informação deve, porém, ser objectiva, fiável, respeitar os direitos humanos e representar diversos pontos de vista para contribuir para o desenvolvimento.

Os meios de comunicação social fijianos têm potencial. Têm poder. Mas com o poder vem a responsabilidade. Um estilo de informação orientado para o desenvolvimento, mais construtivo, menos destrutivo daria poder aos cidadãos. E aos meios de comunicação social de Fiji. ■

* Jornalista sediado em Fiji.



Capa de Fiji Times.
© Fiji Times

Palavras-chave

FFiji; imprensa; George Speight; Frank Bainimarama; Sir John Kaputin; Laisenia Qarase; General Sitivenki Rabuka.

**COMISSÃO
EUROPEIA**

Stefano Manservisi

Stefano Manservisi no estúdio
de televisão das Jornadas
Europeias do Desenvolvimento
2008. © CE 2008

Jornadas Europeias do Desenvolvimento de 2008: juntos em prol do desenvolvimento

O que são as Jornadas Europeias do Desenvolvimento? Porque são organizadas? Qual é o tema da edição de 2008, a terceira?

Eis as questões mais frequentes quando me interrogam sobre o sentido desta iniciativa.

As respostas são múltiplas. A Comissão Europeia quis organizar este evento para suscitar o debate e dialogar com os seus parceiros sobre o desenvolvimento. É preciso contrapor o pensamento europeu ao debate com base nos seus valores, experiências e defeitos. Aliás, este evento é presentemente participativo, sendo mais de metade do programa organizado por agentes do desenvolvimento que não a Comissão. Aberto, participativo, contraditório, enquanto primeiro doador mundial de ajuda ao desenvolvimento, diria que é natural que a União Europeia proponha uma plataforma para um debate internacional sobre o desenvolvimento. Mas a questão é também favorecer a sinergia entre os interlocutores, o intercâmbio de boas práticas, encontros...

Estas Jornadas Europeias do Desenvolvimento (JED) de 2008 foram um encontro incontornável para toda a família do desenvolvimento. Dois meses após a Assembleia-Geral das Nações Unidas, duas semanas antes da Conferência das Nações Unidas sobre o

Financiamento para o Desenvolvimento, em Doha, e, paralelamente à Cimeira do G20, as JED propiciaram ensejo a vários líderes internacionais, não só políticos mas também representantes da sociedade civil, de recordar que as promessas de ajuda ao desenvolvimento devem ser honradas. Este ano constituíram também uma tribuna para as vozes do desenvolvimento que devem ter uma palavra a dizer na nova arquitectura mundial que se está a desenhar. Convém não esquecer a mais trágica crise mundial que afecta pelo menos 1,4 mil milhões de pessoas: a pobreza.

Durante três dias, vários milhares de pessoas, reunidas em torno do tema do desenvolvimento, debateram, confrontaram, imaginaram, propuseram, contestaram por vezes. Entrevieram mormente Chefes de Estado e de Governo (Benim, Burquina Faso, Haiti, Madagáscar, Mali), Morgan Tsvangirai, líder zimbabuense, Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana, ministros europeus, nomeadamente Bernard Kouchner, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Presidência em exercício da UE, Louis Michel, Comissário europeu, bem como representantes da sociedade civil, com Wangari Maahtai, Prémio Nobel da Paz, Noerine Kaleeba, Presidente da ActionAid Internacional, ou ainda Aminata

Traoré (ensaísta), vários empresários de renome, como Richard Branson ou Ndi Nnoli Edozien, e mais de 300 autarcas.

Os debates e as propostas incidiram nos desafios à escala global como a crise financeira, a crise alimentar, as alterações climáticas. Mas este evento também contemplou os desafios à escala local como o importante papel dos órgãos de poder local na luta contra a pobreza, os meios de comunicação social e o desenvolvimento, os objectivos de desenvolvimento para o milénio...

O compromisso da União Europeia para com o desenvolvimento é conforme aos valores europeus de solidariedade, de progresso partilhado e de democracia. Trata-se de uma visão de futuro que a Europa quer transmitir neste contexto de crises múltiplas mantendo-se na vanguarda da acção e da reflexão internacional sobre o desenvolvimento. Assim, marco, desde já, encontro em Estocolmo com todos os que queiram participar nesta iniciativa no próximo ano na 4ª edição das Jornadas Europeias do Desenvolvimento. Só colectivamente será possível levar a cabo o desenvolvimento. ■

OPINÃO

Par Simon Horner*

LAJUDA HUMANITÁRIA : solidariedade num contexto diferente

Quando me juntei ao departamento de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia (ECHO), após oito anos a fazer relatos sobre a cooperação de desenvolvimento para o ACP-EU Courier, o primeiro projecto que visitei foi o hospital geral em Makeni no interior da Serra Leoa. A cidade era nessa altura um enclave administrado pelo governo num território controlado pelos rebeldes. No ano precedente, Makeni foi atacada e o hospital ficou destruído durante os combates. A reconstrução foi realizada com o financiamento do ECHO e os parceiros humanitários financiados pela Comissão estavam agora a prestar cuidados médicos básicos à população sitiada. Não era especialmente diferente de outros hospitais que visitei em países em vias de desenvolvimento em que tinham sido construídas instalações e prestados serviços através da cooperação para o desenvolvimento. Ambos eram expressão da solidariedade europeia – um princípio comum que apoia as duas áreas políticas.

A grande diferença assentava no contexto. Makeni era uma cidade sob cerco numa zona de conflito. A ajuda humanitária consiste essencialmente em salvar vidas e aliviar o sofrimento extremo resultante da convulsão social causada por conflitos ou catástrofes naturais. Em termos de política externa, assenta no final de um ciclo. A cooperação para o desenvolvimento vai mais além, estando empenhada em melhorar as vidas, fazer face à pobreza e permitir que as populações desfavorecidas façam parte da economia global.

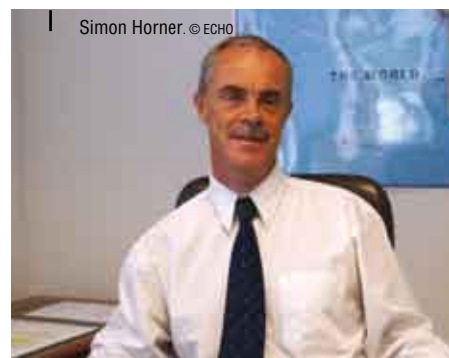
Há, como é óbvio, diferenças no apoio prestado ao abrigo da ajuda humanitária e para o desenvolvimento. As actividades tais como o abastecimento de emergência de água, a alimentação terapêutica e o fornecimento de abrigos temporários correspondem tradicionalmente à ajuda humanitária. O apoio orçamental, o reforço da capacidade dos ministérios do governo, a construção de estradas e a irrigação rural estão normalmente mais

associadas ao desenvolvimento. Mas existe também uma certa dose de base comum. O trabalho realizado por uma agência humanitária em matéria de recuperação dos meios de subsistência representa um passo muito pequeno das acções destinadas a melhorar os meios de subsistência apoiadas por programas de desenvolvimento. Da mesma forma, a redução dos riscos de catástrofe é do interesse de estrategistas de desenvolvimento, bem como dos que estão envolvidos em esforços de auxílio.

Embora as políticas humanitárias e de desenvolvimento resultem de um grande conjunto de “solidariedade”, estão em jogo diferentes objectivos. A política de desenvolvimento pretende ajudar as pessoas e as sociedades – titulares do processo – a ajudarem-se a si próprias. Daí, o destaque para a «cooperação». Os principais interlocutores para os doadores são os governos.

Hoje em dia, a perspectiva é a de que o desenvolvimento apenas pode ser bem sucedido se determinadas condições já se encontrarem preenchidas. Lembro-me de muita discussão nos anos 90 sobre a validade, a eficácia e a legitimidade política das “condicionalidades” de um determinado doador, nomeadamente os que reflectiam a ideologia económica liberal.

Para fins do presente artigo, posso restringir-me a determinadas “condicionalidades” políticas que raramente são contestadas. A saber: o respeito pelos direitos humanos, a democracia e a boa governação. Falando em termos mais gerais, os países em vias de desenvolvimento que garantam os três princípios, serão parceiros de cooperação total. Os que se encontrem no caminho certo, qualificar-se-ão para obter alguma ajuda com a perspectiva de conseguirem ainda mais ajuda se as coisas continuarem a melhorar. Aqueles que falharem todos os testes provavelmente verão a ajuda ser suspensa. A abordagem é intelectualmente coerente. Mas relega para segundo plano a questão básica “quem é que



mais precisa de apoio?”. Na cooperação para o desenvolvimento, será mais adequado colocar-se a seguinte questão: “quem saberá utilizar da melhor forma o apoio?”

Na ajuda humanitária, a necessidade sobrepõe-se a critérios tais como o respeito pelos direitos humanos, democracia ou boa governação. As pessoas que trabalham na ajuda humanitária têm que ser cuidadosas ao explicar esta abordagem, porque como é óbvio, não significa que não tenham interesse em que estes princípios sejam respeitados. De facto, as violações dos direitos humanos e as crises complexas frequentemente andam de mãos dadas. Mas o dever supremo de um agente humanitário é o de aliviar o sofrimento das pessoas. A discordância das acções de um determinado regime não é razão para recusar ajuda para salvar vidas.

A lógica de desassociar a ajuda humanitária dos governos torna-se assim clara: razão pela qual os financiamentos são encaminhados através das agências das Nações Unidas, do grupo da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e das ONG com vocação humanitária.

Os princípios humanitários da neutralidade, imparcialidade e independência estão profundamente enraizados no pragmatismo. A triste realidade é que a maioria das necessidades de auxílio resulta de um conflito. Se a principal prioridade de uma agência for a obtenção de acesso e a ajuda aos mais vulneráveis,

terá muito provavelmente de manter algum contacto com as partes envolvidas no combate, incluindo governos, exércitos, milícias e forças rebeldes. O que deverá evitar, contudo, é associar-se a uma ou outra parte. Qualquer associação desse tipo aumenta a probabilidade de o acesso ser negado e compromete a segurança dos prestadores de auxílio. A mensagem da ajuda humanitária é neutra e é, por isso, essencial para assegurar a existência de um “espaço humanitário”.

Os princípios da imparcialidade e independência estão intimamente associados a isto. Atribuir e distribuir ajuda de forma justa aos que mais são afectados – independentemente da sua nacionalidade, etnicidade, religião ou sexo – é a melhor forma prática de demonstrar neutralidade em situações bastante conflituosas. Manter a reputação do apoio humanitário como algo que é

independente também se tornou cada vez mais importante, sobretudo em crises complexas.

A especificidade não deverá, como é óbvio, significar isolacionismo. É amplamente reconhecida a necessidade de uma boa ligação entre o auxílio, a reabilitação e o desenvolvimento (“LRRD” na gíria). Numa situação pós-crise, assegurar a transição pacífica da assistência de emergência para o apoio mais a longo prazo aumenta a eficácia geral da ajuda.

A União Europeia celebrou acordos únicos com a Comissão que reconhecem estes princípios distintos e a especificidade da ajuda humanitária. Os mesmos incluem um departamento separado de ajuda humanitária (ECHO) e uma ampla rede de peritos de campo, que trabalham com parceiros e monitorizam os projectos no terreno.

No final de 2006, Louis Michel, o Comissário para a Ajuda Humanitária e de Desenvolvimento, lançou a iniciativa que levou à adopção no ano seguinte do Consenso Europeu de Ajuda Humanitária**. Assinado pelo Conselho de Ministros (representando os Estados-Membros), o Parlamento Europeu e a Comissão, o Consenso reitera o compromisso da UE relativamente aos princípios e à acção humanitária com destaque para a boa prática de ajudas e coordenação melhorada dos esforços de auxílio. Numa altura em que o “espaço humanitário” se encontra cada vez mais sob pressão, tratou-se de uma expressão oportuna e prática da solidariedade europeia para com as pessoas mais vulneráveis do mundo. ■

* Chefe da Unidade de Informação do departamento de Ajuda Humanitária da Comissão (ECHO). Antigo jornalista e editor do Correio.

** Consultar: http://ec.europa.eu/echo/policies/consensus_en.htm

Dorothy Morrissey*

Lidar com as catástrofes por ECHO

Comecei a trabalhar no Courier em 1996 como escritora, tendo Simon Horner como editor. Depois, no seguimento da sua saída, tornei-me editora em Janeiro de 2001 até ao início de 2005. Era uma época de reforma, em termos de administração e de política. Os aumentos no volume de ajudas, uma agenda ambiciosa relativa à eficácia das ajudas e a preparação do Consenso Europeu de Desenvolvimento que foi assinado no final de 2005. Foi um privilégio seguir e relatar esses eventos; tive a oportunidade de participar em conferências internacionais importantes tal como a referente ao Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey em 2002 e realizei missões em vários países ACP. Ainda me mantenho a par das questões UE-ACP através do Correio.

Tendo trabalhado com êxito no Correio durante oito anos, assumi novas responsabilidades no gabinete de ajuda humanitária da Comunidade Europeia, o ECHO. Mudei totalmente de região geográfica, afastando-me das regiões ACP. Comecei a trabalhar na Ásia – Laos e a resposta ao maremoto na Indonésia – e actualmente trabalho na América Latina. Sou responsável pela resposta às catástrofes e pela preparação para fazer face a catástrofes.

A América Latina é uma das regiões do mundo mais propensas a catástrofes e as catástrofes

afectam o processo de desenvolvimento e os sectores mais débeis da população. Embora uma macroanálise possa levar a concluir que a vulnerabilidade é reduzida, uma análise mais aprofundada revela que o nível de vulnerabilidade local é elevado em vários países que parecem estar bem, tais como o Chile, o Peru ou a Venezuela. A principal razão prende-se com o facto de a desigualdade social ser extremamente elevada em quase toda a América Latina, com indicadores nacionais a camuflarem a vulnerabilidade local real.

Em Novembro de 2008, visitei alguns dos nossos projectos no Peru: um período especialmente frio este ano afectou adversamente a subsistência e os criadores de alpaca que moram a mais de 3500 metros na Cordilheira dos Andes. Os padrões climáticos flutuantes no início do ano, associados a doenças nas culturas e nos animais e ao aumento dos preços dos alimentos afectaram gravemente a subsistência das populações mais vulneráveis. Isto resultou naquilo que poderia ser descrito como «uma catástrofe silenciosa» que se estava a propagar à medida que as sementes iam escasseando, os pastos naturais iam sendo afectados e os animais iam perecendo devido à má nutrição e a problemas respiratórios, resultado da vaga de frio. A intervenção do ECHO pretendia melhorar a disponibilidade geral de alimentos através da produção de

Alpacas nos planaltos andinos peruanos acima de 3500 metros foram fortemente afectadas por condições climáticas extremas.
© Dorothy Morrissey

culturas alimentares locais, através de materiais de plantação melhorados e reduzindo a mortalidade da alpaca.

A resposta a catástrofes é bem conhecida, mas a resposta do ECHO na preparação para fazer face às mesmas é, talvez, menos conhecida. Ainda que as catástrofes sejam recorrentes – e estejam a aumentar – existe normalmente uma falta de preparação ao nível local, deixando as comunidades sem preparação para fazer face aos riscos. O aumento dos riscos e do impacto das catástrofes nas comunidades menos flexíveis significa uma maior procura de assistência humanitária, caso não sejam tomadas as devidas medidas. Muitas das catástrofes que ocorrem na América Latina afectam um número limitado de pessoas, mas colocam significativamente em risco a sua subsistência. Normalmente, ocorrem em zonas remotas/isoladas, raramente dão origem a uma declaração de emergência e não são motivo de destaque nas notícias. A preparação significa implementar sistemas eficientes de alerta antecipado, reforçando os códigos de construção, preparando as comunidades para reagir nas primeiras horas da catástrofe, dando formação às pessoas e organizando campanhas de consciencialização... ■

* Antiga Editora-Chefe do Correio entre Janeiro de 2001 e Março de 2005.

OPINIÃO

Gie Goris

Bruxelas. Dia sem carros. Um ambiente calmo que contrasta com as querelas políticas que agitam o país.
© Hegel Goutier



Crise política da Bélgica e sua POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Neste artigo, Gie Goris, Presidente do Conselho de Administração da Africalia e chefe de redacção da revista mensal 'MO' (Bélgica), afirma que há mais de 18 meses que os partidos e forças políticas que aproveitam das diferenças comunitárias têm mantido reféns o país e as suas complexas estruturas políticas. Há repercussões sobre a política de desenvolvimento.

Os Governos das três regiões (Flandres, Bruxelas-Capital e Valónia) e as três comunidades (flamenga, francófona e germanófona) têm sido incapazes de funcionar adequadamente. Ao abrigo de um acordo político alcançado em 2001, a política de desenvolvimento seria da responsabilidade das regiões e das comunidades, “desde que se trate de assuntos da competência destas regiões e comunidades”. Desde as ONG de desenvolvimento às administrações da Cooperação Internacional e dos Negócios Estrangeiros, houve uma profunda insatisfação perante a perspectiva de uma política de desenvolvimento totalmente fragmentada. A educação é uma competência comunitária, a agricultura é da responsabilidade das regiões e a mobilidade é partilhada entre as regiões e o governo central.

Durante sete anos, as mudanças foram poucas. O governo flamengo – uma combinação de competências da comunidade e da região – criou um ministério e uma administração para gerir a política de desenvolvimento, mas tem um orçamento anual de apenas 30 milhões de euros para distribuir em programas na África do Sul e no Malávi. A comunidade francófona, a região valona e a região de Bruxelas-Capital têm procurado coordenar os seus esforços,

mas o seu orçamento é ainda inferior ao da região flamenga. Por isso, embora alguns políticos a nível dos governos regionais exijam a chamada “desfederalização” da política de desenvolvimento, com diligências já efectuadas para preparar um tal cenário, todos parecem estar mais à espera que o orçamento federal seja dividido em pequenos pedaços do que aumentado em relação aos níveis baixos a favor do desenvolvimento.

> Diferendo com a RDC

O Ministro belga da Cooperação para o Desenvolvimento, Charles Michel (político francófono)*, teve um diferendo em Novembro de 2008 com o seu colega Ministro dos Negócios Estrangeiros, Karel De Gucht (político flamengo)**, sobre a diplomacia na República Democrática do Congo (RDC). Poucas semanas depois, o Comissário belga da UE, Louis Michel, responsável pela Política de Desenvolvimento da UE, estava em desacordo com a proposta de Karel De Gucht de enviar forças europeias de manutenção da paz adicionais para o Leste da RDC. Ambos os episódios beliscaram a reputação da Bélgica na cena internacional. O assunto choca mais por dizer respeito à RDC, dado a Bélgica, antigo país colonialista, compreender e avançar mais outros países.

Num artigo publicado recentemente no “The Broker” (Dezembro de 2008), o jornalista da “MO”, John Vandaele***, escrevia: “Depois de toda a turbulência e mudanças que caracterizaram as relações entre a Bélgica e as suas antigas colónias, uma coisa é certa: a Bélgica e os Belgas têm muitos conhecimentos e experiência na África Central e na Região dos Grandes Lagos.” Dava como exemplo o Museu Real da África Central em Tervuren e o Instituto de Medicina Tropical em Antuérpia. Os especialistas sobre as florestas da RDC na Greenpeace e no Banco Mundial são ambos da Bélgica. Para maximizar a eficácia desse conhecimento e das relações de longa data, o país tem de ser claro sobre quem formula e executa a política de desenvolvimento na África Central e noutros países parceiros. A oferta comunitária para o orçamento de desenvolvimento terminará um dia e o país deverá evitar discrepâncias sobre as políticas no interior do governo federal. ■

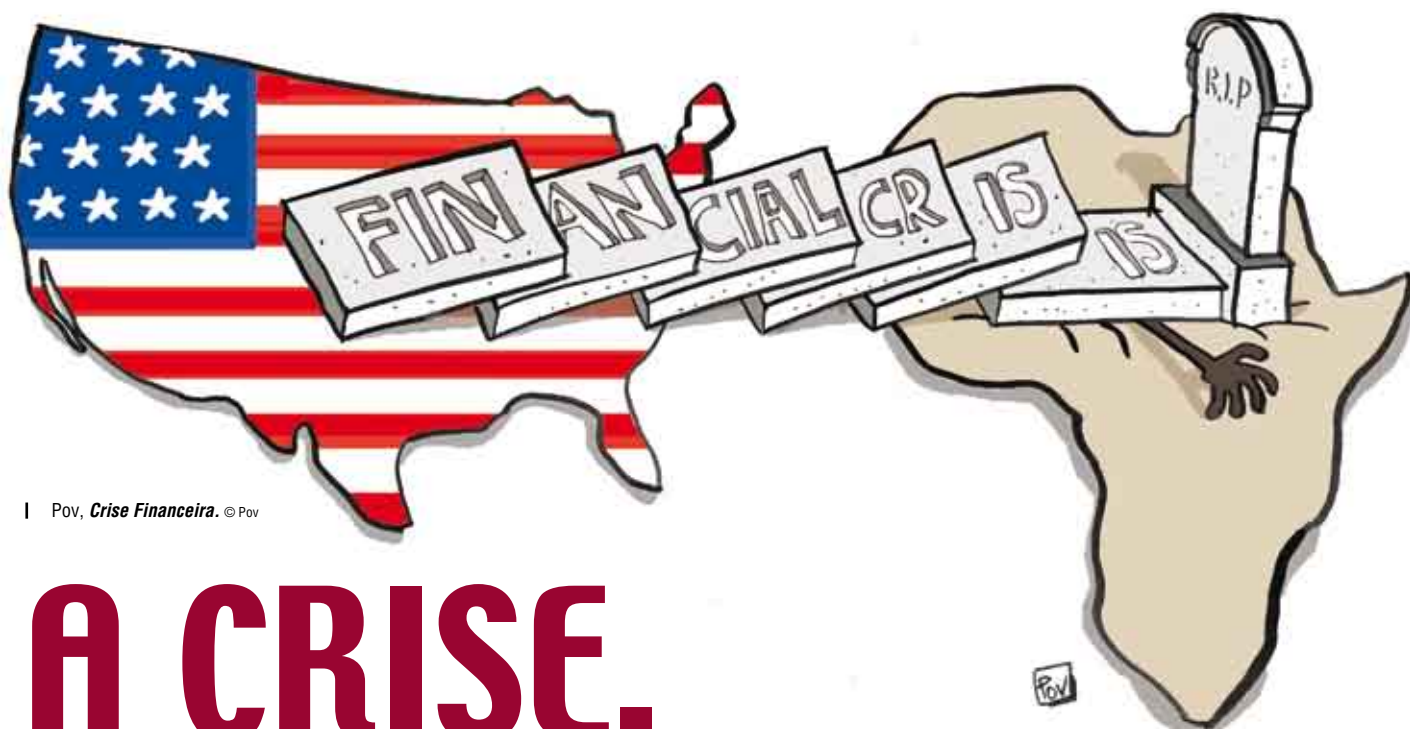
* Charles Michel é membro do partido liberal francófono, Mouvement Reformateur.

** Karel De Gucht é membro do Open VLD (Vlaamse Liberalen en Democraten).

*** O artigo de John Vandaele “Debater a Ajuda na Bélgica” pode ser consultado no sítio web: <http://www.the-brokeronline.eu/en/articles/Debating-aid-in-Belgium>

Palavras-chave

Bélgica; política de desenvolvimento; Flandres; Valónia; Louis Michel, Charles Michel, Karel De Gucht; RDC; Região dos Grandes Lagos.



| Pov, *Crise Financeira*. © Pov

A CRISE.

Prejuízos graves para os ACP... e efeitos colaterais positivos

Dossier preparado por Hegel Goutier

Tal como para as alterações climáticas, os países pobres vão pagar pelos excessos dos demais. É o que os Chefes de Estado dos países do Grupo ACP sublinharam aquando da última cimeira no Gana, em Outubro 2008. Prevê-se que a crise irá atingir primeiro e mais gravemente os países em desenvolvimento com melhor desempenho, ou seja os que mais facilmente se integraram na economia mundial.

A crise surge num momento em que a África acaba de conhecer uma década de crescimento sem precedentes, impulsionada pelo círculo virtuoso de progresso da governança política e económica e por uma proactividade comercial que lhe permitiu abrir-se para novos mercados, tais como os da Ásia ou da América do

Sul. Democracia e governança consolidaram-se nas Caraíbas que irão pagar um preço alto pelas suas conquistas de mercado, uma vez que os seus principais clientes nos sectores da alta tecnologia, turismo e serviços são oriundos da América do Norte, o epicentro da crise. O mesmo acontece com o Pacífico, mutatis mutandis, onde os estilhaços da crise surgem da Austrália e da Nova Zelândia.

A crise não terá apenas efeitos negativos. Uma das primeiras consequências positivas reside na maior disponibilidade das instâncias internacionais em integrar países em desenvolvimento nos organismos planetários de controlo ou de gestão, como o que foi previsto na Conferência de Doha sobre o financiamento do Desenvolvimento, que se realizou de 29 de Novembro a 2 de Dezembro de 2008, e

que visava descobrir uma solução para o combate à evasão fiscal das grandes empresas que operam nos países em desenvolvimento e que ascende a cerca de 160 mil milhões de dólares por ano (em paralelo, a ajuda pública internacional é de 100 mil milhões). Um outro efeito colateral positivo da crise, mais relacionado com África, reside num ganho de imagem. Muitos são os que parecem ter descoberto o dinamismo do continente e a modernização da economia que se operou em muitos destes países ao longo dos últimos dez anos, apesar da opinião pública internacional continuar apenas a considerá-lo como o continente dos problemas.

* (ver Relatório “Hole in the pocket” d’ActionAid). ■

CRISE MUNDIAL

A ÁFRICA pode estar optimista

na opinião de Jacques Attali numa entrevista exclusiva à revista *O Correio*

Hegel Goutier

Jacques Attali, ex-Président de la Banque européenne pour la Reconstruction et le Développement (BERD), est l'un des experts de l'économie très écoutés dans le monde pour ses analyses et prospectives mais aussi pour l'éclairage humain, intellectuel et esthétique qu'il apporte à l'économie. Pour lui, l'Afrique s'en sortira mieux non seulement parce ses économies étaient moins imbriquées dans l'économie mondiale avec ses dérives mais grâce à ses avantages comparatifs.



Mulheres da Libéria a trabalhar no campo de arroz de Kountaya, área de Kissidougou, Região da Floresta.
© Pierre Holtz/RIIN

Jacques Attali, ex-presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), é um dos peritos em economia mais ouvidos no mundo pelas suas análises e prospectivas mas também pela perspectiva humana, intelectual e estética que confere a economia. Na sua opinião, a África é o continente que melhor conseguirá ultrapassar a crise, não só porque as suas economias estavam menos integradas na economia mundial devido às suas derivas políticas, mas também graças às suas vantagens comparativas.

Foi conselheiro de François Mitterrand. É actualmente professor de economia em várias universidades e escolas superiores, romancista, dramaturgo, crítico musical, pianista, maestro, ensaísta nomeadamente sobre a economia musical, presidente da sociedade *A&A (Attali et Associés)*, gabinete de consultadoria sobre as estratégias, a engenharia financeira, as fusões-aquisições e de análise económica e financeira. É o retrato do homem íntegro do século XVIII. Possui os seguintes diplomas: Major de Polytechnique, Doutorado em Ciências Económicas, Engenheiro da Ecole des Mines de Paris, Institut d'Etudes Politiques de Paris, Ecole Nationale d'Administration. Attali vai além fronteiras. Socialista de coração, preparou, enquanto presidente de uma comissão de peritos, para o actual presidente francês Sarkozy, um relatório sobre a estratégia a implementar para "libertar o crescimento francês".

Abertura da sessão plenária.
© Comunidades Europeias, 2008



Enquanto conselheiro político e nas suas análises económicas e sociológicas, Jacques Attali referiu frequentemente o impacto global negativo da dicotomização do mundo num bloco rico protegido e em países deixados à sua própria sorte. Foi um dos fundadores da organização não governamental “Action contre la faim”. Em 1998, fundou a *PlaNetFinance*, uma associação sem fins lucrativos a que preside e que ajudou a criar uma dezena de milhar de instituições de microfinança, em mais de sessenta países. Nas soluções que apresenta para fazer face à crise financeira actual propõe nada mais do que a participação efectiva dos países pobres na futura governança mundial que julga indispensável, dado que a economia é global, bem como uma série de medidas do mesmo tipo, nomeadamente um salário mínimo mundial.

No que diz respeito ao impacto da crise, inclusive nos países do grupo ACP, nomeadamente a África, e não pondo de lado os efeitos colaterais tais como uma menor remissão ou a fragilização de sectores como o turismo, considera que a África é o continente que melhor conseguirá ultrapassar a crise, não só porque as suas economias estavam menos integradas na economia mundial devido às suas derivas políticas, mas também graças às suas vantagens comparativas.

Será que a crise irá gravemente afectar os países pobres de regiões como a África, as Caraíbas e o Pacífico?

Após a crise alimentar e a crise energética, existe uma crise propriamente financeira. Vamos assistir a uma crise económica que terá um impacto progressivo nas economias mundiais. Sendo assim, todos os países pobres vão também senti-lo. Curiosamente, os países africanos irão talvez senti-lo com uma inten-

sidade menor do que outros e alguns países irão resistir melhor do que outros, mas ainda não sabemos.

Porque os países africanos não estavam integrados na economia mundial ou porque possuem vantagens comparativas que os ajudarão a resistir?

Ambos. Muito poucos estão integrados na economia mundial, excepto as exportações de matérias-primas que vão continuar, mesmo sendo afectados pela baixa do preço do petróleo. Quanto aos restantes, estes possuem um grande número de vantagens comparativas. Por um lado, existe uma diminuição do crescimento demográfico e pelo outro, uma economia própria e interna virada para si mesmo. Também, não têm dificuldades relacionadas com fraudes financeiras, na medida em que muito poucos estavam ligados ao sistema financeiro. Os primeiros a sofrer serão os países que aceitaram tudo o que lhes foi calorosamente aconselhado, os capitais estrangeiros, ou seja os da bolsa e as empresas que dela dependem.

E os países, nomeadamente das Caraíbas e do Pacífico que estão dependentes do turismo?

Também irão sofrer aqueles que dependem directamente dos países desenvolvidos, seja através do turismo ou das transferências dos emigrantes, uma vez que os emigrantes são os primeiros a serem afectados pela crise.

Prevê eventuais catástrofes planetárias tais como a fragilização da democracia, inclusive na Europa.

Digamos que é um perigo mas julgo que conseguiremos afastá-lo, na medida em que já atravessámos crises e as nossas democracias

são antigas e sólidas. Não podemos, contudo, excluir em certos países movimentos de grande violência relacionados com os grupos sociais minoritários que estão, no caso presente, em situação de precariedade crescente devido ao desemprego.

A fragilização do país tampão entre os ricos e os pobres, a China, não irá ter repercussões graves em África, por exemplo?

A China precisa muito dos países africanos devido às suas matérias-primas. Julgo que a China não está em condições de renunciar aos seus investimentos em África. Tem muito dinheiro e irá querer manter tudo o que para ela é estratégico.

Nas hipóteses positivas, prevê a implementação de uma governança mundial na qual Keynes tinha pensado mas o prazo para a sua implementação pode ser longínquo, podendo alargar-se até um século. Trata-se de um optimismo muito ponderado?

Sim, penso que a humanidade não tem ainda maturidade suficiente. Leva tempo. Se a crise fosse mais grave, penso que iria mais depressa, mas não desejo que a crise seja mais grave.

Será que há algo inerente na natureza humana e nas nações que impede esta governança mundial?

Ouçá, conseguimos na Europa, depois de muitos esforços, implementar um certo número de governanças. Basta apenas – mas é difícil – fazer à escala do mundo o que fizemos à escala da Europa. Isto demonstra o quanto é difícil.

Quais seriam as diversas etapas para o conseguir?

Penso que a primeira etapa seria a fusão do G7 e do Conselho de Segurança e a passa-

gem do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para a tutela do Conselho de Segurança. Esta seria a primeira reforma e uma série de reformas que descrevo em detalhe no meu livro*. É necessário reformar todas estas instituições para que a China seja incluída, para que a África e a América Latina estejam igualmente representadas.

A Europa estaria em posição de estimular essas reformas mas será que não hesita demasiado quando se trata de influenciar os Estados Unidos? Assistimos ultimamente a desacordos entre os governos francês, inglês e alemão.

É urgente alcançar um acordo franco-alemão. É fundamental. Sem um acordo franco-alemão, não conseguimos nada de sólido na Europa e espero que sejamos rápidos. É essencial. Penso que a razão vai vingar. Já existe um poder económico europeu, o Eurogroup, e é necessário reforçá-lo. E a partir daí, criar as condições para que este Eurogroup seja politicamente mais forte. É preciso idealmente que haja um verdadeiro Primeiro-ministro, uma vez que a Europa não se aguenta sem uma potência política. Se for apenas uma potência

económica, não se irá aguentar. O Euro necessita de uma potência política.

E a recusa por parte de países importantes como a Dinamarca e o Reino Unido em aderir ao Euro?

Neste caso, será necessário avançar sem eles. Não podemos obrigá-los se não quiserem

A África exercia uma grande atracção antes da crise. Como se fosse um sinal de esperança. Será que, mesmo que a crise não a atinja tanto, a sua atracção não irá diminuir?

Não. A minha intuição diz que se a África conseguir evitar as guerras civis, é uma grande promessa. Por exemplo, a Nigéria promete imenso. Mas muitas são as pessoas que vêm as suas iniciativas travadas pela guerra civil, os assaltos etc. Se o caso da Somália se generalizar à África toda, perdemos qualquer esperança. Mas se a África conseguir levar a cabo a implementação de um Estado de direito, então o cenário muda. Isso seria suficiente.

Iniciou-se um círculo positivo em África devido ao crescimento interno virado para

si mesmo, à tentativa de implementação de um Estado de direito e ao abrandamento do crescimento demográfico. É necessário dar continuação a estes factores fundamentais e instaurar um sistema financeiro de poupança eficaz. Caso estes requisitos sejam preenchidos, então, poderemos ter esperança na África.

Existe actualmente um grande número de investidores interessados na África. Ontem, assisti a um colóquio sobre investimentos em África. Existe uma forte procura

Está então muito optimista?

Sim, optimista em relação à África. ■

* Jacques Attali, ensaio *La crise, et après ?*, Fayard, Novembro de 2008 (uma análise da crise financeira actual, explicando as suas evoluções até ao final do mês de Outubro de 2008 e propondo soluções, sendo a governança mundial a solução mais importante).

Palavras-chave

Hegel Goutier; Jacques Attali; crise financeira; PlaNetFinance; microfinança; governança mundial; turismo; bolsa; BM; FMI; G8; G20; BERD.



Jacques Attali. Entrevista em andamento.
"Diagnóstico da crise com uma agenda pesada tardia".
© Hegel Goutier

Editados recentemente

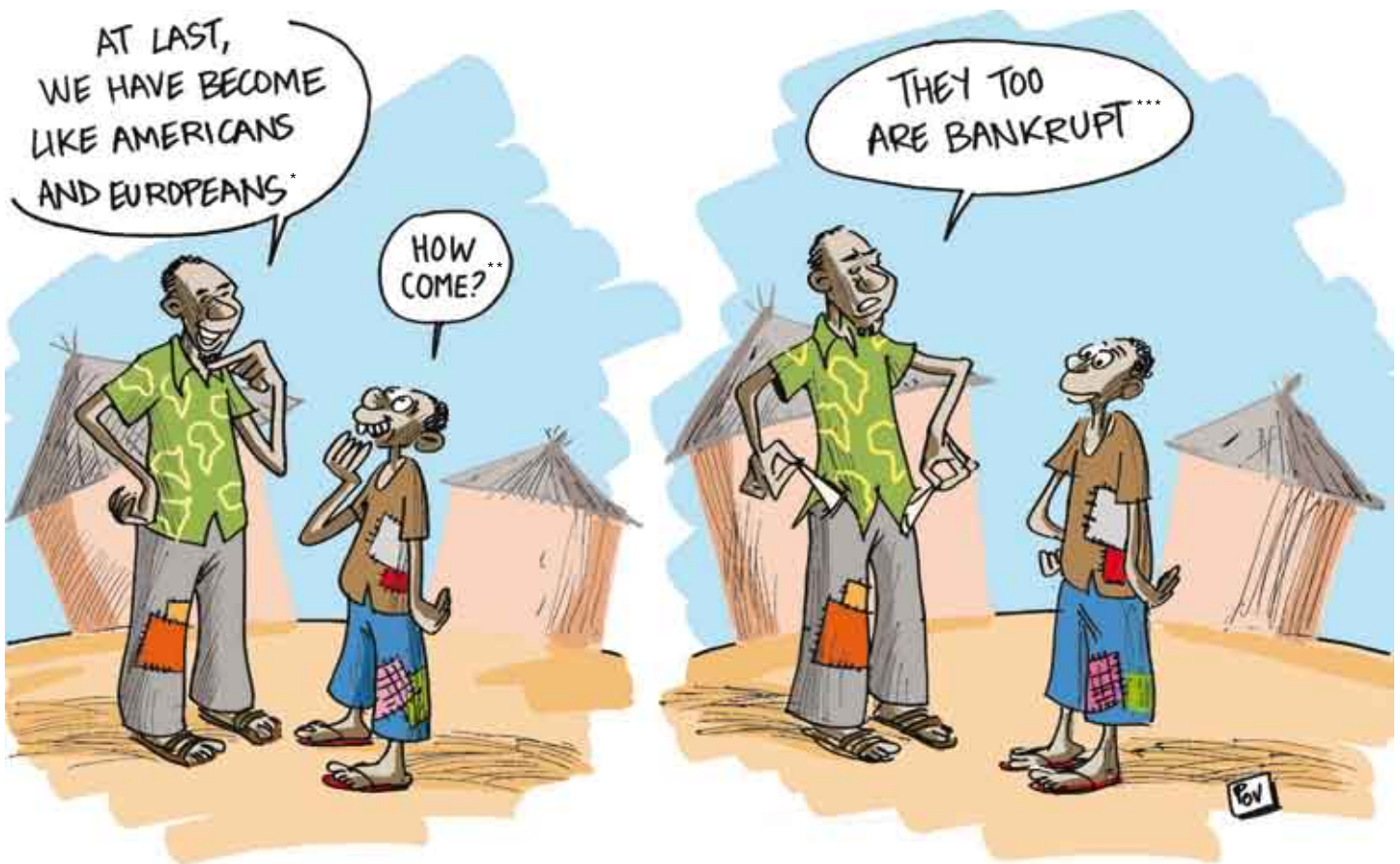
Jacques Attali, teatro *Du cristal à la fumée*, Fayard, Agosto de 2008 (põe em cena um conselho de ministros, surrealista, grotesco reunido à volta de Goering em Novembro de 1938, dois dias depois da Noite de Cristal, em que, impulsionada pelo ódio entre os clãs nazis, é aprovada a sinistra decisão da solução final).

"Jacques Attali. Duas publicações em 2008. Attali atravessa fronteiras com toda a naturalidade." © Hegel Goutier

ÁFRICA

O PIOR para vir

O impacto da crise em África visto por peritos africanos



I Pov, *A África pode estar otimista*. © Pov

* Finalmente estamos ao mesmo nível dos Americanos e dos Europeus.

** Como é que isso é possível?

*** É que eles também estão na bancarrota!

A África está a ser menos afectada pela crise, pelo menos numa primeira fase, mas nem por isso deverá sair ilesa. Os danos alastrar-se-ão em vagas sucessivas afectando, primeiro, as economias mais integradas no sistema mundial, como as da África do Sul, Nigéria, Quênia ou Gana, e, depois, as outras. Mas esta crise, na medida em que expõe os limites do neoliberalismo e faz emergir de novo como necessário o papel soberano do Estado, é também o momento oportuno para os governos africanos disputarem a liderança económica dos seus países e deixarem de obedecer às práticas de uma ortodoxia financeira defendida pelos próprios infieis. E, sobretudo, para desempenharem um papel mais importante na futura governação mundial. Há muito quem assim pense no continente, mormente Lionel Zinsou do Benim, mais concretamente franco-beninês, perito conhecido a nível internacional, actualmente membro do Comité Executivo de *PAI Partners* e presidente do Conselho de Administração de *Capital & Investissement*, para além de criador da Fundação Zinsou para as artes contemporâneas africanas, instalada em Cotonu.

Lionel Zinsou disse recentemente ser certo e sabido que ninguém escaparia à crise mas que, no seu entender, o impacto seria menos acentuado em África porque aí o índice de penetração bancária era fraco, salvo em países como o Quênia, a África do Sul ou a Nigéria*. Frisou que os sistemas bancários da África do Sul, da Nigéria e do Egipto, por exemplo, sentiriam a crise. Quanto mais moderno e mundializado for o sistema bancário, tanto mais ele será afectado. Os bancos e os mercados financeiros destes países dispõem dos fluxos de capitais de curto prazo de que depende qualquer economia dinâmica. Segundo Lionel Zinsou, a Nigéria é o país mais frágil, aquele cuja imunização é mais precária, após uma reestruturação “profunda e corajosa” do seu sector bancário, realizada pelo Banco Central, que induziu a reunião de 25 bancos em cinco grupos mais sólidos. Até então, os 50 maiores bancos do continente eram quase todos sul-africanos. A crise segue-se a esta reestruturação no momento em que as novas entidades se agrupam e há necessidade vital de capitais de curto prazo para a bolsa e a economia. O receio é que este país deva, injustamente, “pagar o preço” da modernização. A situação é comparável no Quênia e no Gana.

Entre outros sectores que se ressentirão da crise estará o do frete marítimo, na medida em

que os armadores têm sempre necessidade de liquidez a curto prazo. Contudo, toda a África, acrescentou, passará por uma redução, por uma deterioração dos termos de troca – obtendo menos liquidez da venda dos seus recursos – e por uma queda no volume das remessas provenientes da diáspora. Mas o efeito mais forte da crise far-se-á sentir em África em 2009 com a queda do preço do petróleo.

Paradoxalmente, os países da zona do franco, no entender de Lionel Zinsou, estão ao abrigo devido ao “arcaísmo” do seu sistema bancário com um fraco índice de penetração bancária nas economias e a quase total ausência dos grandes bancos anglo-saxões, em comparação com o Norte ou o Sul do continente. O excesso de liquidez transforma-se em vantagem, quando, em situação normal, viria entrar o desenvolvimento. Ainda que a taxa de crescimento desça de 10 para 6%, será suficiente para que a China se converta em peça imprescindível do xadrez económico mundial e não se prive das matérias-primas africanas de que necessita.

A África será, de qualquer maneira, vítima de elementos exógenos quando os seus fundamentos são adequados. Voltando a exemplificar com o Benim (o seu país), Lionel Zinsou considera que o crescimento continuará a estar na ordem do dia mas com um abrandamento, devido, como na maioria dos outros países de África, à diminuição dos investimentos estrangeiros e das transferências dos emigrantes.

A reunião conjunta do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), da União Africana e da Comissão Económica das Nações Unidas para África, em 11 de Novembro em Tunis, na qual participaram os ministros das Finanças do continente, fez mais ou menos as mesmas análises. Para Donald Kaberuka, presidente do grupo do BAD, os planos de salvação implementados nos países desenvolvidos são susceptíveis de originar pressões orçamentais e, por conseguinte, uma contracção do volume de ajuda pública ao desenvolvimento. “A África está a ser, pelo menos, poupada pelos primeiros efeitos da crise mas o abrandamento da actividade económica dos países ricos acarretará despedimentos, um endurecimento da política de migração e, conseqüentemente, a redução drástica das transferências de fundos dos trabalhadores emigrados.” Sem contar, acrescenta, com as conseqüências negativas das recentes subidas de preço dos géneros alimentícios e do petróleo que reduzirão o

crescimento económico de que o continente beneficia há alguns anos.

Sobre a ajuda maciça aos sectores bancários nos países ricos enquanto os países pobres eram obrigados a privatizar sectores inteiros, Lionel Zinsou verbaliza o sentimento de indignação que varre o continente africano. “Foi irritante ouvir pregar sermões durante tanto tempo.” Dito isto, a privatização foi salutar, no sector das telecomunicações, por exemplo. Mas o mesmo não ocorreu no sector agrícola onde não gerou um crescimento equilibrado. O intervencionismo dos governos africanos está de volta e aos países desenvolvidos faltarão argumentos para o combater, crê.

Quanto às medidas a adoptar num futuro próximo, Lionel Zinsou enunciara-as em Abril de 2008**. A solução para a crise exige uma nova governação mundial com um G13 ou um G15 ou mesmo um G20 ou G25. A União Europeia, que muitos esperam seja o futuro motor do relançamento, não tem excedentes suficientes para influir maciçamente na economia mundial. Este relançamento só pode contar com os fundos soberanos da China, de Singapura ou do Golfo que tiraram partido do impacto da inflação sobre as matérias-primas para liquidar as suas dívidas. Importa também cooperar com os países e regiões que dispõem de excedentes entre os quais situa a África, paralelamente à Ásia e à América Latina. Quando o crescimento previsto será da ordem dos 0,5 a 1% nos Estados Unidos da América e dos 1,5% na Europa, atingirá 5 a 6% na Ásia e na América Latina. O saldo positivo do comércio interno da Europa equivale apenas ao da Argélia ou a metade do da Nigéria. Estes países não são novos ricos, devem ser considerados, na sua opinião, como “antigos pobres” e tratados como tal. A população europeia corresponde aproximadamente à de África – cerca de 700 milhões de habitantes. No horizonte de 2050, esta será o dobro daquela. Mais uma razão para rever completamente a representatividade nos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional. **H.G. ■**

* Publicações OCDE (entrevista de Laurent Bossard, em 15 de Outubro de 2008).

** Colóquio do Fórum da Renovação, Abril de 2008, Paris.

Palavras-chave

Crise financeira; África; Lionel Zinsou; mercados bolsistas; frete marítimo; Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); Donald Kaberuka; investimentos estrangeiros; zona do franco; G20; Fundo Monetário Internacional (FMI).

Bernard Babb*

As principais estâncias TURÍSTICAS DAS CARAÍBAS EM DEPRESSÃO

A turbulência financeira mundial está a resfriar as principais estâncias turísticas das Caraíbas e 2009 será um ano de grandes desafios para o sector hoteleiro e os governos que terão de lutar para se defenderem da crise económica profunda que se abate sobre a principal indústria da região.

Para além da recessão económica subsequente ao colapso mundial do crédito, os elevados preços do petróleo, que atingiram recordes em 2008 e levaram as companhias aéreas a aumentar as suas tarifas e a reduzir o número de voos, e a queda da confiança dos consumidores nos principais mercados turísticos afectaram negativamente o turismo das Caraíbas. O Banco de Desenvolvimento das Caraíbas (BDC) lembrou que a actual redução do turismo poderá ser mais longa e mais profunda do que a originada pelos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. O sector da hotelaria caribenha já regista quedas de 20% e 30% nas reservas, o que leva a despedimentos na indústria do turismo em diversas ilhas e a adiamentos na realização de projectos de construção e de novos empreendimentos. Por outro lado, o sector da hotelaria reduz drasticamente os preços e procura meios criativos para manter as suas unidades a funcionar.

Em Dezembro de 2008, o empreendimento Sandals Resorts International anunciou o despedimento de 650 trabalhadores caribenhos do sector da hotelaria nas Baamas, Jamaica e Santa Lúcia, ou seja, 7% do efectivo. Estão previstos despedimentos também na Antígua, tendo a cadeia hoteleira sediada na Jamaica informado que estas medidas tinham por objectivo ajudar a empresa a manter-se competitiva durante a crise económica mundial. Segundo as estatísticas da Organização de Turismo das Caraíbas (CTO), a América do Norte representa 50% do mercado turístico caribenho, que atrai 22 milhões de visitantes e injecta anualmente 21,6 mil milhões de dólares nas economias da ilha. A Europa representa os restantes 40% de turistas da região. O anúncio do Sandals aumentou as dificuldades económicas nas Baamas, onde o empreendimento Atlantis, famoso no mundo inteiro, separou-se também de 800 trabalhadores, para além de outras medidas tomadas pelos operadores

hoteleiros. O Primeiro-Ministro das Baamas, Hubert Ingraham, afirmou que as reservas para 2009 apresentam-se pouco risonhas e que 2008 termina com uma diminuição prevista de 8% no sector. O sector do turismo representa 65% da força de trabalho nas Baamas.

> **Expansão estagnada**

Como a recessão económica é cada vez mais profunda nos Estados Unidos e na Europa, prevê-se que as economias da ilha continuem a sentir a pressão de contracções mais profundas nos sectores do turismo e da construção. O destino de pequeno turismo para a parte Leste das Caraíbas foi fortemente afectado, disse Wayne Cummings, Director Administrativo do Sandals Resorts International, que também gere empreendimentos nas Ilhas Turcas e Caicos e Santa Lúcia. “É uma angústia!”, exprime Cummings. “Não há dúvida que alguns hotéis já enfrentam muitas dificuldades”.

Na República Dominicana que, juntamente com Cuba, tem mostrado o caminho do crescimento turístico nas Caraíbas nestes últimos 10 anos, a crise financeira também se abateu sobre o mais importante empreendimento, Cap Cana, que inclui quatro hotéis de luxo, três campos de golfe e uma marina de mega-iates. A imprensa informou que o empreendimento separou-se de 500 trabalhadores em Novembro, depois do Lehman Brothers ter declarado falência e do malogro de um empréstimo de 250 milhões de dólares. As renegociações de um empréstimo a curto prazo de 100 milhões de dólares também não foram avante, pelo que se espera o despe-

“Não há dúvida que alguns hotéis já enfrentam muitas dificuldades”

dimento de mais 1000 trabalhadores. “O nosso projecto sofreu os efeitos do turbilhão económico que paralisou os mercados financeiros mundiais”, referiu Ricardo Hazoury, Presidente do Cap Cana. O empreendimento de Cap Cana de 90.450 metros quadrados está situado na parte oriental da República Dominicana e tem como promotores o Deutsche Bank, a Trump Organisation e o Ritz Carlton Hotel, entre outros. A Jamaica interrompeu os seus planos de dedicar múltiplos milhões de dólares à expansão de um porto turístico popular em Kingston. O projecto de 122 milhões de dólares em Kingston Wharf foi adiado para 2011, depois de vários bancos internacionais terem feito marcha-atrás sob pretexto da crise financeira mundial. O empreendimento deve incluir a construção de lojas francas e a renovação da cidade próxima, Port Royal, como destino de navios de cruzeiro.

Em Barbados, o Banco Central prevê uma redução de 4 a 5% de chegadas de turistas em 2009, devido à recessão mundial, e uma diminuição significativa na principal fonte de divisas, com a subsequente perda de empregos. Em resposta à presente crise mundial, o Primeiro-Ministro, David Thompson, recusou um apelo a medidas de restrição orçamental e, em vez disso, incitou a mais despesas e investimentos internos para fomentar o desenvolvimento económico. David Thompson referiu algumas medidas concebidas para alcançar este objectivo, inclusive o aumento do crédito fiscal e das reformas. O Ministro do Turismo, Richard Sealy, acredita que os Barbados conseguirão resistir à tempestade, devido à diversidade dos seus mercados turísticos e acordos específicos com parceiros essenciais. Os Barbados beneficiam de uma elevada percentagem de actividades repetidas de grande finalidade, provenientes dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, e responderam rapidamente à crise intensificando os seus esforços de marketing e acrescentando 5 milhões de dólares ao seu orçamento de 50 milhões de dólares dos EUA. Outros têm também intensificado os esforços de marketing. O Porto Rico lançou uma campanha especial de “emergência”, acrescentando 12 milhões de dólares ao orçamento anual de marketing do sector de cerca de 20 milhões de dólares, ao passo que o governo da Jamaica despendeu 5 milhões de dólares numa campanha publicitária adicional, para além do seu orçamento normal de 30 milhões de dólares para marketing. Está também a liderar com o apoio da CTO uma nova campanha regional de 60 milhões de dólares destinada a promover as Caraíbas e a fomentar a actividade nos principais mercados de origem.

➤ Cuba em crescimento

Enquanto as outras ilhas se debatem com

cancelamentos e despedimentos, a indústria de férias de Cuba tem-se mantido risonha e já comunicou que estava preparada para uma época de Inverno forte. Funcionários do Estado anunciaram reservas importantes em Dezembro e que previam chegar a 2,34 milhões de visitantes em 2008. Este desempenho de Cuba deve-se essencialmente ao facto de as dificuldades financeiras mundiais terem, até hoje, afectado pouco o Canadá, que é a sua principal fonte de visitantes. Neste ano, 35% dos turistas que visitaram Cuba vinham do Canadá, com os seus 635.000 turistas até Setembro, o que representa um quinto mais do que no mesmo período do ano passado. A economia do Canadá, que não sofreu os mesmos prejuízos, está agora a enfrentar a perda das poupanças dos proprietários de imóveis nos Estados Unidos. O número de turistas russos em Cuba aumentou 40%, mas os turistas provenientes da Grã-Bretanha, Itália, Espanha e Alemanha, os maiores fornecedores de turistas a seguir ao Canadá, diminuiu cerca de 3 a 5%. Ao entrar na época alta do Inverno, o seu futuro parece ser menos risonho para a maioria dos caribenhos: “Estou nesta actividade há 38 anos. Assisti ao impacto da Guerra do Golfo. Assisti à recessão dos anos 80 e aos efeitos do 11 de Setembro de 2001», disse Robert Sands, Vice-Presidente dos Assuntos Externos de Baha Mar Resorts Ltd das Baamas, que detém várias propriedades, “mas nada se compara àquilo a que assistimos à escala mundial, que torna a situação financeira que estamos a viver muito mais preocupante”. ■

* Jornalista sediado em Barbados.

Palavras-chave

Turismo; Crise financeira; Caraíbas; CTO; Baamas; Barbados; Cuba; República Dominicana; Jamaica; Sandals; Bernard Babb; David Thompson.



Haiti, Les Cayes.
© Marc Rogier

PACÍFICO

Ilhas atingidas pelos estilhaços da crise na AUSTRÁLIA E NA NOVA ZELÂNDIA

No decurso do Encontro dos Ministros da Economia no Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF)*, que se realizou em Vanuatu de 27 a 29 de Outubro de 2008, o primeiro balanço dos impactos potenciais da crise sobre os países da região foi mitigado. Para o Secretário-geral do Fórum, Tuiloma Nerni Sade, existem graves receios no sector do turismo do qual vários países dependem, mas também no sector das exportações e dos serviços. Realçou a fragilidade de alguns países da região que estão dependentes das importações de diversos produtos, apesar da baixa recente do preço dos alimentos e da energia constituir um elemento encorajador.

A situação diverge bastante nos 15 países ACP da região. Segundo as análises, a indústria do turismo irá sofrer um abrandamento momentâneo nos 15 países. Quanto aos outros sectores, a situação é aleatória.

Se considerarmos, por exemplo, a situação de duas das principais economias da região, as ilhas Fiji e a Papua-Nova Guiné, a disparidade é notória. Peritos da Economic Association of Fiji consideraram, no final do mês de Outubro, que o país estava protegido (“cocooned”) contra a crise e que a tempestade financeira “irá passar por cima das nossas cabeças”, sem provocar danos. O Vice-Governador da Réserve Bank of Fiji, Sada Reddy, garantiu que os sistemas bancário e de seguros do país

se encontravam saudáveis, sendo que nenhum deles tomou riscos incalculáveis e que as empresas-mãe dos bancos fijianos, baseadas principalmente na Austrália, na Índia e na Papua-Nova Guiné, estavam adequadamente capitalizadas e estáveis. A bolsa das ilhas Fiji ficaria portanto a salvo, apesar das preocupações existentes nas bolsas dos países ricos. Os peritos admitiram todavia que o sector do turismo e das principais exportações (calçado, roupa e têxteis) seriam afectados, mas que as perdas seriam compensadas com a baixa dos preços das matérias-primas e da energia. Esta serenidade não é, contudo, unânime. Alguns destacam as fragilidades intrínsecas da economia fijiana, nomeadamente um fraco crescimento que só agora ficou positivo e a desconfiança dos investidores estrangeiros em relação ao país, principalmente devido às derivas políticas.

> Papua-Nova Guiné

Apesar da moeda da PNG, o kina, bater os recordes de câmbio em relação ao dólar australiano, o Governador-geral do Bank Papua-New-Guinea lançou, logo no final do mês de Outubro, um alerta relativamente ao impacto que a crise financeira pode ter no país. Sublinha ainda que esta crise pode atingir vários sectores, causando todavia prejuízos menores. Entre os impactos, referiu uma série de diminuições, tais como do produto interno bruto, dos rendimentos das exportações, das

receitas fiscais, da capacidade de reembolso dos empréstimos imobiliários por parte dos particulares, dos investimentos estrangeiros e da competitividade internacional nas exportações do país. A PNG já tinha sido afectada, antes de Outubro, pela queda drástica da sua bolsa mas também nas bolsas estrangeiras, pela queda das acções de companhias envolvidas no seu desenvolvimento, tais como a Oil Search Limited. Graves ameaças pesam igualmente sobre as sociedades da PNG que operam nas bolsas estrangeiras como fundos de pensão, tais como a Nambawan Super ou a Nasfund, entre outras. O optimismo relativo dos bancos da PNG advém do facto dos seus fundos provirem essencialmente da poupança interna, os quais são investidos no país e nas ilhas vizinhas.

Os efeitos colaterais principais para as Ilhas do Pacífico são os causados pela queda das divisas da Nova Zelândia e da Austrália em relação às suas. A indústria turística das ilhas Fiji ou das ilhas Cook, por exemplo, já sente as consequências da crise. Tal como as ilhas Tonga ou Samoa que beneficiam das transferências da sua diáspora nestes dois grandes países, já em queda. Neste ambiente sombrio, a Austrália comprometeu-se em manter, ao mesmo nível, o seu apoio às Ilhas do Pacífico.

H.G. ■

* Austrália, Ilhas Cook, Estados Federais da Micronésia, Fiji, Kiribati, Nauru, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua-Nova Guiné, Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu.

Da esfera GLOBAL à LOCAL

Os desafios do desenvolvimento

Jornadas Europeias do Desenvolvimento

Na sua terceira edição, que, este ano, reuniu de 15 a 17 de Novembro de 2008, em Estrasburgo, toda a “família” do desenvolvimento – desde Chefes de Estado às ONG passando pelos peritos, as Jornadas Europeias do Desenvolvimento (JED) tiveram de acompanhar a actualidade. As crises alimentar e financeira estiveram, pois, no centro dos debates, sem que, no entanto, tenham prejudicado um dos grandes temas destas jornadas, nomeadamente a importância dos órgãos de poder local na luta contra a pobreza.

Sucesso de audiência – mais de 5000 pessoas vindas de África, do Pacífico, das Caraíbas, da Europa e também da Ásia e da América estiveram presentes em Estrasburgo – a edição de 2008 das JED acompanhou de perto a cimeira económica do G20, que teve lugar, em 15 de Novembro, em Washington. Para Thomas Yayi Boni, Presidente do Benim, a África precisa de um programa de estímulo macroeconómico e do compromisso do mundo desenvolvido para erradicar a pobreza e melhorar o dia-a-dia dos cidadãos. “Importa apoiar as estratégias definidas pelos países em vias de desenvolvimento. A comunidade internacional deve demonstrar que quer realmente ajudar a África.” A crise financeira é apenas “a parte emersa do icebergue que contribuiu para destruir as economias dos países em vias de desenvolvimento”, observou, pela sua

parte, Michèle Pierre-Louis, Primeira-Ministra da República do Haiti. “Necessitamos de um novo Bretton-Woods para resolver estes problemas? Sim. Precisamos de instituições novas, adequadas e reguladas, em prol do bem-estar das pessoas e do respeito mútuo e da dignidade.” Michèle Pierre-Louis acrescentou que o financiamento do desenvolvimento passaria por uma “mudança completa de paradigma”, o que exigia solidariedade, transparência e respeito dos compromissos.

> A importância da esfera local

“Perante os desafios do séc. XXI, será necessário agir também à escala local” insistiu, por sua vez, Louis Michel, Comissário Europeu responsável pelo Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária, aditando: “Acredito profundamente que a solidariedade local Norte-Sul

constitui uma força inovadora que importa incentivar.” Mais de 40 mesas-redondas evocaram diversas vertentes da problemática do desenvolvimento: a crise alimentar, os objectivos de desenvolvimento para o milénio (ODM), as alterações climáticas, o impacto dos meios de comunicação social em prol de uma governação democrática e a importância dos órgãos de poder local. “Não vamos voltar à importância do papel dos órgãos de poder local”, declarou Josep Borrell Fontelles, presidente da Comissão do Desenvolvimento do Parlamento Europeu, na abertura da mesa-redonda intitulada “Governança local e objectivos de desenvolvimento para o milénio”. “Mas, se quisermos que desempenhem esse papel, temos de os dotar dos meios congruentes”, fazendo explicitamente referência à necessidade de uma descentralização fiscal. Ilustrou as suas palavras citando o exemplo das Filipinas, onde os serviços de saúde pioraram depois de uma descentralização mal estruturada. O eurodeputado insistiu a seguir na participação dos cidadãos nos processos decisórios a nível local, citando o modelo de democracia participativa desenvolvido na cidade brasileira de Porto Alegre. No último dia, para ilustrar o empenhamento europeu no desenvolvimento à escala local, foram assinados mais de 100 novos acordos de geminação. Assim, a cidade de Kossighin (Burquina Faso) geminou-se com a de Braine-le-Comte (Bélgica) em matéria de educação. **M.M.B.** ■

Info: <http://eudevdays.eu>



Louis Michel nas JED 2008.
© Comissão Europeia.

Palavras-chave

JED; desenvolvimento local; Louis Michel; Thomas Yayi Boni; Michèle Pierre-Louis; Josep Borrell Fontelles.

A EDUCAÇÃO, prioridade absoluta, relembram os ACP

Escola Menelik, Adis Abeba, Etiópia.
© UNESCO / Petterik Wiggers

Dois anos depois da “Declaração de Bruxelas sobre a educação e o desenvolvimento sustentável”, os Ministros da Educação do grupo dos países de África, Caraíbas e Pacífico, reunidos em Bruxelas de 22 a 23 de Outubro, lançaram um apelo com vista a garantir uma “educação para todos”.

“Os sucessos alcançados entre esta reunião e a primeira, em Maio de 2006, não são suficientemente significativos para que consigamos reduzir para metade a taxa de analfabetismo até 2015” declarou imediatamente o representante cubano no dia 22 de Outubro, em Bruxelas. Acrescentando: “Aquando do fórum de Dakar, em 2000, falava-se em 800 milhões de analfabetos; ora, oito anos depois, ainda existem cerca de 700 milhões. A este ritmo, não chegamos lá.” Em 2000, os Ministros da Educação dos ACP lançaram um quadro de acção sobre “Educação para todos” (EPT). Nos dias 22 e 23 de Outubro em Bruxelas, esses mesmos ministros reuniram-se para analisar as acções implementadas desde então. A educação é uma das prioridades dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) aprovados pela comunidade internacional. Estes objectivos prevêem não só uma redução de 50% do analfabetismo, mas também o acesso à educação primária para todos.

> “Yes, we can”

Ora, continuou o delegado cubano – país onde

a taxa de escolarização é uma das mais altas do mundo – o problema da educação anda de mão dada com o da saúde: “Mais de 50% das crianças no mundo sofrem de problemas de alimentação no seu primeiro ano de vida; face a esta situação, torna-se urgente conseguir um aumento do apoio financeiro para fazer face a este duplo problema.” O apelo do representante cubano foi reconhecido pelos seus homólogos ACP. Na resolução adoptada após os dois dias de reunião, os Ministros da Educação convidam os parceiros do desenvolvimento, nomeadamente a ONU, a União Europeia, os organismos multilaterais e bilaterais, os sectores privados e outros organismos competentes “a investir, continuando a aumentar e a mobilizar a sua ajuda ao desenvolvimento, (...) nomeadamente através do fornecimento de recursos suplementares ao Fundo catalítico para a Iniciativa acelerada de apoio à implementação da EPT”. Os ministros aplaudem igualmente o programa de educação “Sim, sou capaz”, lançado pelo governo cubano e divulgado em vários países da América Latina, das Caraíbas e de África.

Apesar da universalização da educação primária ser uma iniciativa boa, é necessário

que o sistema seja perene, referiram alguns ministros, nomeadamente o representante do Togo: “O que podemos oferecer às crianças depois da educação primária? Esta pergunta é ainda mais difícil no meu país onde 70% dos habitantes são agricultores. Se todas as crianças forem para a escola, já não haverá agricultores no futuro. É assim necessário resolver este problema, mesmo com as crianças todas a frequentar a escola. Uma solução consiste em organizar, após a educação primária, acções de formação para os cidadãos.” A importância do ensino técnico é assim destacada na resolução final; mas também o ensino superior. A esse respeito, os ministros apoiam a continuação, no âmbito do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), dos programas de cooperação intra-ACP em matéria de educação, “nomeadamente os programas EDULINK, (Programa ACP-UE de cooperação para o ensino superior) e a Janela de Cooperação Externa Erasmus Mundus (EMECW)”. **M.M.B. ■**

Palavras-chave

EPT; EDULINK; “Yes, we can”; Educação; ACP.

Cada vez menos FRANCÓFONA, cada vez mais activista

Header Uma entrevista de **Maria Nicolescu**, chefe da delegação da **Organização Internacional da Francofonia (OIF)** junto da União Europeia.

A Organização Internacional da Francofonia advoga cada vez mais uma política de desenvolvimento global. A fim de dar a conhecer a sua evolução, o Correio encontrou-se com Maria Nicolescu, chefe da delegação junto da União Europeia, que conjuga a carreira de diplomata em Bruxelas com a de professora de economia em Paris e Bucareste. Maria Nicolescu é romena.

A OIF é uma organização que passou do lobbying a favor da língua francesa para uma política de desenvolvimento global?

A francofonia regista uma evolução constante. Nos anos 70, começou pela reunião de profissionais em associações. Estas evoluíram passando a verdadeiras instituições, primeiro a

Associação de Cooperação Cultural e Técnica, seguida da Agência Intergovernamental da Francofonia e, desde a Cimeira de Uagadugu em 2004, a Organização Internacional da Francofonia (OIF). Mas a Francofonia nunca foi uma instituição orientada apenas para a defesa do francês. A língua não é senão um meio para veicular ideias, abordagens de desenvolvimento. As nossas missões são: defesa da diversidade cultural e linguística, democracia e direitos humanos, educação e formação, desenvolvimento sustentável e solidariedade.

Mas a imagem da Francofonia não tem estado sempre ligada à defesa da língua francesa e do pensamento geopolítico francês?

Bem ao contrário. Após a queda do Muro de Berlim em 1989, a organização estendeu-se aos países da Europa central e oriental e hoje 14 dos 27 Estados-Membros da UE fazem parte da OIF. Não nos cingimos apenas às antigas colónias francófonas. Contamos, para além da França, com a Bélgica, a Suíça, o Canadá e a sua província do Quebec, com países da Ásia e da Europa de Leste e outros. A Francofonia francesa é um episódio que se deve declarar encerrado. No que se

refere à imagem, esperamos que, com todas estas evoluções, ela acabe por mudar. A Francofonia é uma organização que defende valores de democracia a que a Europa de Leste, por exemplo, aderiu. Além disso, a língua francesa foi um instrumento que lhes facilitou a integração regional. Nela não há, como em África, uma língua internacional única.

Onde se concentra actualmente a vossa política de desenvolvimento? Numa cooperação triangular ACP – UE – Francofonia?

Porque os nossos meios são limitados, já que não somos uma entidade financiadora, reforçamos a nossa parceria com outras organizações regionais e internacionais. Trabalhamos estreitamente com as organizações regionais africanas, incluindo as de outros espaços linguísticos, além do francês, com o Secretariado do Grupo ACP, com a Comissão Europeia e com a Comunidade Britânica com quem realizamos projectos de desenvolvimento em domínios variados.

A Francofonia criou um fundo de garantia das indústrias culturais de que fui a promotora. Há sempre a tentação de reproduzir o funcionamento das grandes organizações internacionais. Afigura-se-me preferível que se opte por modelos emergentes da prática e da experiência local. É esta a minha luta pessoal. **H.G.**

Palavras-chave

Organização Internacional da Francofonia (OIF); Maria Nicolescu; diversidade cultural; democracia; direitos humanos; educação; formação; desenvolvimento sustentável; solidariedade.



© Hegel Goutier

As ONG do mundo inteiro instam a UE a defender uma governança mundial “FINALMENTE DEMOCRÁTICA”

Reunidas pela primeira vez num fórum internacional, 10.000 ONG de 82 países lançaram, no dia 30 de Outubro em Paris, um apelo à Europa para que esta lance e proponha uma reforma da governança mundial que esteja ao serviço das populações mais vulneráveis.



Participantes na Conferência Internacional das Plataformas Nacionais das ONG. © Coordination SUD

Na sequência deste primeiro fórum, iniciado pela Coordination Sud, que reúne as ONG francesas de solidariedade internacional, os representantes de 10.000 ONG* entregaram ao Sr. Joyandet, Secretário de Estado francês para a Cooperação e a Francofonia, um roteiro para uma Europa solidária e responsável nas negociações internacionais.

Num momento em que os Estados se interrogam sobre a necessidade de regular a mundialização através de uma reforma das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc.), as ONG do mundo inteiro instam a Europa a garantir uma participação efectiva dos países mais pobres nas instâncias internacionais.

Nas suas “Mensagens do Mundo à União Europeia”, as ONG solicitam à UE que reveja o conjunto das suas políticas comerciais, agrícolas, ambientais e económicas de modo a que estas contribuam para um verdadeiro desenvolvimento sustentável, tanto no Norte como no Sul, e para a luta contra as desigualdades. Com efeito, na opinião de Bakary Doumbia, presidente da FECONG (plataforma das ONG sediadas no Mali): “A cooperação europeia em matéria de desenvolvimento privilegia a luta contra a imigração ilegal, a promoção dos interesses das empresas europeias e a luta contra o terrorismo, em vez de reforçar as políticas de educação, de saúde e de igualdade entre homens e mulheres.” Para Mike Mathias, presidente do fórum político da Concord, que

reúne as ONG de emergência e de desenvolvimento da Europa, “o modelo europeu de desenvolvimento deve ser revisto. O planeta não pode assumir o modo de consumo das classes abastadas mundiais. Este modelo baseia-se apenas no crescimento económico e não permite uma repartição equitativa das riquezas”. **M.M.B.** ■

* Nascidas das coligações regionais Mesa de Articulacion (América Latina), REPAOC (África do Oeste), REPONGAC (África Central), PIANGO (Oceânia), National Platforms Coalition of Asia (Ásia do Sul e do Sudeste), SADC Council of NGOs (África austral) e CONCORD (Europa).

Palavras-chave

Coordination Sud; governança; Concord; FECONG; Bakary Doumbia; Mike Mathias.

FÓRUM Mundial dos MEDIA e Desenvolvimento (GFMD)

A segunda edição do fórum mundial sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação social (Atenas de 7 a 10 de Dezembro de 2008) teve lugar na Grécia, num contexto crucial de sobressaltos de manifestações na rua. Georgios Papandreou, líder da oposição grega, interveio na cerimónia de encerramento para falar sobre um dos temas do fórum, isto é a relação entre o poder e os meios de comunicação social, e frisou que estes últimos são “reféns” porque “há uma tal abundância de dinheiro que os meios de comunicação social são influenciados e frequentemente controlados e a nossa comunidade académica pode ser controlada pelo poder”.

O objectivo principal do fórum era adoptar estratégias práticas a favor do desenvolvi-

mento na óptica dos media. O fórum foi uma oportunidade para os jornalistas e os meios de comunicação social do Sul darem a conhecer a sua situação e poderem reunir-se com as instâncias internacionais de apoio à imprensa. Assistiram ao evento de Atenas cerca de 500 especialistas provenientes de 106 países e participaram em diversos ateliês, subordinados a temas tais como as mulheres e as crianças na imprensa mundial, a protecção dos jornalistas em zonas de conflito, a apropriação da Internet pelos poderes ou a formação dos jornalistas em termos de cobertura de catástrofes. Entre os contributos para os debates por parte de um grande número de meios de comunicação social ou de instituições estão as conclusões do fórum “Os Media e o Desenvolvimento”, organizado recentemente, em Uagadugu, pela

Comissão Europeia e a União Africana.

Foi apresentada uma curta-metragem num dos ateliês, “Maior necessidade de proteger os jornalistas”, sob o tema “Nunca antes no decorrer da História foram mortos tantos jornalistas”. Triste constatação esta que é ainda reforçada pelo jornalista congolês, Donato M’Baya Tshimanga (da organização JED, “Journaliste en danger”), que relembrou a morte de 6 jornalistas em 2008, só no Congo. **H.G. ■**

Palavras-chave

Fórum Mundial dos Media e Desenvolvimento (GFMD); Hegel Goutier; Georgios Papandreou.

MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

“Para SAIR da dimensão da segurança com a EUROPA”

Joshua Massarenti

Após Bruxelas em 2007, Manila, a capital das Filipinas, acolheu em Outubro de 2008 o II Fórum Mundial sobre a Migração e o Desenvolvimento (FMMD). Ao longo de três dias, representantes de 150 países, organizações internacionais e da sociedade civil confrontaram-se sobre os direitos dos migrantes para que estes possam desempenhar um papel importante no desenvolvimento dos países de origem e de acolhimento. Aya Kasasa, responsável pelos assuntos culturais e migratórios no Secretariado ACP, aponta o desfasamento entre as políticas existentes e os objectivos anunciados.

Quais eram os desafios deste Fórum para os países ACP?

O Grupo dos Estados ACP tomou decisões históricas em 2006, ao adoptar pela primeira vez uma estratégia comum para as questões de asilo, migração e mobilidade, aprovada ao mais alto nível, pelos Chefes de Estado e de Governo dos países ACP. Sair da dimensão puramente de segurança, nas conversações com a Europa, e ressaltar os aspectos positivos das migrações para o desenvolvimento dos Estados, não esquecendo que os migrantes são pessoas: eis o principal desafio e a principal mensagem que os Estados ACP iam levar a Manila. Isto sobretudo no âmbito da temática prioritária deste II Fórum, nomeadamente assegurar o direito dos migrantes.

Quais são as oportunidades e os desafios da relação entre os fenómenos migratórios e o desenvolvimento?

Os países ACP representam um dos maiores fornecedores de migrantes: tanto no interior dos seus continentes como para o resto do mundo. São, pois, os próprios Estados ACP que sofrem o peso das migrações; é, pois, necessário apoiar prioritariamente estes Estados. Ora, o nosso mundo é afectado por grandes choques, que requerem uma acção urgente e concertada. Entre as alterações climáticas, a crise alimentar, o preço das matérias-primas e as crises energética e financeira, as questões de mobilidade estarão cada vez mais na ordem do dia. A maioria dos países ACP está consciente de que é necessário reestruturar as trocas de impressões e abando-

nar as declarações de intenções. Uma coisa é declarar a importância da dimensão do desenvolvimento na gestão das migrações, uma outra é considerar as políticas existentes que não respondem, infelizmente, ao objectivo anunciado. O Grupo ACP tenciona, pois, construir parcerias, no âmbito das quais a mobilidade dos seus cidadãos será sistematicamente apreciada no plano do contributo positivo para o desenvolvimento. Este será um dos objectivos da “Facilidade intra-ACP” criada pelo nosso Secretariado. **■**

Palavras-chave

Fórum Mundial sobre a Migração e o Desenvolvimento (FMMD); Marila; Filipinas; Secretariado ACP; Aya Kasasa.

MIGRANTES: recursos (humanos) preciosos para o desenvolvimento

Migração

Interacções

Dezembro de 2009: Feira do Conhecimento organizada no "Musée du Cinquantenaire", Bruxelas (Bélgica). © CE/PNUD

Para além da gestão dos fluxos migratórios e da protecção dos direitos dos migrantes no território europeu, a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão (1999) permitiu o estabelecimento de parcerias estratégicas da UE com países ou regiões do Sul para um desenvolvimento comum. A Iniciativa Conjunta CE-ONU, financiada pela Comissão Europeia (CE) e executada pela sede do PNUD em Bruxelas, procura promover o impacto positivo das migrações sobre a realização dos Objectivos do Milénio, bem como o reforço da sociedade civil e das autoridades locais, que são interlocutores incontornáveis para o desenvolvimento dos países pobres.

2006 foi, incontestavelmente, um ano decisivo na abordagem internacional dos fenómenos migratórios: em Abril, em Bruxelas, o Grupo dos Estados ACP adoptou uma estratégia comum sobre o asilo, a migração e a mobilidade, posteriormente confirmada pelos Chefes de Estado e de Governo ACP, a fim de ter em conta os aspectos positivos das migrações para o desenvolvimento dos países ACP; em Julho, os representantes de cerca de 60 países africanos e europeus e os de uma dezena de organizações regionais e internacionais reuniram-se em Rabat (Marrocos) na primeira conferência ministerial euro-africana sobre migração e desenvolvimento; finalmente, em Setembro, em Nova Iorque, representantes de alto nível de todos os Estados membros das Nações Unidas reuniram-se em Assembleia-Geral para estudar um dos aspectos mais promissores das migrações: a sua relação com o desenvolvimento.

Estes três acontecimentos não são obra do acaso: no início do século XXI, as migrações são um grande desafio da globalização contemporânea. No seu último relatório de 2008, a Organização Internacional das Migrações (OIM) sublinha que há actualmente mais de 200 milhões de migrantes no mundo, ou seja, duas vezes e meia mais do que em 1965. Por sua vez, o Banco Mundial considera que, em 2007, as remessas dos migrantes atingiram 317 mil milhões de euros, 240 dos quais foram transferidos para os países em desenvolvimento.

Numa presidência francesa do Conselho da UE (segundo semestre de 2008), a Comissão Europeia decidiu afectar 15 milhões de euros a uma Iniciativa Conjunta CE-ONU para o Desenvolvimento e a Migração, executada pela sede do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em Bruxelas, em

parceria com a OIM, o FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População), o UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Segundo Antonio Vigilante, Director da sede da ONU em Bruxelas*, "esta iniciativa conjunta ilustra a convicção comum da Comissão Europeia e das Nações Unidas sobre o potencial dos migrantes como interlocutores susceptíveis de contribuir para a realização dos Objectivos do Milénio".

O programa da Iniciativa Conjunta articula-se em torno de três eixos principais: a constituição de redes (mobilização das diásporas, da sociedade civil, das autoridades locais, etc., criação de comunidades de prática e organização de três salões do conhecimento); um convite à apresentação de propostas de 10 milhões de euros para subvenções de 50.000 a 200.000 euros, destinadas a financiar intervenções concretas em 16 países** (dos quais 7 são do Grupo ACP); por último, o desenvolvimento das "capacidades" através do estabelecimento de parcerias e da disponibilização de instrumentos em linha, bem como de um serviço de aconselhamento. O primeiro Salão do Conhecimento, realizado em Bruxelas de 1 a 4 de Dezembro de 2008, reuniu mais de 250 representantes provenientes de toda a Europa e de inúmeros países do Sul. Foi lançado nesta reunião o convite à apresentação de propostas. "Este convite tem por objectivo apoiar uma série de projectos, através dos quais esperamos reunir boas práticas que nos permitam definir estratégias globais capazes de reforçar o papel dos migrantes, da sociedade civil e das autoridades locais europeias e do Sul nas políticas de desenvolvimento", confia a O Correio, Cécile Riallant, perita em migrações da OIM e conselheira do PNUD para a Iniciativa Conjunta.

Entre as temáticas seleccionadas, as **remessas** dos migrantes enfrentam inúmeros obstáculos que entravam o desenvolvimento social e económico. "Além dos custos elevados das transacções", sublinha Cécile Riallant, "um grande número de migrantes, particularmente mulheres, são confrontados com uma falta cruel de informações sobre os instrumentos que podem utilizar para transferir as suas remessas. Nos países em desenvolvimento, a ausência de uma boa rede bancária nos meios rurais também limita o acesso a estes fundos". Para além destas remessas, a Iniciativa Conjunta empenhou-se em mais três domínios: as **comunidades migrantes**, cujas redes transnacionais e conhecimentos são instrumentos fundamentais para a realização dos Objectivos do Milénio; as **capacidades dos migrantes**, cujos capitais humano, social e financeiro constituem recursos preciosos para a promoção do desenvolvimento dos países terceiros; e a possibilidade de maximizar o potencial dos migrantes que passa pelo respeito e protecção dos seus **direitos** nos países de origem, de trânsito e de destino. "Sem estes direitos", conclui Cécile Riallant, "não conseguiremos nada". **J.M.** ■

* A sede das Nações Unidas tem por objectivo manter e desenvolver as relações entre a ONU, a União Europeia e o governo belga. Para mais informações, consultar o sítio web: <http://www.unbrussels.org/index.html>

** Gérgia, Moldávia, Marrocos, Tunísia, Argélia, Egipto, Senegal, Cabo Verde, Gana, Nigéria, Mali, Etiópia, Sri Lanca, Filipinas, Jamaica, Equador.

Para mais informações, consultar o sítio web: www.migration4development.org

Palavras-chave

Iniciativa Conjunta CE-ONU; PNUD; OIM; UNHCR; FNUAP; OIT; migrações; migrantes; desenvolvimento; sociedade civil; autoridades locais; Cécile Riallant; Antonio Vigilante.

Andrea Marchesini Reggiani

DIVERSIDADE CULTURAL EM PRIMEIRA LINHA

Sede da UNESCO coberta de neve.
© UNESCO / Michel Ravassard

Talvez não se saiba o suficiente acerca das inovações que a Convenção sobre a Diversidade Cultural, adoptada pela UNESCO em Outubro de 2005, introduziu no direito internacional. Há em especial três inovações: a ratificação da diversidade cultural enquanto direito, deixando de ser uma questão interna de uma nação para passar a preocupação de toda a comunidade internacional; a definição do carácter intrínseco e específico do património e das actividades culturais e, por fim, o reconhecimento, pela primeira vez, com o artigo 11º, do papel fundamental da sociedade civil na “protecção e na promoção da diversidade das expressões culturais”, fomentando a sua participação activa “nos esforços para alcançar os objectivos da presente Convenção”, a funcionar praticamente como um sistema de segurança, controlo e monitorização.

Os elegantes termos da Convenção devem agora ser aplicados, sendo necessário concluir em 2009 quatro estudos importantes: órgãos administrativos e funcionamento, mecanismos e regras para a participação da sociedade civil, criação do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural e respectivas regras, e instrumentos para observar a diversidade cultural a nível mundial e nacional. Tal compete ao Comité Intergovernamental para a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que foi instituído na UNESCO pelo artigo 23º da Convenção. A segunda reunião ordinária do Comité teve lugar, em Paris, de 8 a 12 de Dezembro de 2008.

Durante a reunião, o Comité debateu questões como as directrizes operacionais sobre cooperação internacional, a integração da cultura no desenvolvimento sustentável e a utilização do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural.

Galia Saouma-Forero, Directora da Divisão de Expressões Culturais e Indústrias Criativas, comentou: “O objecto de quase todas as discussões foi o artigo 16º da Convenção, que versa sobre o tratamento preferencial para os países em vias de desenvolvimento. O Secretário-Geral da UNESCO apresentou seis relatórios elaborados por peritos de várias regiões, revendo os textos multilaterais sobre preferência cultural e examinando várias modalidades de aplicações bilaterais, simultaneamente Sul-Sul e Norte-Sul. Todos os peritos concordaram que o tratamento preferencial, na perspectiva da Convenção, não deve ser entendido em termos meramente comerciais mas ser construído num espírito de parceria e cooperação.”

“A cultura vive da diversidade”, declarou Marcelo O. Dantas, Director de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil, “que, por um lado, é tradição e, por outro, inovação, mas também é respeito da sabedoria social específica. Todas as sociedades precisam de diversidade e a Convenção de 2005 é uma solução extremamente inovadora, corajosa e arrojada. A defesa da diversidade cultural está na base da inovação, tal como a biodiversidade é essencial para melhorar as possibilidades de sobrevivência. Por exemplo, o meu país promove a língua portuguesa, falada pela maioria da população, mas ao mesmo tempo protege as línguas minoritárias, como o crioulo”.

Sidney Bartley, Director da Cultura do Ministério da Informação e Cultura da Jamaica, afirmou que, para o seu país, a questão importante é a indústria musical. “Estamos cientes desta tendência da cultura jamaicana, especialmente no reggae. Temos de obter apoio para sectores como a co-distribuição e a co-produção com os países desenvolvidos porque, em geral, quando os canais de distribuição são controlados por empresas internacionais ou externas, os direitos

de autor não revertem a favor da Jamaica. Uma questão importante que me preocupa é a dos procedimentos de financiamento. Por exemplo, os nossos artistas e associações lutam com dificuldades na obtenção de subsídios europeus, devido à complexidade do processo de candidatura. Nomeadamente no último programa de apoio às indústrias culturais, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento, a extrema dificuldade do processo de candidatura impediu-nos de participar. Quando estarão os programas vigentes em condições de assistir os países em vias de desenvolvimento na sua participação? Creio que devemos ter em conta a realidade destes países.”

Até os pequenos países como Santa Lúcia seguem este processo com entusiasmo. “Fomos o primeiro país caribenho a ratificar a Convenção”, disse Vera Lacoeuille, Primeira-Secretária da Delegação Permanente de Santa Lúcia junto da UNESCO, “porque entendemos necessário estarmos presentes desde o princípio do processo de definição das directrizes operacionais”. Esperemos que o Comité Intergovernamental, que reúne novamente em Março, atenda a estas exigências na aplicação desta revolucionária Convenção.

Tal como o Rio protegeu a biodiversidade e Quioto defendeu o direito das comunidades que não poluem, a Convenção de 2005 reconhece o direito dos povos no séc. XXI a preservar a sua cultura, contra qualquer tentativa imposta por outra, eventualmente mais moderna e funcional, mas alheia às suas raízes e tradições. ■

Palavras-chave

UNESCO; Convenção sobre a Diversidade Cultural; Galia Saouma-Forero; Marcelo O. Dantas; Sidney Bartley; Jamaica; Caraíbas; Brasil; África.



Doha apoia soutien “1% digital”

Trezentos peritos, membros de ONG e representantes das telecomunicações, reuniram-se no dia 24 de Novembro de 2008, em Lyon, para encontrar soluções, com vista a reduzir a fractura digital entre países desenvolvidos e países em via de desenvolvimento. Um dos objectivos: a generalização da “contribuição de 1% para o Fundo de Solidariedade Digital”. Um princípio reconhecido uma semana mais tarde em Doha, aquando da conferência sobre o financiamento do desenvolvimento.

Abdoulaye Wade, presidente do Senegal, foi o convidado de honra da conferência de Lyon, organizada sob a chancela da presidência francesa da União Europeia. Em 2003, Abdoulaye Wade lançou um apelo que visava a criação de um Fundo de Solidariedade Digital (FSD).

“Quando subi ao poder em 2000, só existiam 4 computadores na presidência. Utilizávamos máquinas de escrever antigas. Actualmente, temos computadores em todo o lado”, declarou o presidente senegalês na tribuna da Conferência sobre a Solidariedade Digital. Segundo ele, a sua chegada ao poder permitiu que o Senegal entrasse numa nova era, nomeadamente no que toca às futuras gerações. Acrescentando ainda: “Em África, as crianças não têm brinquedos. No Senegal, graças ao meu projecto base para os mais pequenos, as crianças brincam com computadores.” No entanto, no decurso da conferência de imprensa, Abdoulaye Wade exprimiu a sua decepção relativamente às demoras que observou, nomeadamente no financiamento.

> “Muito poucos responderam ao apelo”

O FSD funciona com a ajuda das quotas dos Estados-Membros, que totalizam um montante de pelo menos 300.000 Euros por ano e por país. “Mas muitos ainda não pagaram a sua contribuição”, declarou o presidente senegalês, acrescentando ainda: “A França pagou, mas nem todos os países europeus o fizeram. Este ano, o Senegal contribuiu com cerca de 400.000 Euros. Porém, este montante destina-se frequentemente a pagar gastos administrativos ou deslocações, em vez de ser investido na compra de computadores. Um dos objectivos da conferência de Lyon visa um maior envol-

vimento dos países europeus; muito poucos responderam ao apelo em 2003.” O presidente senegalês relembrou insistentemente que “o digital é crucial para os nossos países, na medida em que constitui uma alavanca transversal fundamental para resolver os problemas relacionados com o desenvolvimento”.

Para esse fim, exortou as partes envolvidas na solidariedade digital a “criar urgentemente fileiras de reciclagem de computadores para os países do sul”, com vista ao fornecimento de “500 milhões de computadores ao longo de cinco anos, sendo que 500.000 são provenientes da Europa”. As empresas do sector “devem ajudar-nos a recolher os computadores e poderiam, por exemplo, financiar o seu transporte”, acrescentou o presidente Wade.

Porém, o Senegal não é o único país africano a aderir ao FSD. Com a adesão recente do Mali e da Guiné, o número de países africanos fundadores do Fundo de Solidariedade Digital eleva-se a 14, sendo que o fundo totaliza 28 membros. Em Lyon, a ministra das Telecomunicações do Gabão, Laure Olga Gondjout, sublinhou: “Estamos a instalar fibra óptica, o que pressupõe um esforço considerável em matéria de conectividade. Possuímos o acesso mas gostaríamos que os internautas gaboneses pudessem trabalhar com ferramentas que lhes permitissem conectar-se à essa fibra óptica.” Acrescentando ainda: “O presidente senegalês referiu a importância da internet para a agricultura. Trata-se de um sector importante no Gabão, razão pela qual estamos a analisar a forma como podemos melhorar a produtividade e alargar os programas de formação aos agricultores que se encontram isolados.”

Para Jacques Edane, perito gabonês, responsável em Lyon pelo grupo de trabalho para a educação, “a utilização dos quadros

brancos electrónicos que permitem aos professores africanos transmitir conteúdos simples foi recebida com agrado; porém, se levamos quadros ligados a computadores, precisamos de levar a electricidade às aldeias”. Contudo, Jacques Edane está convencido: “Estas tecnologias são o motor que irá permitir alcançar o desenvolvimento”, insistindo sobre a “importância de tirar proveito da iniciativa do Fundo de Solidariedade Digital”.

> Apelo às empresas

Para alimentar o Fundo, os responsáveis do FSD lançaram o “1% digital”. A ideia é simples: cada empresa privada, parceira do Fundo, que venda bens ou serviços relacionados com as tecnologias da informação e de comunicação compromete-se a entregar 1% do montante dessa transacção ao FSD. Todavia, o presidente senegalês admitiu que “os grupos desejam investir dinheiro em iniciativas concretas e ainda existem muitos receios”.

Até agora, o FSD lançou 10 projectos-piloto, quatro no Burundi e seis no Senegal, os quais visam colocar as tecnologias de informação e de comunicação (TIC) e o acesso à internet ao serviço das comunidades envolvidas na luta contra a Sida. Estes projectos prevêem acções de formação para a população na área das TIC, centros de telemedicina e de tele-educação.

No Senegal, o FSD lançou um programa intitulado “Sénéclie”. O objectivo: recolher, até 2010, 500.000 computadores para equipar escolas. “A cidade de Besançon pôs-nos em contacto com a empresa Axa Assurances que colocou à disposição do meu país 30.000 computadores.” **M.M.B. ■**

Palavras-chave

FSD; digital; Wade; Olga Gondjout; Doha; Lyon.

Seminário sobre reciclagem durante a primeira Conferência Internacional sobre a solidariedade digital em Lião (França).
© World Digital Solidarity Agency

Dar à cultura Tswana uma visão mundial

Um dia na vida do arquitecto Motswana Moleta Mosienyane

O que é que Covent Garden, Piccadilly Circus e Trafalgar Square têm em comum com o kgotla, o conselho comunitário de uma aldeia do Botsuana onde as decisões são tomadas por consenso? E por que razão um líder do Botsuana arquitecto diz que é influenciado por um colega de profissão do Sri Lanka na Ásia? No seu escritório em Gaborone central, Moleta Mosienyane deslinda estas ligações surpreendentes à medida que explica como é que a tradicional aldeia Setswana (Tswana) está na origem de todo o seu trabalho e mais próxima dos corações e pensamentos de outros continentes do que se espera.

“O meu trabalho baseia-se no sistema kgotla”, explica Mosienyane, esboçando no meu caderno de apontamentos o padrão semicircular da kgotla – a comunidade tradicional Tswana. Desenha o “espaço imaginário” em que as decisões são tomadas na parte frontal, à volta do qual estão dispostas casas em forma de ferradura. Enquanto que os Europeus constroem verticalmente, os Batswana*, afirma, estão ligados à terra. E o Kgotla fomenta a comunidade: “Temos de ter uma âncora. É importante que não fuçamos disto.”

Qualquer dia da semana poderá encontrar este apaixonado arquitecto formado em Oxford (Reino Unido) nos seus escritórios, Mosienyane & Partners International Ltd., em Gaborone ou em Joanesburgo ou Cidade do Cabo na África do Sul, ou em comissões no Gana ou na Nigéria, onde está a trabalhar num contrato para uma empresa de gestão de imóveis. Foi-lhe igualmente pedido recentemente que desenhasse o pavilhão do Botsuana na exposição 2010 em Xangai, China.

➤ Espaço sagrado

Paradoxalmente, rodeado de alguns dos altos blocos de escritórios em forma de cogumelo de Gaborone, diz que é necessário compreender “a sacralidade do espaço na cultura Setswana”.

Tal como explica num trabalho académico “Utilização Setswana do Espaço”**: “Foram dadas conotações espirituais e sobrenaturais à utilização do espaço como forma de reforçar a cultura setswana e de manter a sua resiliência, vitalidade, energia e renascimento.”

Os antropologistas ocidentais, afirma, interpretaram mal a cultura setswana. “Os investigadores da era colonial encontraram problemas específicos que fizeram com que lhes fosse difícil obter interpretações genuínas. Os problemas relacionados com a etnocentricidade dos investigadores que foram formados com modos de educação ocidentais. Não poderiam penetrar as formas dos Setswana verem o mundo e esta incapacidade de perceber as formas de pensar dos Tswana deturpou as percepções dos investigadores e levou a interpretações erradas dos conceitos tswana tradicionais”, escreve no trabalho.

Continua: “Muitos conceitos setswana relacionados com espaço e local foram incorporados no conceito de botho: respeito pela santidade do ser humano e a ligação de um ser humano a outras pessoas, bem como o ambiente natural e o reino espiritual.”

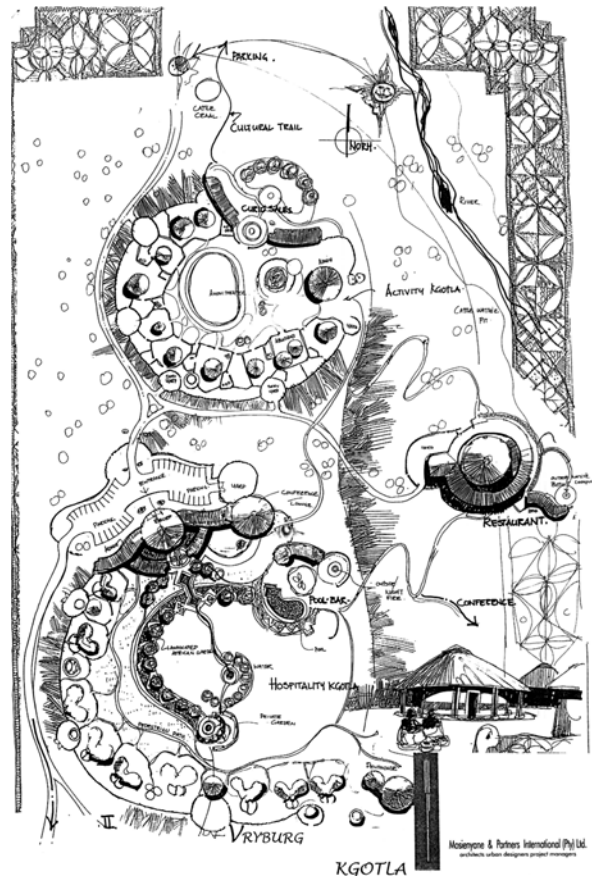
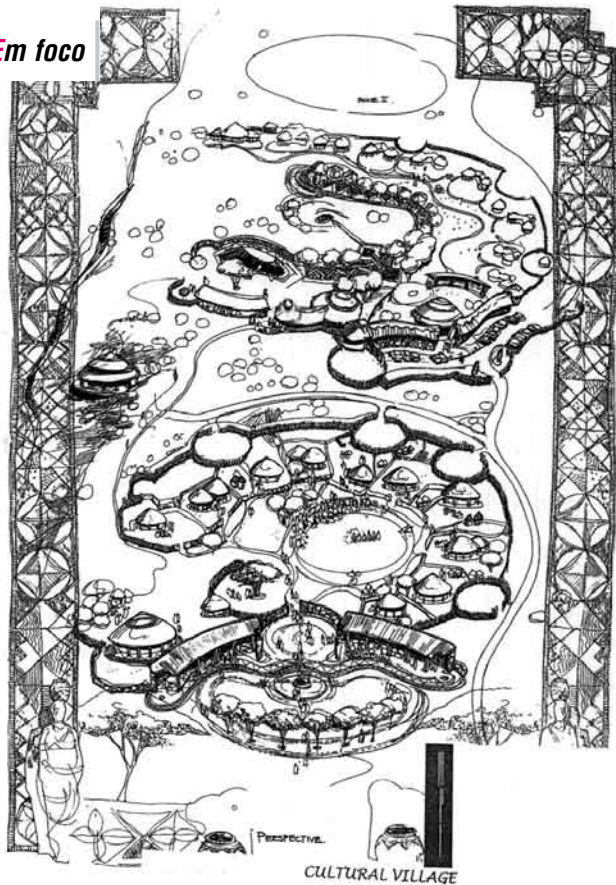
“Quando nascia uma criança, a mãe ficava confinada a uma casa durante cerca de três meses. Um pedaço de madeira, ou mopakwana, era colocado em frente à casa para informar as pessoas de que havia um novo bebé na casa. Isto significava respeito pela santidade do bebé vulnerável cujo corpo tinha de ser pro-

tegido do mal. Os homens não podiam entrar dentro de casa, nem sequer o pai da criança deveria fazê-lo.”

“Da mesma forma, o enterro de pessoas dentro do quintal, o kgotla ou gado kraal, servia para ligar os vivos com a esfera espiritual de forma próxima, imediata e que visa não só o indivíduo como a ligação da pessoa com a comunidade”, diz o documento. “Ao enterrar pessoas num quintal, no kgotla, ou no kraal, o sentido de um espaço que se torna sagrado era reforçado.”

“Estes conceitos mostraram a ligação do indivíduo com a comunidade e o sentido de que o espaço era espiritual e tinha de ser tratado como tal. Argumentamos que estes conceitos precisam de ser interrogados de perto e a sua utilidade, desde que mostre o quão avançada era e continua a ser a civilização Setswana, deve ser celebrada e afirmada através da arquitectura” – pormenoriza o documento de Mosienyane. Isto apesar de alguns líderes académicos em questões de género no Botsuana terem problemas com o kgotla, defendendo que define os papéis tradicionais do homem e da mulher – afirma Mosienyane: “Na cultura Setswana, cada local, cada espaço, é influenciado pela espiritualidade e isto traz solidariedade, bem como protecção do ambiente, que é igualmente cultural e natural.”

Pretende mostrar como é que o local e o espaço na cultura setswana não são apenas entidades funcionais. A localização de uma



casa, por exemplo, implicaria muitos elementos espirituais que a formação ocidental em arquitetura poderia ou pode ignorar: “O significado destes valores deveria ser realçado e a prática arquitectural poderia ganhar com esses conhecimentos.”

> Influências do Sri Lanka

Uma das suas principais influências é o arquitecto do Sri Lanka Geoffrey Bawa que desenhou o Novo Complexo Parlamentar no seu país em Sri Jayawardenepura, Kotte. Inspira-se pela ênfase que Bawa dá à cultura, ao clima, à paisagem, bem como na forma como Bawa utiliza e interpreta as tradições do antigo Ceilão. Como Bawa, Moseniyane esforça-se por utilizar terreno natural, desenvolver vistas nas paisagens naturais e dar utilidade à luz e aos materiais vernaculares.

Moseniyane afirma que partilha o objectivo de Bawa de “traduzir a nossa cultura na nossa própria visão do mundo”. “A discórdia é que na cultura setswana, cada local, cada espaço, é influenciado pela espiritualidade e isto traz solidariedade, bem como protecção do ambiente, que é igualmente cultural e natural.”

A sua formação académica em Oxford, seguida por várias colocações em grandes arquitectos londrinos, não alterou a forma como desenha. Explica isto numa metáfora musical: “Um músico de jazz pode ter formação em música clássica, mas pode utilizar o piano clássico

para produzir jazz.” Não interessa se se formou em Veneza, Roma ou São Paulo.

A utilização actual de um espaço reveste também uma grande importância, por isso, por exemplo, ao desenhar a aldeia cultural Khoi San na África do Sul fez pesquisas aprofundadas, entrevistou todos os aldeões e pediu-lhes que descrevessem a utilização que faziam do respectivo espaço por palavras ou imagens. O significado de espaço para os que o utilizam é da mais alta importância: “Se se trata de um teatro, tem de ter a língua do teatro” – diz Moseniyane. Mas de que forma é que o padrão kgotla traduz os dizeres para o desenho de uma casa privada nos subúrbios de Gaborone? Mostra-nos um design recente de uma residência contemporânea. Tem ângulos aguçados por fora, mas por dentro as divisões são curvas em torno de um espaço central e da cozinha e para as traseiras há um espaço protector com tílias.

Poderá ver o que ele quer dizer com alguns ex-líbris mais famosos de Londres a espelhar o kgotla; estes espaços públicos populares formam padrões circulares abrangentes com edifícios circundantes a olhar para eles. Moseniyane diz “e não se esqueçam de que os edifícios têm olhos”. **D.P.** ■

* Batswana é a forma plural do nome dos nacionais do Botsuana. Motswana é a forma singular.

** “Utilização Setswana do Espaço” por Moleta Moseniyane, 2004.

www.mpidesign.com

Desenhos de Moleta Moseniyane. Aldeia cultural, África do Sul em formação kgotla © Moleta Moseniyane

Arquitecto Motswana, Moleta Moseniyane 2008 © Debra Percival



Palavras-chave

Moleta Moseniyane; Botsuana; arquitetura; kgotla.



Na sequência do encontro sobre o clima, que se realizou em Dezembro de 2008 na cidade de Poznan, na Polónia, os países em desenvolvimento apresentaram propostas concretas com vista a proteger as florestas tropicais, que constituem grandes depósitos de CO2. Resposta da comunidade internacional para o próximo Outono, três meses antes da conferência da Copenhaga, a qual, em Dezembro de 2009, irá dar início a um novo regime internacional em matéria de clima.

A resposta não será fácil, na medida em que esta questão dividiu, em Poznan, os países em desenvolvimento e os países industrializados, nomeadamente a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá e, ao que parece, pelo menos nos bastidores, os Estados Unidos. Os pontos de discórdia são numerosos, mas a principal causa de desentendimento está relacionada com a importância que será dada às populações autóctones no futuro regime carbono das florestas. As florestas entram assim oficialmente nas negociações sobre o regime que deve, a partir de 2013, substituir o protocolo de Quioto.

Um protocolo que até agora só visava os países industrializados e que impunha reduções

das emissões de gás com efeito de estufa (GEE) a fim de lutar contra as alterações climáticas, reduções que os países industrializados podiam atingir recorrendo em parte aos mecanismos de mercado, como a célebre bolsa de CO2. O futuro regime irá rever de alto a baixo o protocolo de Quioto. Em primeiro lugar, o nível de redução global das emissões de GEE deverá aumentar para 20% em vez dos 5% decididos em Quioto com base no nível de 1990. Deverá – pedido insistente dos Estados Unidos, pelo menos sob a administração do presidente Bush – incluir o conjunto dos países do planeta, nomeadamente os países emergentes tais como a China, a Índia ou o Brasil. Finalmente, deverá redefinir as regras que regem a concessão dos “créditos de carbono”. Qual será a importância dada às florestas neste

novo tratado? A pergunta fica em aberto. Florestas com uma superfície equivalente à da Grécia desaparecem todos os anos, o que equivale a um quinto das emissões de CO2 na atmosfera, CO2 que até agora era absorvido pelas árvores no seu crescimento. A República Democrática do Congo, o Suriname ou ainda a Papua-Nova Guiné declararam que as nações ricas deveriam ajudá-los a proteger as suas florestas tropicais.

Em Poznan, os delegados tentaram, sem sucesso, definir os meios de financiamento do combate à desflorestação, baptizada no jargão das Nações Unidas “REDD” (Redução das emissões causadas pela Desflorestação e a Degradação das florestas). “É imperativo que o nível de financiamento esteja à altura do



desafio, este é o ponto de partida”, explicou um responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, André Odenbreit Carvalho. “Devemos perceber como desenvolver fluxos financeiros previsíveis, suficientes e que possam ser suportados para proteger as florestas”, sublinhou pela sua vez o director da delegação da Papua-Nova Guiné, Kevin Conrad. Os partidários da REDD propõem que o prémio de combate à deflorestação seja fixado em função de um cenário de referência, com base na projecção da evolução da situação florestal actual de cada região. Cálculo difícil quando se sabe que ninguém tinha previsto o recomeço da deflorestação na Amazônia brasileira. Outra dificuldade: avaliar a quantidade de carbono retida pelas florestas. A floresta

angolana receberia assim um crédito de carbono estimado entre os 3.577 e 11.767 milhões de toneladas.

Outra pergunta sensível: quem vai beneficiar com este novo maná? Os Estados, as comunidades locais ou será que o enorme aparelho administrativo exigido pela sua gestão o irá absorver? Mas principalmente, que importância será dada às populações autóctones cuja sobrevivência depende directamente da exploração florestal? Na opinião de Grégory Jean, responsável pela missão Floresta internacional da ONG francesa France Nature Environnement (FNE) que participou no encontro de Poznan, “reduzir as emissões de GEE sem considerar a participação dos actores locais é simplesmente inviável e retira toda a credibilidade ao sistema

REDD”. Por outro lado, considera, salvo os casos da Indonésia e do Equador, que as partes não insistiram suficientemente na integração da biodiversidade nas modalidades de aplicação do mecanismo: “O mecanismo não deve transformar-se numa forma involuntária de promover as conversões das florestas primárias em plantações em grande escala.”

Tratando-se do modo de financiamento do sistema REDD, a Comissão Europeia exprimiu novamente, na Polónia, a sua recusa em integrar créditos de florestas no mercado do carbono a curto prazo. Uma posição apoiada por diversas ONG ambientais, na medida em que a chegada de um volume importante de créditos no mercado conduziria sem dúvida à sua destabilização. Por outro lado, se as florestas tropicais representam o principal desafio da conservação florestal, a FNE pede para que a questão das florestas boreais, posta de parte pelas instâncias internacionais, não seja esquecida.

> Financiar a adaptação às alterações climáticas

Não existem apenas as florestas. Em Poznan, os países em desenvolvimento reclamaram financiamentos que lhes permitam fazer face às condições extremas – ciclones, seca, inundações – dado que estes serão os primeiros a sentir os efeitos, segundo os cientistas acreditados pelas Nações Unidas para avaliar os efeitos das alterações climáticas. Este “fundo de adaptação” constitui um novo ponto de discórdia entre o grupo dos países em desenvolvimento e alguns dos principais países industrializados. A ONG humanitária Oxfam propôs que os países ricos pagassem cerca de 50 mil milhões de dólares todos os anos a partir de 2013 para comprar direitos que lhes permita emitir gases com efeito de estufa, o que permitiria aumentar os montantes destinados a ajudar as nações menos desenvolvidas.

“É uma forma de financiar” esta ajuda, explicou Heather Coleman, conselheiro em política climática da Oxfam América, acrescentando igualmente que a Noruega e os Países Baixos concordavam com esse conceito. **M.M.B. ■**

Palavras-chave

Florestas; Poznan; REDD; fundo de adaptação.

Comissário Europeu do Ambiente, Stavros Dimas, no meio de jovens activistas.

Satélites em auxílio

Na corrida científica e técnica para tentar avaliar a capacidade de armazenamento de CO2 das árvores, os satélites são preferidos pela maioria dos países, como o Brasil. Actualmente, cerca de trinta satélites monitorizam o estado das florestas nos cinco continentes. As imagens recolhidas são comparadas com os levantamentos efectuados no terreno com vista a elaborar modelos que irão, depois, servir para melhor caracterizar as florestas em função da sua biodiversidade, da sua exploração e do seu estado de saúde. Com base nessas informações, é possível estabelecer a sua capacidade em armazenar CO2. Contudo, para os países em via de desenvolvimento mais pobres, estas informações ainda são dispendiosas e não existem especialistas em número suficiente para interpretar as imagens.

R *eportagem*

Nascer do Sol no Parque Nacional de Makgadikgadi
2008. © Debra Percival

BOTSUANA Além dos diamantes...

Uma reportagem de Debra Percival

O crescimento económico do Botsuana impulsionado pelos diamantes, mais rápido do que o de muitos países ricos em petróleo desde os anos 60, reflecte-se nos edifícios de escritórios com fachadas de vidro em Gabarone e nos seus centros comerciais. Desde a independência em 1966, sucessivos governos do Partido Democrático do Botsuana (BDP) têm-se servido deste recurso para favorecer o progresso social e económico, mesmo quando o vírus da SIDA (que ameaçou dizimar a força laboral do país) assolou o país na década 90. O papel do antigo Presidente, Festus Mogae, tanto na luta contra o vírus como no esforço de desenvolvimento do país, foi reconhecido em 2008 com o prémio Mo Ibrahim de liderança africana. Festus Mogae “assegurou uma estabilidade e prosperidade contínuas face à pandemia da SIDA” e conseguiu um “desenvolvimento sustentável e

uma boa governação, quando muitas vezes a riqueza mineral se tornara numa calamidade”, referiu o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, ao entregar o prémio.

A outra jóia do Botsuana é o seu ambiente e a sua rica vida selvagem, inclusive o delta do Okavango em forma de ventoinha, que é a última reserva natural primitiva do mundo. Este património está a ser cuidadosamente gerido por forma a atrair cada vez mais visitantes a este país pouco povoado. Visto que a extracção de diamantes tem os dias contados, o Presidente Seretse Khama Ian Khama (desde Abril de 2008) tem seleccionado “núcleos”, para impulsionar a economia e, ao mesmo tempo, procura novo investimento estrangeiro para fomentar a diversificação. Não é uma tarefa fácil num clima actual que ameaça afastar globalmente o investimento estrangeiro.

De uma nação com rendimentos **BAIXOS** a uma nação com rendimentos **MÉDIOS**

Migração de zebras, Botsuana 2008
© istockphoto.com

Os San, ou Baswara, foram os primeiros habitantes conhecidos do Botsuana. Nos séculos XVII e XVIII, alguns representantes da etnia Setswana, que também se estabeleceram na África do Sul, foram seguidos em inícios do século XIX por alguns Europeus. O interesse que a descoberta de ouro em Francistown, no leste do Botsuana, despertou no estrangeiro levou um dos chefes batswana, Khama III, a procurar protecção junto dos britânicos desejosos de estabelecer uma zona-tampão, entre a colónia alemã do sudoeste de África e a República Boer independente do Transval, que os protegessem do expansionismo destes dois Estados. Em 1885, foi criado o Protectorado de Bechuanaland (hoje em dia, o Botsuana) e, em 1895, o Bechuanaland britânico foi anexado à colónia britânica do Cabo. No Protectorado de Bechuanaland, o chefe Khama preservou alguma autoridade sobre os assuntos locais e o sistema jurídico. A anexação da colónia do Cabo, em 1910, à União Sul-Africana levou os líderes brancos da África do Sul a solicitar a inclusão do Protectorado de Bechuanaland na nova União. Os chefes Khama, Sebele e Bathoen, apoiados

pela Sociedade Missionária de Londres, foram a Londres solicitar ao governo britânico a não incorporação do Bechuanaland. Este evento é hoje comemorado por um monumento no distrito comercial de Gaborone. Destinava-se a permanecer um protectorado britânico, mas havia pouco crescimento: as principais actividades económicas eram a criação de gado e o fornecimento de mão-de-obra às minas da África do Sul.

O neto de Khama III, Seretse Khama, fundou o Partido Democrático do Botsuana (BDP) e ganhou os assentos de pré-independência em 1965. A seguir à independência, em 30 de Setembro de 1966, começou imediatamente as reformas com vista a um Estado moderno, incluindo a transferência de algumas terras tribais para o Estado para recorrer aos minerais, respeitando no entanto as tradições. O Vice-Presidente Quett Ketumile Masire, que sucedeu a Seretse Khama, quando este morreu em 1980, exerceu dois mandatos, ao qual sucedeu o seu Vice-Presidente Festus Mogae, que após ter exercido dois mandatos de cinco anos, elegeu o Vice-Presidente, Seretse Ian Khama, para lhe suceder em 1 de Abril de 2008.

> Os diamantes não duram sempre

A diversificação económica foi durante algum tempo uma grande preocupação, explicou o Director do Comércio Internacional do país, L Phuti. Não é uma tarefa fácil num país como o Botsuana que tem de competir com a vizinha África do Sul por investimento externo. O projecto de Estratégia Nacional de Exportação define cinco sectores com potencial: o têxtil e o vestuário, o couro e produtos de couro, a joalharia (vide artigo sobre a indústria do diamante), a carne e produtos à base de carne e a arte e artesanato. Os cestos entrelaçados com fitas de palmeira angariam centenas de milhares de dólares nos EUA, mas com melhores técnicas empresariais poderiam render mais do que rendem actualmente às mulheres, que são quem os faz na sua maioria. O ouro, o carvão, o níquel e o urânio continuam a ser explorados. O Botsuana pretende igualmente tornar-se num centro de serviços regional com a criação de uma Bolsa de Mercadorias Pan-africana (Bolsa de múltiplas mercadorias, África) em 2008, para negociar mercadorias agrícolas, petróleo e metais no continente sob os auspícios do Centro Internacional de

Serviços Financeiros do Botsuana (IFSC). O Botsuana está a concluir acordos comerciais com países de todo o mundo e com outros parceiros na União Aduaneira da África Austral (SACU): Lesoto, Namíbia, Suazilândia e África do Sul. Em 1 de Maio de 2008, entrou em vigor um Acordo de Comércio Livre com a Associação Europeia de Comércio Livre (AECL) e as negociações para um Acordo de Comércio Preferencial com o grupo sul-americano MERCOSUR foram concluídas em Abril de 2008. As negociações para um Acordo de Comércio Preferencial com a Índia deverão ser concluídas em 2009. O Botsuana tem acesso ao mercado da União Europeia desde Janeiro, com isenção de direitos e de contingentes ao abrigo do Acordo de Parceria Económica (APE) celebrado com todos os países da SACU, com excepção da África do Sul. Continuam as negociações com vista a

um APE total, incluindo serviços e uma parte dedicada ao investimento. Phuti considera que seria mais fácil se a África do Sul aderisse a um APE, tendo em conta a pauta aduaneira comum existente entre os países da SACU. “Com as poupanças do passado é possível enfrentar as despesas públicas durante uma redução das receitas a curto prazo”, afirmou o Presidente Khama no Parlamento, em 3 de Novembro de 2008, ao discursar sobre os efeitos do colapso mundial do crédito sobre o país. Receia-se que isso possa levar a uma redução da procura de diamantes e a uma compressão em termos de novo investimento. Essa incerteza adiou o lançamento do 10.º plano de desenvolvimento nacional para Março/Abril de 2009.

No momento da publicação destas informações, a degradação da situação económica e social no vizinho Zimbabué era uma grande

preocupação, especialmente a compra de bens em Francistown pelos Zimbabuenses, que leva à penúria de bens. Outros dizem que os Zimbabuenses que atravessaram a fronteira provocaram um aumento da criminalidade e receia-se a disseminação da epidemia da cólera do Zimbabué. No seu discurso de 3 de Novembro ao Batsuana, Khama apelou para uma forte liderança da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), sediada em Gaborone. O Botsuana continua a ser um dos mais acerbos críticos de Robert Mugabe na região. **D.P.** ■

Palavras-chave

Botsuana; Seretse Khama Ian Khama; MERCOSUR; APE; AECL; Campeonato do Mundo da FIFA; UNESCO; Índia; Zimbabué; Delta do Okavango.

Sob um céu caleidoscópico

Pestaneje um segundo e perderá para sempre o “Postcard from God” (Postal de Deus), como o descreveu um turista: a janela brilhante no céu indigo, que apareceu por magia ao nascer do sol, dissipou-se sob os raios quentes do sol. A natureza selvagem pura é palco dessas experiências inesquecíveis em diferentes partes do país: desde a sinfonia do ar e da terra ao romper da aurora nas encostas do parque nacional Makgadikgadi confinante até à calma do Delta do Okavango, quando as morokos (espécies de canoas) serpenteiam as vias aquáticas da última reserva natural primitiva do continente. Fiquem até à tarde e verão chegar um destes cinco grandes: leão, leopardo, búfalo, elefante ou rinoceronte.

Com estes recursos, o Botsuana não tem grandes dificuldades em vender o seu turismo. O investimento tem sido de topo de gama e em pequenos montantes, como no Delta do Okavango, onde existem 100 acampamentos. Embora existam hotéis de luxo muito concorrenciais, no interesse da preservação da natureza, todos os acampamentos têm de ser pequenos e não permanentes. A reserva de caça Moremi situa-se no coração do Delta e ocupa cerca de um quarto da sua superfície.

Quando chegam as chuvas em Novembro, as zebras ou os elefantes migram para o Parque Nacional Chobe e para a reserva Suvute a nordeste. Os animais podem vaguear livremente, mas o facto de ter de haver acesso para essas migrações através das cercas para gado tem insurgido os criadores de gado contra os preservacionistas da vida selvagem. As colinas Tsodilo, no noroeste do Botsuana e a 50 km da aldeia Sepupa são um dos melhores exemplos de arte rupestre, cujas primeiras pinturas datam de há 3000 anos. É actualmente o único sítio do Botsuana considerado património mundial da UNESCO, embora o governo tencione marcar mais sítios como tal. O Botsuana possui a maior parte da extensão do deserto do Kalahari, que atravessa sete países da África Austral e inclui a Reserva de Caça Central de Kalahari (52.800 km²), a segunda mais ampla área protegida do mundo. A Reserva de Caça Khutse e o Parque Transfronteiriço Kgalagadi situam-se igualmente dentro da reserva de Kalahari, no Botsuana.

Os locais da filmagem do filme para a televisão da British Broadcasting Corporation, baseado no primeiro de uma série de romances de Alexander McCall Smith, No. 1 Ladies' Detective Agency, são uma nova atracção turística, onde está a ser filmada uma nova mini-série televisiva da BBC, baseada nos livros deste autor. O governo espera que estes recursos ajudem a atrair equipas de futebol nacionais, como a da Itália e a da Inglaterra, que farão do Botsuana os seus campos de treino para o Campeonato do Mundo da FIFA de 2010 na África do Sul.

“Não pode existir DEMOCRACIA sem DISCIPLINA”

Presidente Seretse Khama Ian Khama

Bairro ministerial, Gaborone, Botsuana
2008 © Debra Percival

Transformar o Botsuana de um país de rendimento médio num país de elevado rendimento era a principal missão de Seretse Khama Ian Khama, a liderança do Partido Democrático do Botsuana (BDP) há 42 anos, ao subir à Presidência em 1 de Abril de 2008.

Chefe supremo dos Bamangwato, o maior grupo étnico do Botsuana, Khama é filho do primeiro Presidente, Seretse Khama. Frequentou a escola em Serowe, Botsuana, estudou no Zimbabué, na Rodésia, na Suazilândia e na Suíça e é diplomado da Academia Militar de Sandhurst no Reino Unido. Antigo Comandante da Força de Defesa do Botsuana, foi nomeado Vice-Presidente em 1998 e presidente do partido no poder, o Partido Democrático do Botsuana (BDP), em 2003.

Com o discurso à nação “Capacitar a nação através da Democracia, Desenvolvimento, Dignidade e Disciplina” (os quatro “Ds”), na abertura da 9ª sessão do Parlamento, em 3 de Novembro de 2008, Khama traçou o caminho a seguir. “O maior desafio que enfrentamos rumo aos quatro “Ds” para um futuro melhor é engendrar dentro de nós a disciplina necessária para sacrificarmos os interesses a curto prazo a favor do desenvolvimento sustentado”, disse ele. Criticou a ausência de moral, a falta de patriotismo, um sentido de individualismo e dos direitos exagerado. O álcool traz consigo a delinquência, a ineficácia e uma fraca saúde

mental e física, fustiga Khama, para explicar o recente imposto de 30 %.

> Centros económicos

Os centros económicos a desenvolver para incentivar a economia abrangem a beneficiação (valor acrescentado) dos diamantes, a melhoria das redes de transportes, incluindo os caminhos-de-ferro e as rotas aéreas, o reforço da produção agrícola e a transformação do Botsuana num centro de excelência de cuidados de saúde e educação – especialmente a inovação e formação em ciências e tecnologias – marcado pela

primeira fase da Universidade Internacional de Ciências e Tecnologia do Botsuana, que deverá estar operacional em Dezembro de 2010. Embora metade das famílias estejam directamente ligadas à rede nacional, em comparação com uma em cada oito há uma década, Khama apela para uma redução da dependência do país ao abastecimento de energia proveniente do estrangeiro. Mais investimento de produtores de energia independentes, incluindo de energia solar, poderá fazer do Botsuana um exportador de energia. **D.P.** ■

O futuro dos Baswara

A Organização Não Governamental (ONG) britânica “Survival International” ocupou-se durante muitos anos dos Bosquímanos Baswara da reserva de caça do Kalahari Central. A partir dos anos 80, com a descoberta de minas de diamantes na reserva, muitos dos 5000 Baswara foram obrigados a abandonar as terras dos seus antepassados e a instalarem-se em aldeias na fronteira, refere a ONG, e mais precisamente em 1997, 2002 e 2005, embora as entidades governamentais neguem essa ligação com a extracção de diamantes. Actualmente não há extracção de diamantes na reserva. As entidades governamentais dizem que os Baswara desfrutam de instalações sanitárias e de educação, e igualmente de empreendimentos comerciais financiados pelo governo na aldeia New Xade, na fronteira da reserva, entre outras. Em 2006, o Tribunal Supremo do Botsuana decretou que a expulsão era “ilegal e inconstitucional” e que os Baswara tinham o direito de viver e caçar nas suas terras, mas não se pronunciou sobre a obrigação do governo de fornecer comodidades, como por exemplo poços de água. A ONG Survival International afirma que não foi dada qualquer licença de caça desde então e, enquanto os pesquisadores de diamantes em Gope podem construir poços de água, os Baswara continuam sem acesso a nenhum poço. No seu discurso de 3 de Novembro de 2008 no Parlamento, Ian Khama referiu que o governo estava a trabalhar no plano da reserva de caça Kgalagadi (no Kalahari) e que os chefes da comunidade deveriam ainda ser consultados sobre os serviços de educação e de saúde, e sobre o futuro socioeconómico dos Baswara. “A ideia de alguns estranhos ao grupo de que qualquer segmento da nossa sociedade pretende subsistir hoje com base num estilo de vida resultante da caça é, todavia, uma fantasia arcaica”, exclamou Ian Khama.



Presidente do Botsuana, Seretse Khama Ian Khama. 2008. © Bester Gabottiale, Delegação da UE, Botsuana

Le monument des trois chefs, Gaborone
2008. © Bester Gabottale, Délégation UE, Botsuana

“O BOTSUANA sente a necessidade de apoio

Entrevista ao Paul Malin, chefe da Delegação da UE em Gaborone



Paul Malin, Chefe da Delegação da UE
2008. © Debra Percival

Monumento dos Três Chefes, Gaborone
© Debra Percival

Chefe da delegação da UE em Gaborone, Paul Malin, nacional da Irlanda, cuida das relações da UE com o Botsuana e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Possui uma vasta experiência na África austral e já esteve destacado no Zimbabué. Na sede da CE em Bruxelas, foi gestor operacional para Moçambique e responsável pelas relações políticas com a região e a segurança alimentar na África austral. Falou-nos sobre os novos desafios das relações Botsuana-UE.

Quais as prioridades de desenvolvimento da UE no Botsuana?

O principal objectivo do nosso apoio é a promoção do desenvolvimento e, num país de rendimentos médios, um desenvolvimento mais equitativo. Queremos igualmente ajudar nos seus objectivos de diversificação da economia, tornando-a mais competitiva, proporcionando emprego, como por exemplo através do apoio à educação, fornecendo as bases para os jovens conseguirem postos de trabalho e contribuírem para uma economia mais diversificada e competitiva.

As prioridades mudaram entre o 9º (2000-2007) e o 10º (2008-2013) FED?

Evoluíram certamente do 9º para o 10º. Sabemos que não é apenas na educação e na formação ou recursos humanos que temos geralmente de trabalhar, mas sim em questões mais específicas, tal como a importância da educação, o alargamento do acesso à educa-

ção e a melhoria da sua qualidade, bem como uma resposta mais eficaz ao VIH/SIDA.

O 9º e 10º FED consistem maioritariamente em ajuda orçamental. Porquê?

No passado, ao abrigo do 6º (1985-1990), 7º (1990-1995) e 8º (1995-2000) FED, apoiámos a educação e a formação através das infra-estruturas, construindo maioritariamente faculdades [a recentemente aberta Faculdade Técnica e Vocacional de Francistown foi financiada em 75% pelo FED]. Com o tempo, envolvemo-nos mais não apenas em edifícios, mas na forma como são geridos e na natureza da educação fornecida nos mesmos. Com a mudança para apoio orçamental no 9º FED, fomos das instituições particulares para a concentração no sistema. Os subsídios ao orçamento governamental dependem da criação por parte do mesmo de processos de formação que melhorem a educação e na melhoria dos resultados da educação definidos no próprio programa. Mudámos o enfoque

no edifício (do fornecimento de locais para a educação) para olharmos para a forma como o sistema funciona e para vermos qual a política do mesmo. Para vermos se a política está a funcionar e a olhar para as prioridades dessa política, dando apoio ao governo e tentando alcançar os que não recebem educação e realçando algumas das deficiências. É realmente admirável o que o governo do Botsuana faz relativamente aos gastos com a educação, mas os resultados não são tão bons como deveriam ser. Há necessidade de melhorarem a qualidade. Fizemos uma revisão de todos os gastos públicos como parte deste programa. Olhámos para os gastos com a educação e vimos que a educação primária foi relativamente negligenciada, por isso foi algo que discutimos com o governo e acreditamos que o resultado será um aumento dos gastos na educação primária.

A UE está a integrar ajuda para o VIH/SIDA. De que forma?

Ao abrigo do 10º FED, integraremos e dare-

mos apoio específico a programas de prevenção da SIDA. Integrar significa que cada vez que fizermos uma intervenção no Botsuana, olharemos para o impacto que esta intervenção terá relativamente ao VIH. Por exemplo, não se trata apenas de uma questão de trabalhar na educação. Mas a educação é uma das melhores formas de prevenir a transmissão. Ao concentrarmo-nos em áreas como o estatuto das mulheres, concentramo-nos numa maior autonomia das mulheres e em vários projectos que lidam com violência em razão do sexo.

Ao abrigo do Acordo de Parceria Económica (APE) será que o Botsuana vai enfrentar mais concorrência da parte de outros exportadores para o mercado da UE?

Há verdadeiras vantagens para o Botsuana em termos de acesso ao mercado [da UE]. Enquanto país com rendimentos médios, o Botsuana está a receber o melhor acordo possível através do APE: igual ao acesso com isenção de direitos e de contingentes dado aos Países Menos Desenvolvidos (PMD). O Botsuana já não tem contingentes sobre a carne bovina, o que significa que pode vender tanta quanta quiser. Tem de produzir isso em primeiro lugar e ainda não é capaz de o fazer. Em anos recentes, não preencheu os contingentes (19.000 toneladas). O APE dá ao país acesso seguro de longo prazo, o que significa que sabe que tem um quadro ao abrigo do qual pode exportar para a Europa, para um mercado lucrativo, investindo assim no desenvolvimento de uma produção mais comercial de carne bovina. Há muito poucos países capazes de cumprir as normas veterinárias definidas [pela UE], por isso o Botsuana tem pouca concorrência em África. Haverá concorrência, mas com o tempo, e sim, representa um desafio, mas o que estamos a tentar em primeiro lugar é auxiliar o Botsuana a abrir a sua região. Ao fazê-lo, o Botsuana testa mercados e torna-se mais competitivo. A abertura no Botsuana [ao comércio da UE] tem um período superior a 15 anos, por isso há tempo para fazer ajustes. O Botsuana vê além do comércio de bens para a promoção do investimento e está muito inclinado para o desenvolvimento do comércio de serviços.

Alguns doadores retiraram-se do Botsuana por ser um país com rendimentos médios. Porque precisa do apoio da UE?

O Botsuana passou de um dos países menos desenvolvidos do mundo para um país com rendimentos médios e está muito avançado

nessa categoria, por isso é normal que alguns países doadores se retirem. É também normal que a Europa permaneça e molde o seu programa à situação. Se falar com qualquer pessoa daqui, descobrirá que o Botsuana sente a necessidade de apoio externo. Não penso que seja tanto pelo dinheiro, mas pelo facto de se trazer ideias e de se responder a desafios para mudar e experienciar o que funciona noutros locais. O Botsuana sabe que a economia precisa de ser diversificada e tornada mais dinâmica e precisa de apoio para o fazer. O Botsuana tem uma vasta população e todas as capacidades de que precisa. Isto é o tipo de coisa que é muito apreciada.

Quais os tópicos do diálogo político?

Falamos sobre vários assuntos. Trata-se de um país democrático. Respeita o estado de direito e os direitos humanos. Nenhum país é perfeito e o Botsuana está a tentar melhorar as formas de proteger os direitos dos povos e a forma como os benefícios económicos são partilhados. Temos igualmente um firme acordo com o Botsuana relativamente à pena de morte [o Botsuana aplica a pena de morte]. Discutimos isto abertamente e cada um dos lados discorda fortemente.

Que desafios profissionais trouxe o Botsuana?

Cubro o Botsuana e a SADC, duas responsabilidades completamente diferentes. Por vezes sinto que estou a gerir duas delegações numa só e que me divido em dois. É um autêntico desafio. Penso que se vamos ser úteis, nomeadamente num país onde não é tanto o nosso

dinheiro que é útil, mas as ideias. Só podemos fazê-lo se soubermos realmente do que estamos a falar, por isso o desafio não é deslizar sobre a superfície, mas fazer mesmo parte do que se passa aqui. Apesar de uma vasta experiência nesta região, descobri que tive de trabalhar muito para me manter informado e para conseguir falar sobre SIDA, educação, criação de gado, produção de diamantes e comércio regional.

E o que ganhou a nível pessoal?

Tentei aprender a língua (Setswana). Mesmo tendo aprendido muito pouco, ajudou-me a relacionar-me com as pessoas. A cortesia e a forma de cumprimentar são muito importantes. Talvez tenha aprendido a ter um pouco de paciência, a tomar o meu tempo para falar com as pessoas. As pessoas daqui são honestas e educadas e isso é algo que se acaba por apreciar. Penso que também, vindo de uma Europa cheia de gente, os vastos espaços abertos, mas também a vida selvagem e a mata do Botsuana. **D.P.** ■

Palavras-chave

Paul Malin; Delegação da UE em Gaborone; Botsuana; FED; APE; SADC; VIH/SIDA..

10º FED e Botsuana – 2008–2013

73 milhões de euros ao abrigo do Programa Indicativo Nacional:

62 milhões de euros – Desenvolvimento de Recursos Humanos através do apoio orçamental a sectores com realce na diversificação económica, na criação de postos de trabalho e na redução da pobreza. Prestar-se-á igualmente atenção ao combate da pandemia do VIH e da SIDA.

8 milhões de euros – Emancipação da sociedade civil.

3 milhões de euros – Mecanismo de Cooperação Técnica.

Mais 4,3 milhões de euros orçamentados para emergências imprevistas incluindo a redução da dívida e para mitigar os efeitos adversos da instabilidade dos lucros de exportação.

O Botsuana é um dos 15 beneficiários dos €116M destinados à SADC ao abrigo do 10º FED. Espera-se que os projectos incluam a modernização das alfândegas, o combate às doenças animais e a melhoria dos padrões alimentares que estimulem o comércio regional.

OPOSIÇÃO solicita mudança DEMOCRÁTICA e económica



Botsuana | Reportagem

Vendedor, Gaborone. Os jovens acham difícil encontrar trabalho 2008. © Debra Percival

O Partido do Congresso do Botsuana (BCP) é o mais recente partido da atmosfera política daquele país. Possui um lugar na Assembleia Nacional, ocupado por Dumelang Saleshand, mas tem um círculo eleitoral significativo – a Gaborone Central. No momento em que lança o seu manifesto para as eleições parlamentares de Outubro de 2009, falámos com o secretário-geral do BCP, Taolo Lucas, sobre os pedidos de “mudanças democráticas” e “justiça económica”.



Secretário-Geral do BCP, Taolo Lucas 2008 © Debra Percival

O BCP foi formado há dez anos a partir de contendas com o maior partido da oposição do Botsuana, a Frente Nacional do Botsuana (BNF) que possui 12 lugares no Parlamento. “Sentimos que o BNF não apresentava uma alternativa credível ao partido no poder, por isso formámos o BCP em 1998 e propusemo-nos formar uma organização que fosse o modelo de uma organização partidária com democracia interna e uma alternativa credível ao partido no poder, o Partido democrático do Botsuana (BDP)” diz Lucas.

Nas primeiras eleições a que se candidatou, em 1999, o BCP recebeu 11 por cento dos votos, ou um lugar no Parlamento e 13 conselheiros em distritos. Em 2004, recebeu 16 por cento dos votos da população e, “devido ao sistema, colocámos novamente um membro no parlamento e 35 conselheiros”. Contudo, Lucas refere que o número de lugares no sistema eleitoral por circunscrições do país não reflecte a popularidade global da oposição,

sendo que a oposição recebeu 48 por cento dos votos nas últimas eleições ou um total de 13 lugares, comparativamente aos 52 por cento ou 44 lugares do governo na Assembleia Nacional. O BCP formou uma aliança para governar com dois partidos que não têm actualmente lugares na Assembleia Nacional: a Nova Frente Democrática e o Movimento da Aliança do Botsuana vão concorrer às eleições de 2009.

> Democracia brilhante?

“Temos uma democracia brilhante, segundo alguns peritos, mas não nos foi permitido florescer devido às dificuldades” – diz Lucas. “Todos os partidos da oposição estão em crise de liquidez e o partido no governo recusa-se a permitir o financiamento de partidos políticos.” Lucas diz que o BDP consegue recorrer a dinheiro da comunidade empresarial. A falta de financiamento faz com que seja difícil à oposição fazer campanha em áreas rurais. “Entretanto, o Presidente usa o Kgotla, a plataforma pública na comunidade. Diz que é difícil para a oposição aceder à rádio estatal, uma das formas de comunicação mais potentes, nomeadamente nas áreas distantes.” O parlamento é “ainda dominado por legado” – assinala Lucas, sendo difícil apresentar uma lei de membros privados. Solicita também eleições directas do presidente e uma autoridade eleitoral mais independente. Outra preocupação do BCP prende-se com a “milita-

rização do governo”, tendo tanto o Presidente, Ian Khama, como o Vice-presidente, Mompoti Meraphe, antecedentes militares, bem como outros três ministros. Lucas solicita igualmente mais poder para as autoridades locais. A campanha do BCP para 2009 centrar-se-á igualmente na falta de “justiça económica”. “De 1975 a 1990, fomos a economia que mais rapidamente cresceu no mundo”, contudo “a pobreza afecta um grande número de pessoas, um terço da população” – diz Lucas. “Durante muitos anos, as reservas do país conseguiram cobrir até 30 meses de importações, mas não conseguimos criar postos de trabalho nem diversificar a economia ou obter investimento estrangeiro suficiente neste país.” Os sectores privado e público devem trabalhar nisto juntos, afirma, sendo este um ponto de divergência com o BNF que dá um papel de maior relevância ao estado no impulsionamento da economia. E a lacuna existente entre os muito ricos e os muito pobres é muito grande, afirma, assim como o é a disparidade entre os trabalhadores da classe industrial e outros trabalhadores. Lucas critica igualmente a falta de provisões para pensões para os que recebem pouco e os maus tratos aos trabalhadores, nomeadamente por parte de empresas privadas. **D.P.** ■

Palavras-chave

Botsuana; oposição; Partido do Congresso do Botsuana (BCP); Taolo Lucas; Frente Nacional do Botsuana (BNF); Ian Khama.

Adição de brilho a DIAMANTES EM BRUTO

O Botsuana tem as maiores minas de diamante, tanto em volume como em valor 2008. © Debswana

A extracção de diamantes tem sido desde há muito tempo o impulsionador económico do Botsuana, fornecendo 50 por cento das receitas governamentais, 33 por cento do PIB e mais de 70 por cento das operações cambiais. Quando visitámos o Botsuana em finais de Novembro de 2008, a confiança no sector estava ligeiramente em baixo com a possibilidade de redução da produção no novo ano de 2009 para se manterem os preços altos, uma vez que a procura global desceu recentemente, nomeadamente nos Estados Unidos e no Japão. Mas existe ainda uma perspectiva positiva para o sector após a abertura, em Janeiro de 2009, de uma Empresa, a Diamond Trading Company of Botsuana, (DTCB) para separar e valorizar a produção. Isto levou um agrupamento de "sightholders", tal como são conhecidos na indústria, polidores e cortadores, a estabelecer-se no Botsuana.

O Botsuana tem duas das maiores minas de diamantes do mundo: Orapa em volume (a produção começou em 1971) e Jwaneng em termos de valor (aberta em 1982). Ambas as minas a céu aberto e duas outras são operadas desde 1992 pela Debswana – a parceria equitativa entre o governo do Botsuana e a De Beers. Mas como disse o presidente do Botsuana, Ian Khama, no seu discurso de Novembro ao parlamento sobre o estado da nação: “A menos que descubramos novos filões de diamantes, de semelhante magnitude que Jwaneng e Orapa, as receitas do país provenientes dos diamantes diminuirão drasticamente na próxima década.” Isto fez com que se pensasse numa nova perspectiva, afirma Linda Neube Boikhutso, agente empresarial e de relações públicas da Debswana.

> Núcleo de diamantes

No início de 2008, foi criada a Diamond Trading Company Botswana (DTCB). Substituindo a Botswana Diamond Valuing Corporation, a DTCB constituiu uma parceria em partes iguais com o governo do Botsuana para a separação e valorização da produção da Debswana, bem como para as vendas e a comercialização da produção a novos clientes no Botsuana. A DTCB está no centro do “núcleo de diamantes” em desenvolvimento

que fica próximo do aeroporto de Gaborone. A DTCB separa, valoriza, vende e comercializa diamantes em bruto e espera-se que se torne a maior e mais sofisticada empresa do mundo com a separação e avaliação de mais de 34 milhões de quilates por ano. Os benefícios esperados são 3000 novos postos de trabalho até 2010 incluindo os que são criados por “sightholders” envolvidos no polimento e corte, bem como por agregação e desenho de jóias, afirma Kago Mmpoi, agente de relações públicas da DTCB. Poderão surgir outros postos de trabalho na banca, segurança, tecnologias da informação (TI) e turismo.

Em finais de 2007, foi aprovada uma lista de

Agregação deve começar em 2009

16 desses “sightholders”. A DTCB diz que essa lista inclui “as empresas de diamantes a jusante que são líderes mundiais e possuem as competências, a experiência, a força financeira e as redes de distribuição que são críticas para a sustentabilidade do sector industrial em crescimento no Botsuana”. O Botsuana apoia igualmente a certificação Kimberley para as exportações de diamantes com a garantia de que as gemas não provêm de zonas de conflito.

“Este ano estabelecemos para nós próprios um objectivo de vendas na ordem dos 360 milhões de dólares e espera-se que alcance os 550 milhões de dólares em finais de 2010, tudo elementos de prova de uma indústria dos diamantes bem-sucedida e em desenvolvimento” – diz Mmopi sobre o crescimento da DTCB, embora antecipe “carências em 2009 depois do Ano Novo”.

Estes novos desenvolvimentos no Botsuana e nas tendências mundiais da oferta significam que se espera que a gema faça brilhar a economia do Botsuana durante algum tempo. Esther V. Kanaimba, directora de relações públicas e empresariais da Debswana refere que os diamantes estão a “tornar-se cada vez mais raros e não há conhecimento de novos depósitos; trata-se de uma situação que levou a que a procura excedesse a oferta”. Segundo Mmopi, a agregação – a mistura de diamantes em bruto equivalentes à venda noutras partes do mundo como a África do Sul, Canadá, Tanzânia e Namíbia com a própria produção do Botsuana – deve começar em 2009 no centro de excelência da DTCB. ■

Palavras-chave

Botsuana; diamantes; DTCB; Debswana; De Beers; agregação.

O desafio da PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A agricultura representa a subsistência de muitos Batswana, mas hoje em dia o sector representa apenas 2-3 por cento do PIB, comparativamente a 20-30 por cento no momento da independência. Anos sucessivos de seca atingiram fortemente o país e a subida da factura das importações de alimentos, que correspondem a 85 por cento das necessidades, evidenciaram a necessidade de aumentar a produção. Existem igualmente mais oportunidades de exportação de carne bovina ao abrigo do Acordo de Parceria Económica (APE) com a UE.

O crescimento do PIB no sector foi apenas de 0,4 por cento por ano nesta década comparativamente aos 5,6 por cento da economia global, embora tenha havido uma retoma no sector em 2006/2007 com o registo de um crescimento de 6,8 por cento.

A fraca queda de chuva, os solos pobres e a baixa produção agrícola significam que o Botsuana é adequado para a criação de gado. Oitenta por cento do PIB da agricultura vem do gado; 20 por cento de cereais, horticultura e outras culturas. Numa entrevista, o ministro da agricultura, Christiaan De Graaff, disse-nos que há 71.000 explorações que possuem 2,2 milhões de cabeças de gado, mundialmente famosas pela qualidade e há perspectivas de que este número aumente para 3,5 milhões nos próximos anos. Prevê igualmente que haja potencial para exportações de carne de caça. Os bovinos, ovinos e caprinos são criados em terras comunais (embora a posse de um furo forneça alguns direitos efectivos sobre a utilização de recursos pastoris na vizinhança

do ponto de água) e os restantes são criados de forma mais comercial, com uma gestão mais avançada do gado e da criação de animais. A Botswana Meat Commission (BMC) tem de comprar produtos animais a todos os produtores do país e existem “subsídios cruzados para garantir que os agricultores obtenham o mesmo preço pelos animais independentemente do local de onde provêm no país” – explicou De Graaff. Os preços subiram 40 por cento em 2006.

Oitenta por cento das exportações de carne bovina são vendidos em países da UE: Reino Unido, Suécia e Alemanha, à Ilha da reunião, bem como à Noruega, embora a febre aftosa faça com que as exportações de determinadas regiões do Botsuana estejam actualmente proibidas. Estão instituídos controlos, mas a crise económica no vizinho Zimbabué, com um fluxo de pessoas e bens alimentares, faz com que a situação seja difícil de controlar. Carter Nkatia Morupisi, vice-secretário permanente do ministério, referiu que o governo irá reforçar a vedação dos búfalos à volta do Okavango.

Para fazer face ao aumento dos preços dos alimentos, o governo tem um “Programa de apoio integrado para o desenvolvimento da agricultura arável” (ISPAAD) que fornece sementes gratuitas a pequenos agricultores, bem como outros auxílios. Vê igualmente a viabilidade de utilizar alguns dos fluxos do rio Zambeze para pescas e horticultura e alimentos animais para o desenvolvimento da produção agrícola a uma larga escala comercial no norte do Botsuana. Morupisi diz que o Botsuana tem autorização para aceder a 2 por cento do curso do Zambeze, 46 por cento dos quais seriam utilizados para o projecto agro-comercial de desenvolvimento integrado do Zambeze estimado em 3 mil milhões de Pula*. **D.P.** ■

* 1 Euro = 10,7 Pula (em www.bloomberg.com, 14 de Dezembro de 2008).

Palavras-chave

Agricultura; Botsuana; Christiaan De Graaff; APE; Okavango.



Christiaan de Graaff, Ministro da Agricultura 2008. © Debra Percival

REFORÇO DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA?

Ao abrigo do novo APE, há planos para aumentar as vendas de carne bovina para a UE. Primeiramente limitado a exportações de 19.000 toneladas, ao abrigo do “protocolo sobre a carne bovina» do acordo de Cotonu, desde o dia 1 de Janeiro de 2008, a carne bovina do Botsuana pode entrar no mercado da UE dos 27 com isenção de direitos e contingentes ao abrigo do novo APE. Mas o ministro De Graaff salientou que o acesso “não será efectuado numa base preferencial e agora temos de competir” – acrescentando que isso “significará a superação das dificuldades relacionadas com a oferta”. “Por conseguinte, o Botsuana tem de ser competitivo, de modo a manter ou a aumentar a sua quota no mercado bovino da UE. Isto será determinado tanto pela política interna como pela dinâmica comercial internacional. Para isso, muito terá de ser feito, de modo a garantir que as preferências dos consumidores da UE sejam continuamente cumpridas em termos de custos, qualidade, padrões laborais, questões ambientais e outros” – referiu o Ministro.

Combater a catástrofe nacional do VIH/SIDA

Em 1985, o Botsuana anunciou o seu primeiro caso de vírus da imunodeficiência humana (VIH). Falou-se na extinção dos Batswana. Festus Mogae, Presidente do Botsuana de Abril de 1998 a Abril de 2008, viria a ser aplaudido mais tarde por todo o mundo pela forma como defendeu a luta contra o vírus, bradando a prevenção, salvando vidas com medicamentos anti-retrovirais e reduzindo a estigmatização.



“Playing noughts and crosses with HIV”, a outra pintura vencedora do prémio do concurso de arte “Arte contra a SIDA na Bósnia e Herzegovina”, por um grupo de estudantes de Sarajevo. © IOM 1999

O Dr. K.C.S Malefho, vice-secretário permanente no ministério da saúde, falando no seu gabinete em Gaborone, diz que as primeiras mensagens foram de prevenção e refere a estratégia “ABC”: “Abstain, be Faithful and Condomise” (Abstinência, Fidelidade e uso de preservativos).

Dois órgãos importantes, criados mais tarde sob a presidência de Mogae: o Comité Nacional contra a SIDA (National AIDS Committee - NAC) presidido pelo Presidente (agora Ian Khama) e assistido pelo vice-presidente, e a Agência Nacional de Coordenação da SIDA (National AIDS Coordinating Agency - NACA) que coordena no gabinete do Presidente todas as actividades relacionadas com o VIH/SIDA, têm desempenhado funções importantes ao concentrarem a nação no combate ao vírus. Segundo a NACA, a prevalência do VIH nos adultos cresceu rapidamente durante o início dos anos 90 tanto em áreas rurais como urbanas, subindo para 27 por cento em 2001 em adultos (15-49), mas descendo para 23 por cento em 2007*.

Em 2002, o Dr. Malefho afirmou que foi graças às organizações privadas como a Clinton Foundation e à UNAIDS, que negociou redu-

ções no preço dos medicamentos anti-retrovirais que o governo lançou – “MASA”, que significa “Novo Despertar” – que proporciona tratamentos anti-retrovirais gratuitos a quem deles necessitar. Hoje em dia, 88 por cento de todos os que necessitam de medicamentos anti-retrovirais recebem-nos (números da NACA de Março de 2008)*. Os testes de rotina apareceram em 2004 – diz o Dr. Malefho – o que significa que se uma pessoa for para o hospital com suspeitas de outra doença, é-lhe recomendado que faça um teste ao VIH. “O objectivo foi fazer com que as pessoas aceitassem que o VIH é apenas uma doença” – diz o Dr. Malefho.

A prevenção da transmissão do VIH de mãe para filho (PMTCT), com terapia anti-retroviral e aconselhamento específico, foi particularmente bem-sucedida, segundo o Dr. Malefho: de momento, quatro por cento das crianças que nasceram de mães seropositivas também o são. Contudo, 96 por cento das crianças que nasce-

ram de mães seropositivas não o são” – afirma o Dr. Malefho. E ao bradar a prevenção e o conhecimento, com a ajuda da equipa de futebol nacional, “The Zebras”, a taxa de infecção entre a faixa etária dos 15-19 anos desceu de forma significativa.

> Porquê o Botsuana?

Mas porquê a alta prevalência no Botsuana? Em vez de uma única razão, o Dr. Malefho sugere várias. A dimensão da nação é um factor (os países vizinhos Suazilândia e Lesoto encontram-se igualmente no topo da tabela mundial de prevalência). Alinah Segobye, uma antiga funcionária da Organização Não Governamental ACHAP (African Comprehensive HIV/AIDS Partnerships) afirma também que é difícil identificar um só factor. Segundo ela, os Batswana “sempre aceitaram estrangeiros”. Depois, existem movimentos de pessoal militar que podem ter

trazido o vírus de missões de outras nações africanas e também as estradas por onde passam os camiões que atravessam o Botsuana a partir do Cabo na África do Sul através das nações centro-africanas, onde a prostituição é comum. Sugere igualmente o estilo de vida e as atitudes culturais como a pressão para ter relações sexuais, ou a coacção por parte de homens mais velhos a mulheres mais novas do tipo: “Comeste-me (a minha riqueza), por isso tenho de te comer (o teu corpo)”. “Há também a tendência de os “homens no Botsuana terem múltiplas parceiras” – diz o Dr. Malefho. A

NACA está a realizar um estudo sobre essas “relações múltiplas e concorrentes”.

17,9 por cento da população total do Botsuana vivem com VIH (números de 2006), mas o número de pessoas que precisam de terapia retroviral está a aumentar e estima-se que seja na ordem dos 140.000. O estudo da NACA estima que 207.000 irão requerer terapia retroviral em 2016*. Espera-se que o número total de pessoas que vivem com VIH aumente de 330.000 hoje para cerca de 380.000 até 2016, destinando-se mil milhões de Pula (do orçamento da nação de 10 mil milhões de Pula) à

terapia retroviral e programas de prevenção: “Quando dizemos aos doadores que nos ajudem com as questões não relacionadas com o VIH, prende-se com o facto de os nossos recursos estarem ligados à luta contra a SIDA” – diz o Dr. Malefho. **D.P.** ■

* VIH/SIDA no Botsuana: Estimativa das tendências e implicações baseada na vigilância e no modelo da NACA, Julho de 2008.

Palavras-chave

Botsuana; VIH; SIDA; saúde; NAC; NACA; Dr. Malefho; Festus Mogae, Ian Khama; FED; Debra Percival.

ZEROS DO 10º FED EM...

A UE está a integrar apoio para o VIH/SIDA e também a antecipar programas específicos ao abrigo do 10º FED. Ao abrigo do 10º FED para o programa de apoio ao desenvolvimento do sector dos recursos humanos, em ajuda orçamental, espera-se que a UE faça uma parceria com o projecto de apoio do Banco Mundial para a prevenção nacional do VIH e da SIDA no Botsuana, de modo a reforçar a NACA, vários ministérios e organizações da sociedade civil. Dando o exemplo, a delegação da UE em Gaborone organizou um workshop interno de sensibilização à SIDA e estão disponíveis contraceptivos masculinos e femininos na Delegação.

Dra. Maude Dikobe*

HOMICÍDIOS POR MOTIVOS PASSIONAIS

“UMA FERIDA PERMANENTE NA CONSCIÊNCIA DA NAÇÃO”

Os crimes passionais são comuns em todo o mundo, mas tal como mencionou o antigo presidente do Botsuana, Festus Mogae, no seu discurso inaugural a 28 de Outubro de 2008 na “Conferência Nacional sobre Crimes Passionais entre a Juventude do Botsuana”, organizada pela Youth Dialogue Era (YDE), “estes crimes são novos para o Botsuana e não fazem parte da nossa cultura enquanto nação pacífica e compassiva”. Uma vez que o Botsuana tem testemunhado muitos homicídios por motivos passionais ultimamente, acrescentou ainda que “os crimes passionais são uma ferida permanente na consciência da nossa nação... estão a prejudicar o tecido da sociedade”. Os comentários do antigo presidente estão próximos das preocupações tanto dos jovens como dos adultos do Botsuana, nomeadamente da necessidade de refrear a morte de mulheres, ou as mortes passionais, tal como são conhecidas, antes de ficarem fora de controlo.

Tendo tido início em 2004, o Botsuana foi atingido por uma série de homicídios por motivos passionais, em que uma grande parte de jovens foram mortas pelos amantes (vide estatísticas em texto). Embora os homens e os rapazes sejam por vezes vítimas de homicídios por motivos passionais, as mulheres e as raparigas

no Botsuana são as que mais sofrem as consequências deste tipo de violência em razão do sexo. Por volta de 2006, aconteceram vários incidentes de homicídios por motivos passionais no Botsuana ao ponto de atrair a atenção dos meios de comunicação internacionais. Apareceu um artigo no site da BBC News com o título “Botsuana inundado por homi-

cídios por motivos passionais”. Era acompanhado por uma fotografia de uma jovem, Kaone Ramotlha, estudante na Cape Technikon na África do Sul que foi assassinada pelo namorado quando visitava a família em Gaborone, Botsuana, durante as férias.

Ao nível nacional, não se podia abrir um único jornal nem ouvir as notícias sem saber acerca



destas mortes grotescas. O jornal The Voice, um dos tablóides do Botsuana, foi ainda mais longe. Denunciou a maioria destes incidentes

“Botsuana inundado por homicídios por motivos passionais”

graficamente. As histórias eram sempre acompanhadas por imagens atrozess destes “crimes passionais”. Num caso, um amante matou a namorada, cortou-lhe a cabeça, colocou-a num balde e levou-a à mãe da rapariga. Esta imagem chocante apareceu no The Voice e as pessoas ressentiram-se pela forma como os meios de comunicação denunciavam casos desta natureza. Ao apresentarem as imagens desta forma, houve quem sentisse que os meios de comunicação faziam com que a violência contra as mulheres parecesse normal. Os meios de comunicação argumentaram que havia necessidade de documentar e apresentar graficamente estes actos terríveis, para que o público compreendesse a magnitude da violência em razão do sexo, nomeadamente os homicídios por motivos passionais. Este é apenas um dos numerosos exemplos do comportamento chocante demonstrado pelos responsáveis pelos crimes que, segundo argumenta a maioria das pessoas, não mostram qualquer remorso e que aponta para o facto de todos estes crimes serem premeditados. Embora no passado tenha havido casos isolados de mulheres assassinadas pelos namorados e por vezes pelos maridos, os números não eram tão alarmantes como os que foram denunciados em 2004 e depois disso. As estatísticas sobre os homicídios por motivos

passionais dos arquivos da polícia nacional indicavam que em 2006 existiam 65 casos. 2007 teve o maior número de casos, 86, e em 2008 o número diminuiu ligeiramente para 46 casos até agora (ed: números até Novembro de 2008). Contudo, esta é apenas a ponta do iceberg porque alguns dos casos não estão documentados. Embora os números tenham diminuído comparativamente a 2007, os homicídios por motivos passionais são ainda um pesadelo, especialmente para a juventude do Botsuana.

➤ Compreender os homicídios por motivos passionais

A investigação e as conversas com investi-

gadores, estudantes e amigos podem ajudar a compreender os homicídios por motivos passionais no Botsuana. Foram avançados vários motivos, sendo o mais óbvio as relações de poder desiguais na maioria das relações, em que uma mulher é vista como uma menor a ser disciplinada de vez em quando. Na minha opinião, outro motivo são as práticas culturais definidas e a socialização e em certa medida algumas das canções populares Tswana que muitas vezes tomamos como certas. Estes antecedentes podem ajudar-nos a perceber a forma como os homicídios por motivos passionais são vistos, bem como as respostas aos mesmos. Muitas pessoas usam a sua cultura, tradição ou religião como uma forma de controlar as mulheres. Por exemplo, na cultura Setswana, quando alguém se casa, o homem paga a lobola à família da mulher e alguns pensam que isto lhe dá licença para bater nas mulheres. Isto é ainda reforçado por algumas letras de canções matrimoniais como esta: “mosadi wame ke mo rekile ka dikgomo”, vagamente traduzida por “a minha mulher, trouxe-a com gado”, sendo a maior parte da lobola paga em gado.

Também a socialização representa um dos principais factores. Os homens são socializados para servirem e as mulheres para serem servidas. Isto cria uma tendência de dependência em que as mulheres esperam presentes e dinheiro dos homens e o prestador espera, por sua vez, amor. Quando a relação azeda, o homem que sente que a mulher se aproveitou dele não aceita um não como resposta quando esta sugere a separação. Os níveis crescentes de pobreza e o desemprego na juventude têm sido citados como factores contributivos para namoros entre gerações quando as jovens tro-

The country must do all it can to protect women's rights

- Our government signed a world agreement to protect women's rights. This agreement is called CEDAW. Every few years the government must show the United Nations what they are doing to improve things for women in Botswana.
- Our government has made other commitments to promote and protect women's rights. They made these commitments at a conference in Beijing, China.
- The government has signed the SADC Declaration with other countries in Southern Africa to end violence against women.
- All government departments promised to follow a National Action Plan that will promote and protect human rights.
- We must make sure the government keeps these promises. We can do this through our community organisations and local councillors. We can demand it of the politicians we voted for.



cam favores sexuais por uma vida luxuosa. As causas dos homicídios por motivos passionais são variadas e tal como reiterava o Reverendo Rupert Hambira na conferência de Outubro, é necessário fazer muita investigação sobre este assunto para se compreenderem melhor as implicações culturais e sociopolíticas dessas causas.

> Soluções

O governo do Botsuana e outros intervenientes embarcaram em iniciativas que visavam refrear a violência contra mulheres e raparigas. O Botsuana é signatário dos acordos que protegem os direitos das mulheres, tal como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination - CEDAW), a Declaração da SADC sobre Sexos e a Lei da Ofensa Sexual, entre outros. Apesar do aumento da igualdade ao nível legislativo, a violência em razão do sexo continua a ser problemática no Botsuana. Até à data, não há qualquer mecanismo formalizado para controlar e avaliar a violência em razão do sexo. Continua a ser crucial a mobilização e a consciencialização da comunidade. Ainda existe apenas um refúgio para as vítimas de violência em razão do sexo em Gaborone, a capital, e outro centro chamado Women

Todos deviam dizer não à violência contra as mulheres.

Against Rape (WAR) em Maun a nordeste (vide caixa), embora este não albergue muitas vítimas. A WAR aborda igualmente questões de ofensas sexuais, como a violação e a violência doméstica. Existe um pedido para aumentar o número de centros como estes por todo o país e torná-los acessíveis às mulheres e raparigas. Existe igualmente a necessidade de mobilizar a opinião pública contra as outras injustiças relacionadas com a morte de mulheres. Todos deviam dizer não à violência contra as mulheres.

O estado tem de ratificar e executar as leis existentes e garantir que há tolerância zero para com a violência contra mulheres e raparigas. O governo do Botsuana está actualmente à procura de criar um workshop nacional consultivo em que todo o país possa ser sensibilizado sobre

estas questões, incluindo o diálogo entre vários intervenientes, ONG, Sociedade Civil, líderes tradicionais e religiosos. Existe nomeadamente a necessidade de sentenças mais fortes para os criminosos para que não possam andar nas ruas impunemente e atacar outras raparigas. ■

* A Dra. Maude Dikobe é uma activista dos sexos e professora de literatura e artes expressivas da Diáspora africana, na Universidade do Botsuana. É bolsista Fulbright e possui um doutoramento em estudos da Diáspora africana da UC Berkeley, Estados Unidos.

Maude Dikobe, especialista em diásporas e na igualdade de géneros. Universidade do Botsuana 2008 © Debra Percival

O PROTOCOLO SOBRE SEXOS E DESENVOLVIMENTO DA SADC

Alguns lobbies e grupos de defesa como a "Southern Africa Gender Protocol Alliance" vêem a celebração e a implementação do Protocolo sobre Sexos e Desenvolvimento da SADC como um passo importante em direcção à erradicação da violência em razão do sexo. Infelizmente, o Botsuana é um dos países que ainda não assinou o protocolo (os outros dois países são o Malávi e Madagáscar). O Protocolo sobre Sexos e Desenvolvimento da SADC definiu uma meta de 50 por cento de representação feminina no parlamento e a erradicação do abuso, pobreza e disparidades até 2015, o que está em sincronia com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, nomeadamente o Objectivo 3, que procura promover a igualdade dos sexos e a emancipação das mulheres. **M.D.** ■

A WAR E A UE

O FED está a contribuir com um financiamento de €700.000 (7 milhões de Pula) para a Women Against Rape (WAR) sediada em Maun, com o objectivo de combater a violência em razão do sexo, "Tornar o Invisível Visível". Os parceiros Emang Basadi em Gaborone e Bana ba Letsatsi em Maun, juntamente com a WAR, prestarão serviços de aconselhamento a crianças vulneráveis e a sobreviventes de violência em razão do sexo. A Emang Basadi fornecerá uma clínica de apoio jurídico, enquanto a Bana ba Letsatsi se concentrará em apoiar as crianças com monitorização específica e conselhos durante as férias escolares. Segundo a Directora do centro, Mpho Mohopolo, haverá igualmente ajuda prática através do desenvolvimento de novas competências de vida: panificação, carpintaria e trabalho com couro e ligações com empresas locais para postos de formação profissional e consciencialização, bem como uma campanha a nível nacional sobre a violência em razão do sexo e a prevenção do VIH/SIDA. A ONG Skillshare International está a coordenar o projecto. **D.P.** ■

Palavras-chave

Botsuana; Mulheres; Homicídios por motivos passionais; SADC; Dra. Maude Dikobe; Festus Mogae; WAR; CEDAW.

PRESSÕES frescas no delta do OKAVANGO

Um delta em forma de ventoinha na bacia de Kalahari banhada pelo rio Okavango de Angola, o Delta do Okavango do Botsuana é “das mais antigas zonas húmidas restantes no mundo” – explica Susan Ringrose, Professora do Harry Oppenheimer Okavango Research Centre (HOORC). Com base na extremidade do Delta em Maun no Nordeste do Botsuana e parte da Universidade do Botsuana, desde 2004, montou mais de 60 projectos académicos desde a análise dos recursos piscatórios até à cartografia das pegadas humanas. Equipamento de vanguarda no valor de €790.000 (Pula 8,1M) do FED * entregue em Outubro de 2008 irá contribuir para tornar o HOORC num centro de excelência para a gestão de terras aquosas, bacias hidrográficas e recursos naturais em todo o Continente.

O governo já instituiu o Plano de Gestão do Delta de Okavango (Okavango Delta Management Plan – ODMP) sobre o uso sustentado dos seus recursos naturais. O Botsuana faz parte da Convenção Ramsar, um acordo internacional celebrado no Irão, em 1971, para a conservação e a utilização conscienciosa de zonas húmidas e respectivos recursos. Mas os recursos do Delta estão a enfrentar novos desafios.

Nos anos 90, quando havia apenas uma pequena delegação de investigação em Maun, o Delta enfrentava a pressão de alguma corrente a montante utilizada para minério e água. Nessa altura, explica a Professora Ringrose, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) considerava essa movimentação “inapropriada” e era apoiada pela Sociedade de Conservação Kalahari, a força motriz da protecção ambiental na África austral. Agora com a estabilidade política em Angola e na Namíbia, estas nações têm interesse em utilizar alguma da corrente a montante para utilização humana, mas a investigação tem de quantificar os efeitos da utilização de recursos a montante na corrente a jusante.

> Alterações climáticas

A Professora Ringrose pergunta de que forma é que as alterações climáticas podem alterar os cálculos dos efeitos da utilização de corrente a montante em Angola ou na Namíbia em corrente a jusante no Okavango. Os padrões climáticos cíclicos são outra parte da equação a considerar, nomeadamente o padrão dos anos 80 El Niño de 40 anos alternados entre tempo húmido e seco. “Como é que isto afectará as correntes?” – pergunta.

A utilização a montante é apenas uma das áreas de investigação realizada pelo Centro Harry Oppenheimer inaugurado em 2005 e construído com \$6-7M do filantropo sul-africano. Tem uma biblioteca em constante crescimento com uma riqueza de literatura e colecções com valor inestimável como a de Peter Smith que, até à sua morte em 1999, cartografou quase cada centímetro do Okavango e registou a sua flora e flora em diapositivos.

O pessoal, que inclui nacionais do Botsuana, Pole, Canadá, Malávi e Zimbabué, trabalha em cinco unidades académicas separadas: água, hidrologia e geologia; ecossistemas incluindo recursos piscícolas e invertebrados; a utilização humana de recursos naturais; questões de gover-

nação e turismo que visa iniciativas baseadas na comunidade. A contribuição da UE auxiliará igualmente o projecto BOKAVANGO do governo. Implementado pelo HOORC, centra-se na protecção da diversidade biológica de longo prazo das terras húmidas do Botsuana de modo a beneficiar projectos das comunidades e do governo local em Ngamiland.

Ringrose aplaude a liderança do governo em questões ambientais: “No seu conjunto, o Botsuana tratou das suas questões relacionadas com ambiente e sustentabilidade e precisa de assumir um papel de custódia.” Quais os novos desafios do HOORC? “Expandir do Botsuana para o caudal principal e todo o desafio das alterações climáticas, bem como a gestão de recursos das áreas do Kalahari que atraem cada vez mais interesse” – afirma a Professora Ringrose.

D.P. ■

* Incluindo uma Cromatografia de Gases e Espectrometria de Massa, um espectrómetro de emissões atómicas de plasma indutivamente acoplado e equipamento de digitalização herbário especializado.

www.orc.ub.bw
www.ramsar.org
www.delbwa.ec.europa.eu

Palavras-chave

Botsuana; Delta do Okavango; FED; HOORC; IUCN; ambiente.

Basilica de Nossa Senhora do Pilar, em Saragoça, a maior igreja barroca de Espanha 2008. © M.M. Buckens

O despertar **ARAGONÊS**

Uma reportagem de Marie-Martine Buckens

Algo esquecida – tanto pelos outros espanhóis como pelos turistas – a região de Aragão desperta de uma longa sonolência e vive mesmo, desde há alguns anos, um período frenético industrial e económico que se repercute na vida cultural e social. Para consolidar a sua ambição de cidade aberta ao mundo, Saragoça,

capital desta Comunidade Autónoma – uma das 17 Comunidades da Espanha – foi anfitriã da Exposição Internacional sobre a Água e o Desenvolvimento Sustentável, de Junho a Outubro de 2008. Desde então, o governo aragonês multiplica os projectos: “Milla Digital”, que pretende ser o centro tecnológico do Sul da Europa ou, mais controversa, a “Gran Scala”,

gigantesca área de jogos e lazer, réplica de Las Vegas, que deveria surgir nas planícies desérticas do Norte de Saragoça. Fica em aberto a pergunta: será que estes projectos resistirão à nova crise que se perfila? ■

Breve resenha histórica de **ESPAÑA**

Aragão! Um sonho! Então não foi o Rei Fernando II de Aragão que, pelo seu casamento com Isabel de Castela no século XV, lançou os verdadeiros alicerces do actual Reino de Espanha?

Aragão é também a região banhada pelo maior rio espanhol, o Ebro. O Ebro, ou Iber, nome dado pelos Romanos e que qualificará seguidamente toda a Península... Ibérica. E quem diz Romanos, diz Júlio César, o Imperador que na Antiguidade ocupou as terras de Aragão – que era na altura a província romana Tarraconense – e deu o seu nome ao maior burgo da região, Caesar Augusta, que viria mais tarde a chamar-se Saragoça, capital da actual “Comunidade Autónoma de Aragão”.

Mas entre os Romanos e Fernando II, a região de Aragão sentiu na pele a ocupação muçulmana que a avassalou no início do século VIII ao Emirato próspero de Córdova, que englobava a maior parte da Espanha actual, deixando aos Cristãos apenas os dois reinos setentrionais de Leão e Navarra. Na altura, o “taifa” (reino mouro) da futura Aragão usava o nome de Saraqustah.

> El Canto de Mio Cid

E foi precisamente dos dois reinos do Norte que os Cristãos se lançaram, no século XI, à reconquista – a famosa “Reconquista” – das outras regiões. Uma reconquista, alguns falam mesmo de Cruzada, que se fará por etapas e cujas proezas foram cantadas pelo francês Pierre Corneille na sua peça de teatro “Le Cid”, que deu origem ao filme realizado em 1961, com o valoroso Charlton Heston e a bela Sofia Loren. Rodrigo Diaz, seu verdadeiro nome, combateu não só os Muçulmanos, mas também alguns reis cristãos – a época agitada despertava as rivalidades entre os reinos cristãos que procuravam conquistar territórios mouros – a começar por Ramires I de Saragoça, então tributário de Fernando I, rei de Castela e Leão. Cognominado “Cid Campeador”, derivado do árabe Sid, Senhor, e do latim Campus Doctor, vencedor de batalhas, Rodrigo Diaz encarna toda a epopeia espanhola imortalizada no “Canto de Mio Cid”, considerado uma das obras mais importantes da literatura épica castelhana e obra-mestra da poesia épica europeia.

Tirando partido da Reconquista, os reis de Aragão procuram alargar o seu reino, inicial-

mente limitado aos contrafortes dos Pirenéus. Hoje, a região de Aragão abrange três províncias de Norte a Sul: Huesca, Saragoça e Teruel. É uma das mais importantes das 17 Comunidades Autónomas constitutivas da Espanha, representando 10% da superfície do país. Paradoxalmente, é uma das menos povoadas: com 1,2 milhão de habitantes, a região de Aragão representa apenas 3% da população espanhola.

A sua população está muito dispersa, o que se explica, nomeadamente, por uma economia até há pouco tempo estagnada, territórios montanhosos – no Norte os Pirenéus, no Sul a Cordilheira Ibérica – com uma parte central mais fértil banhada pelo Ebro. E foi sem surpresa que Saragoça cresceu nas margens do rio, atraindo para dentro das suas muralhas perto de metade da população da região. Saragoça, onde reúnem as Cortes (parlamento regional) nos vestígios resplandecentes do Palácio de Aljaferia, terceiro e mais antigo esplendor da arquitectura mourisca, após a Alhambra de Granada e a mesquita de Córdova. **M.M.B. ■**

Palavras-chave

Aragão; Rei Fernando; Mouros; El Cid; Saragoça; Teruel; Huesca.

O castelo de Loarre “observa” do alto a extensa planície de Huesca 2008

© M.M. Buckens

O Ebro, símbolo de todos os COMBATES

O rio Ebro banha a Basílica de Nossa Senhora do Pilar em Saragoça 2008©
M.M. Buckens

Embora a região de Aragão se mantenha múltipla, tanto em termos geográficos como populacionais, há um elemento unificador: o rio que a atravessa. O Ebro, que nasce na Cantábria, atravessa a Espanha de norte a sul numa extensão de 928 km e deságua no Mediterrâneo, na Catalunha, é o maior rio espanhol. E também o mais cobiçado.

Foi certamente o Ebro que restituiu aos Aragoneses o sentimento de orgulho e de pertença. É, pelo menos, o que dá a entender Fausto Garasa, mestre de conferências e autor de “Territoire et identité en terres d’Aragon” (publicado em Cahiers du MIMMOC): “Saragoça, embora seja essencialmente urbana, simboliza por si só a região de Aragão, na medida em que é o centro de um espaço territorial. Em pleno centro do vale do Ebro, a região reflecte-se neste rio, outro símbolo de Aragão, ponto de referência geográfico, fonte de vida numa região onde a irrigação tem desempenhado um papel histórico preponderante. Não é, pois, de admirar que as grandes manifestações populares dos anos setenta e noventa contra o transvasamento das águas do Ebro tivessem tido tanto êxito, unindo sem dúvida muitos aragoneses na defesa de um território e de interesses comuns perante outrem, perante os catalães beneficiários do transvasamento planificado, perante o poder madrilenho espoliador, perante, finalmente, os líderes regionais do Partido Popular e do PSOE (socialista) que, em nome de uma estratégia e de directrizes nacionais, pareciam desinteressar-se da “causa aragonesa”. Aliás, a manifestação de Saragoça, de 23 de Abril de 1992, que reuniu 120.000 pessoas, ou seja, um

décimo da população total da região, foi apelidada por um dos líderes regionais do PSOE, José Marco, de baturrada (estupidez aragonesa grosseira), o que contribuiu para acentuar o sentimento partilhado por muitos de serem os representantes de uma cultura desprezada, humilhada e dominada.”

> A exposição de 2008 – uma espécie de desforra

Faltava, sem dúvida, a Exposição Internacional sobre a Água e o Desenvolvimento Sustentável, organizada de Junho a Setembro de 2008, em Saragoça, para que a cidade, e toda a região, se apropriasse realmente do Ebro. “A partir das grandes manifestações contra o Plano Hidrológico Nacional de Transvasamento do Ebro, iniciámos uma grande reflexão sobre a água, não só na nossa região, mas também em toda a Espanha”, observa, por seu lado, a eurodeputada socialista, Inés Ayala Sender, natural de Saragoça. “A água é um símbolo muito forte em Espanha, país com uma grande tradição agrícola, a começar pela região de Aragão onde persistem sistemas de irrigação herdados dos mouros, especialistas na matéria.” A eurodeputada acrescenta que, “a partir daí, passámos para uma agricultura intensiva

que consome muita água, quer pelo seu ritmo, quer pela escolha dos produtos: trocámos as laranjeiras sóbrias pelos quivis muito mais consumidores de água. Esquecemo-nos que a água não é um recurso ilimitado”. Perante isto, a Espanha tomou medidas: desenvolvimento de fábricas de dessalinização, modernização dos sistemas de irrigação e impermeabilização dos tubos. Esta última medida foi aplicada em todos os condutos da capital aragonesa, citada depois como modelo. “Mas foi incontestavelmente o grande sucesso da exposição internacional de 2008 que mudou a nossa visão. Austeros por natureza, tornámo-nos muito orgulhosos do nosso rio, mas também das nossas cidades, incluindo Huesca e Teruel. Ao criar passeios ao longo das margens e pontes, apropriámo-nos realmente da água que, até então, era considerada, em Espanha, uma muralha de protecção contra o inimigo.”

M.M.B. ■

Palavras-chave

Ebro; Exposição Internacional sobre a Água; Inés Ayala Sender; Fausto Garasa.

ni una más,
todos contra la violencia de género

EL AMOR NO FUE AQUELLE

EL AMOR ES OTRA COSA

IMIGRAÇÃO recente

Após uma campanha de apoio à integração (na página 55), surge outra destinada a denunciar a violência sobre as mulheres (nesta página) 2008.
© M.M. Buckens

Integração. Eis a prioridade do governo aragonês, que lançou uma vasta campanha a favor de uma região de Aragão “plural”.

Há apenas oito anos, Aragão era uma região esquecida. Encostada aos Pirenéus, caracterizada por uma riqueza cultural que remonta ao tempo dos Mouros e uma agricultura relativamente próspera, só a cidade de Saragoça, com a sua universidade milenária e as suas indústrias conseguia manter, conforme podia, as suas novas elites, muitas vezes atraídas pelas cidades de Barcelona e Madrid. “A economia estava estagnada”, explica-nos Pedro Coduras Marcén, Director-Geral da Imigração e da Cooperação para o Desenvolvimento do governo aragonês. “Mas, desde então, atravessamos um período de crescimento que se traduziu paralelamente num afluxo de imigrantes, até então relativamente pouco numerosos.”

Eis porque, hoje, a população da Comunidade Autónoma de Aragão conta 12% de imigrantes.

É uma situação comparável a toda a Espanha, pelo menos em percentagem. “Temos que colocar as coisas em perspectiva”, acrescenta Pedro Coduras. “Aragão tem apenas 1,3 milhão de habitantes, ou seja, 3% da população espanhola, quando o nosso território representa 10% da superfície da Espanha. Há zonas inteiras de Aragão inabitadas. Algumas terras são pouco férteis, mas outras, como o corredor do Ebro ou os pré-Pirenéus, são muito apreciadas.”

Assim, a maior parte dos imigrantes encontra-se na grande cidade aragonesa, Saragoça. “75% dos 160.000 imigrantes registados vivem na Província de Saragoça, 60% dos quais na capital, 15% na Província de Huesca, no Norte, e 10% na Província de Teruel, talvez a mais difícil de desenvolver.” São percentagens bastante semelhantes à repartição da

população local. “Na realidade, estas pessoas têm os mesmos objectivos, os mesmos receios e as mesmas expectativas que nós. Também elas desejam encontrar trabalho, melhorar o seu nível social, beneficiar de serviços de proximidade e, finalmente, poder dispor de tempo livre. É o que explica, em grande parte, a sua atracção pela cidade. É verdade que alguns imigrantes trabalham no sector agrícola, próximo do seu antigo modo de vida, mas são menos numerosos.”

► Os “novos Aragoneses”

Em Aragão, os imigrantes vêm essencialmente (55%) de outros países da Europa, e sobretudo da Roménia. “Há 57.000 Romanos em Aragão, sendo nitidamente mais numerosos que os Polacos, sem dúvida por razões culturais, dado terem uma língua latina.” Seguem-se

os Marroquinos (15.000). “Temos também pessoas oriundas da África Subsariana, em especial do Senegal (3000), da Gâmbia, mas também, por razões históricas, da América Latina (21% do total), sobretudo dos países andinos, e, por último, da Ásia (4%).”

A integração destes imigrantes é bastante difícil, reconhece Pedro Coduras Marcén que, com a sua equipa, lançou no ano passado uma vasta campanha para promover o reconhecimento destes imigrantes pela população. Uma campanha com o slogan eloquente: “Los Nuevos Aragoneses” (Os Novos Aragoneses), cujos cartazes ornaram as paredes da cidade de Saragoça e não só, antes de serem substituídos, actualmente, por uma campanha contra a violência sobre as mulheres, todas as mulheres. As estatísticas publicadas neste mês de Novembro de 2008 revelam que a violência de que são vítimas as mulheres abrange em percentagens iguais as Aragonesas de raiz e as imigrantes. Pelo menos as que apresentaram queixa.

“A integração é sempre difícil para as pessoas que chegam sem contrato e residem em situação irregular; digo irregular, não ilegal. Não são ‘ilegais’, simplesmente não estão em ordem do ponto de vista administrativo”, prossegue Pedro Coduras. Muitas destas pessoas encontram trabalho, em especial em hospícios, restaurantes e no sector da limpeza. Mas também na economia clandestina: “uma economia que

muitas vezes os explora mas que, com a crise em que vivemos, corre o risco de diminuir, senão de desaparecer. Neste caso, o governo aragonês está muito empenhado em ajudar estas pessoas, sem discriminação, incluindo a ajuda àqueles que desejam regressar aos seus países.” Esta política de ajuda ao repatriamento começa a dar frutos. Em Novembro, em todo o território espanhol, 60 imigrantes aceitaram regressar aos seus países. Trata-se, essencialmente, de países onde a situação política parece ter estabilizado, embora nesta leva não haja nenhum país africano.

► Uma inquietação que flutua

É muito recente este fluxo de imigração para a Comunidade de Aragão: oito anos. Para a Espanha, o fenómeno é mais antigo, embora seja relativamente recente em comparação com o de outros países, como a França. “A partir de 1995, o fenómeno amplificou-se”, prossegue Pedro Coduras. É verdade que, até então, a Espanha era considerada um país pobre e beneficiava, por isso, das ajudas da União Europeia. No início da década de 90, a Espanha tinha cerca de um milhão de imigrantes, mas eram essencialmente Europeus que tinham decidido gozar a sua reforma ao sol. A este milhão juntaram-se mais cinco em 13 anos, elevando a população total de imigrantes para 6 milhões. “Um número relativamente importante”, sublinha Pedro Coduras, e acres-

centa: “Segundo um inquérito sobre o que mais preocupa os Espanhóis, a maior parte menciona a imigração em terceiro ou quarto lugar, sendo a primeira a situação económica, depois o emprego. De acordo com a situação económica, o terceiro lugar vai para a imigração ou o alojamento, vindo em seguida o terrorismo.” A imigração tornou-se mesmo o segundo tema de preocupação em 2006, devido aos 30.000 imigrantes que desembarcaram nas Canárias. E voltou ao quarto lugar em 2008, quando o fluxo baixou para 7000 imigrantes.

Seja Aragão ou todo o país, a imigração em massa coincidiu com a retoma económica. Hoje, que se vislumbra uma nova crise, qual será a política aragonesa? “Temos de gerir os fluxos”, reconhece Pedro Coduras, “e estar atentos, porque vivemos num mundo globalizado. Se formos mais acolhedores que os nossos vizinhos, as pessoas sabem-no e corremos o risco de as ver afluir em massa. Dito isto, a questão coloca-se com menos acuidade que em regiões como Múrcia ou Andaluzia. Provam-no as investigações sociológicas: o Espanhol aceita com relativa facilidade o imigrante como cidadão de pleno direito. Isso deve-se, provavelmente, à nossa cultura mediterrânica, que nos leva a falar e a entrar em contacto com os outros”. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Pedro Coduras Marcén; Imigração.



TRABALHAR com o nível local

O governo aragonês empreende acções de cooperação específicas em vinte países, apoiando-se em organizações locais activas.

Pedro Coduras Marcén, Director-Geral da Imigração e da Cooperação para o Desenvolvimento no governo de Aragón 2008. © M.M. Buckens



> Eficácia

“Em 2007-2008, financiámos cerca de sessenta projectos em 25 países. São ainda muitos, mas antes estávamos em 40 países e a dispersão era ainda maior”, afirma o director-geral. Destes 25 países, 19 foram declarados “prioritários”, sendo 10 da África e 8 da América Latina, entre os quais a República Dominicana. O montante do orçamento concedido a estes projectos é pouco significativo, admite Pedro Coduras: 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB), o que é pouco comparado com algumas regiões espanholas que consagram 0,5% do seu PIB. O Pacto espanhol contra a pobreza prevê que, até 2012, seja consagrado 0,7% do PIB do Estado central e das comunidades e cidades autónomas à ajuda ao desenvolvimento. Para o conseguir, o governo aragonês decidiu aumentar 20% anualmente o seu orçamento consagrado à rubrica desenvolvimento. “Decidimos igualmente conduzir projectos integrados para maior eficácia”, sublinha Pedro Coduras. “Assim, se construirmos uma escola e o país não dispuser de uma boa política escolar, é trabalho inútil.” Para este director-geral, que também é responsável pela política de imigração e de cooperação, é urgente encontrar um consenso sobre estas duas questões, quer a nível europeu quer regional. **M.M.B. ■**

“**A** nossa política de cooperação distingue-se das políticas francesa, britânica ou belga, dado ser incondicional”, sublinha Pedro Coduras Marcén. Uma particularidade, para não dizer qualidade, que decorre da história da Espanha que, até meados dos anos 90 era ainda beneficiária da ajuda da União Europeia. “Não havia, portanto, uma cultura oficial de ‘cooperação’ em que as empresas estatais do Norte participavam em projectos de cooperação muitas vezes realizados nas antigas colónias”, explica o Director-Geral da Cooperação do governo de Aragón, “o que explica que na nossa região, se uma empresa nos contactar para beneficiar de cartas de recomendação para empreender projectos no Sul, nós dizemos-lhes que podem fazê-lo, mas sem o nosso apoio. Somos muito éticos”.

Outra singularidade da cooperação aragonesa, mas igualmente espanhola, é o seu carácter descentralizado. Assim, cada região autónoma – 17 ao todo – e as cidades autónomas de Ceuta e Melilla, têm a sua própria política de cooperação, à qual se acrescenta a política de cooperação do Estado central. Este último, através da sua agência de cooperação internacional (Agencia Española de Cooperación Internacional, AECI), fica com a melhor parte, ou seja, 86% do orçamento total da cooperação espanhola. “A política de cooperação em Espanha, sobretudo em Aragón, nasceu de movimentos de jovens na década de 90”, prossegue Pedro Coduras, “e foi só em 2000 que o governo aragonês adoptou a lei sobre a política de cooperação internacional”. Uma lei que, essencialmente, define e enquadra as acções que serão empreendidas no terreno pelas ONG e pelos departamentos envolvidos (água, educação, saúde, etc.) do governo regional.

Palavras-chave

Pedro Coduras Marcén; cooperação; Aragón; AECI.

SARAGOÇA, novo pólo de comunicação europeu

Cena de rua, Saragoça 2008.
© M.M. Buckens

Aposta do governo aragonês: transformar a região num centro de passagem obrigatória para as mercadorias provenientes dos grandes portos espanhóis. Falta transpor um grande obstáculo: a muralha quase intransponível dos Pirenéus. Entrevista com Inés Ayala Sender, eurodeputada socialista, natural de Saragoça e ardente defensora da causa aragonesa.

“A minha região é uma região isolada, rodeada de regiões mais ricas e com acesso ao mar”, começa por referir Inés Ayala, e prossegue: “embora partilhe uma fronteira com a França, que lhe dá acesso à Europa, esta fronteira é constituída de picos montanhosos, os Pirenéus, que os Aragoneses vêem mais como uma muralha ou um obstáculo: no Inverno, as estradas são muitas vezes cortadas pelas quedas de neve”. Qual é a solução? Para a eurodeputada, a solução resume-se a uma palavra, o “Projecto n.º 16”, a saber, o décimo sexto projecto da lista das Redes Transeuropeias de Transportes (RTE) consideradas prioritárias pela Comissão Europeia e, neste aspecto, elegíveis para os fundos da União Europeia.

> Ligar a Europa à África

Inés Ayala entusiasma-se: “O projecto n.º 16 é um projecto de envergadura porque prevê ligar Algésiras (no Sul da Espanha) e Sines (em Portugal) a Paris, passando pela região de Aragão. Com efeito, prevê um túnel de baixa montanha no meio dos Pirenéus, a exemplo do túnel de Perpignan e do previsto na região basca.” Esta terceira passagem ferroviária deverá eliminar o isolamento de

toda a Espanha. “Esta ‘permeabilização’ dos Pirenéus, tanto para os passageiros como para as mercadorias, é extremamente importante para a região de Aragão, uma região maior que a Bélgica, pouco povoada e que, exceptuando o corredor verde nas margens do Ebro, comparável ao vale do Nilo, é constituída de terras áridas e de desertos, como os Monegros no Norte de Saragoça.” Mas a eurodeputada vê mais longe: “Não deveríamos parar em Algésiras, mas prever o prolongamento da rede até Marrocos, em África. No momento em que se inicia a revisão das grandes redes europeias, é importante fazer a ligação entre as redes transeuropeias e a nossa política de vizinhança. Uma política que não se deve limitar aos países de Leste, como a Rússia, mas também ao Mediterrâneo.”

O governo aragonês não esperou pela luz verde do Projecto n.º 16. A nova grande estação de Saragoça, actualmente subutilizada, confina com a Plaza, um gigantesco porto seco, pronto para receber as mercadorias provenientes dos principais portos espanhóis. A rede de auto-estradas e de comboios de grande velocidade completa este grande projecto de comunicação. **M.M.B. ■**

A NOVA GRANDE PORTA DA EUROPA

A travessia central dos Pirenéus (TCP) representa um elo vital para os promotores, espanhóis e portugueses, que desejam fazer da Península Ibérica uma passagem obrigatória para as mercadorias provenientes da Ásia, África ou Américas. Os portos de Algésiras, Barcelona, Valência, mas também Sines, a sul de Lisboa, posicionam-se como concorrente potencial de Roterdão, à beira da saturação, como porta marítima europeia. Os operadores económicos implantados na Ásia penetram mais rapidamente, e a menor custo, no mercado europeu, porque poupam o contorno da costa oeste europeia, inevitável para atingir os portos holandeses, belgas ou alemães. A TCP permitirá, assim, encaminhar para a Europa Central a maioria das mercadorias desembarcadas no litoral ibérico.



Inés Ayala Sender 2008.
© M.M. Buckens

Palavras-chave

TCP; RTE; Projecto n.º 16; Pirenéus; Inés Ayala Sender; Aragão.

Da VIRGEM do Pilar a GOYA passando por outras luzes

Quem fala de região pobre? A região de Aragão é o berço de uma miríade de artesãos e artistas, muitos deles anónimos, que criaram as mais belas obras de arquitectura mudéjar de inspiração muçulmana, passando pelo génio de Goya, que inspirou muitos outros pintores, sem esquecer cineastas de renome, como o surrealista Luis Buñuel ou o contemporâneo Carlos Saura.

I Goya, Saragoça 2008. © M.M. Buckens



Abizanda, no sopé dos Pirenéus, não muito distante do Parque Natural de Ordesa, acolhe o museu das “Crenças e da Religião Popular dos Pirenéus Centrais”. Muito antes de Cristo, e sobretudo da Virgem Maria, verdadeira representante da cristandade em Aragão, de que é testemunha a sumptuosa basílica do Pilar, em Saragoça, os Aragoneses já mantinham uma relação estreita com o mistério, cuja demonstração a cristandade se encarregou de amplificar. Prova disso são os

inúmeros mosteiros, igrejas e, mesmo, catedrais que proliferam em todo o território e cujos estilos rivalizam em beleza.

> Uma “sombra herdada do século das luzes”

Sensível, grosseiro, rebelde, genial e, no fim da vida, só. O universal Francisco de Goya y Lucientes nasceu em 1746 na aldeia de Fuentodos. Depois, foi estudar para Saragoça, visitou a Itália, mudou-se para a Corte de Madrid e morreu aos 82 anos em Bordéus, em França. “Se Goya é anticlerical”, escreve o artista francês Daniel Dezeuze a propósito dos desenhos que o artista realizou após as suas horas de glória na Corte do rei Carlos III, “não é anti-religioso. Mas interessa-se pelo que escapa à religião, resiste ou declara-se contra ela. Denuncia o obscurantismo, mas, ao mesmo tempo, este obscurantismo fascina-o. Acolhe-o nos seus desenhos, gravuras ou “pinturas negras”, com uma compreensão sem precedentes na história da arte. Disparidades, Provérbios, Caprichos, Desastres da guerra – tudo isto executado por mão de mestre com tinta sépia, sanguínea, aguarela, pedra negra”.

Goya inspirou o pensamento não só de muitos pintores, mas também de cineastas como Luis Buñuel, que nasceu em 1900 perto de Teruel. O autor de “Um Cão Andaluz”, que contou com a colaboração do pintor Salvador Dalí, tencionava gravar em película, em 1927, a vida do pintor, mas abandonou o projecto. Foi necessário esperar por 2001 para ver no cinema os últimos dias da vida de Goya, filme realizado por outro grande cineasta aragonês, Carlos Saura.

> A arte mudéjar

Inspirada directamente na arte muçulmana, a arquitectura mudéjar é florescente em Aragão. Em especial, a de Teruel, declarada Património da Humanidade pela Unesco em 1986. Uma arquitectura que combina com proeza e harmonia o tijolo, o gesso, a madeira e a cerâmica.

M.M.B. ■

Palavras-chave

Goya; Virgem do Pilar; Luis Buñuel; Carlos Saura; arte mudéjar.

Sandra Federici

Luigi Caterino, *Miriam Makeba no seu último concerto. Castelvolturno, Novembro de 2008.*
© Luigi Caterino www.luigicaterinophotos.it

O legado de MIRIAM MAKEBA

Não há consolo para a morte; mas quando a vida de um génio termina heroicamente, o mundo fica então, como se recebesse um presente, com a visão de um destino que acaba coerentemente. Miriam Makeba, a mais famosa cantora africana, morreu, aos 76 anos, em 10 de Novembro de 2008, no hospital de Castel Volturno, no Sul de Itália, em resultado de um ataque cardíaco no fim de um concerto.

Ea sua morte, tal como a sua vida, é uma sucessão de símbolos. Em primeiro lugar, o concerto foi organizado em apoio a Roberto Saviano, o escritor italiano condenado pela máfia napolitana por causa do livro de investigação Gomorra. Este autor, de 29 anos, entrou para o perigoso clube dos escritores ameaçados, porque o seu livro mais vendido (traduzido em 33 línguas) revelou o poder do mafioso clã dos Casalesi, os seus mecanismos pelo domínio económico da região, a brutalidade dos seus actos de vingança e a ignorância e conivência da classe dominante na Campânia. As ameaças à vida de Saviano aumentaram recentemente e a comunidade artística e intelectual, espe-

cialmente a italiana, tem estado activamente envolvida na organização de leituras e outras iniciativas destinadas a sensibilizar o público e a apoiar o jovem escritor. Apesar de doente, e do facto de, em 2005, ter dito adeus aos palcos, despedindo-se numa digressão, Miriam Makeba quis estar presente neste concerto de solidariedade em 9 de Novembro de 2008.

Mama Afrika não veio apenas por causa de Saviano, mas também pelos sete imigrantes africanos mortos num ataque brutal perpetrado pela Camorra num bar de Castel Volturno. Para ela, eles não eram do Gana, nem da Costa do Marfim, nem do Togo, escreve Saviano em artigo publicado no jornal diário italiano

Repubblica em 11 de Novembro: eram filhos de África, que perderam inocentemente as suas vidas, longe da terra natal. A sua morte e os protestos que se seguiram organizados pela população migrante local que vive na região despertaram a sonolenta opinião pública, a nível local e nacional, no tocante a uma situação de inaceitável degradação e ilegalidade.

E, por fim, esta morte é significativa porque ocorreu numa África agonizante: a África a que a diáspora de imigrantes económicos e candidatos a asilo deu origem em muitas partes da Europa. O “Villaggio Coppola” em Castel Volturno foi construído clandestinamente e sem a necessária urbanização para



Luigi Caterino, *Miriam Makeba no seu último concerto. Castelvolturno, Novembro de 2008.*

© Luigi Caterino www.luigicaterinophotos.it

garantir higiene e uma vida normal; desde os anos de 1980 tem sido lentamente colonizado por africanos de diferentes nacionalidades e, mais recentemente, por imigrantes da Europa de Leste. É de tal modo insalubre, perigoso e desprovido de serviços que os imigrantes o abandonam logo que podem. Este decadente quadro sócio-urbano gera uma série de problemas, aos quais os moradores locais nativos respondem com racismo, acusando os imigrantes, especialmente os negros. E Mama Afrika, a grande embaixadora da consciência negra nos anos de 1960, viera expressar solidariedade e força ao lugar que é conhecido como o Soweto italiano.

Miriam Makeba simbolizou a revolta do povo e a rebelião de uma mulher, que desenvolveu a sua vida artística entre tragédias familiares e problemas políticos e económicos de todo o tipo. Após uma primeira fase na África do Sul, teve ocasião de fazer uma primeira digressão no estrangeiro. Foi convidada a participar no Festival Internacional de Cinema de Veneza para apresentar *Come back Africa*, um documentário sobre as condições de vida dos negros sob o regime de apartheid, e encantou a audiência. Em Londres, conheceu Harry Belafonte que a levou para a América, onde obteve grande êxito. Entretanto o governo sul-africano, endurecido pelo massacre de Sharpeville, revogou-lhe o passaporte, retirou-lhe a cidadania e proibiu as suas canções: Miriam Makeba tinha proferido nas Nações Unidas um discurso de denúncia da segregação racial, e cantava a rebelião dos povos oprimidos pelo colonialismo. Passou por cinco casamentos atribulados, nomeadamente com Stokely Carmichael, chefe das Panteras

Negras, o que significou a anulação de muitos dos seus contratos nos Estados Unidos. Viveu na Guiné e serviu como delegada deste país junto das Nações Unidas; após a morte da sua única filha Sibongile, aos 25 anos, mudou-se para Bruxelas. Depois da libertação de Nelson Mandela, regressou finalmente à África do Sul, após 30 anos de exílio. Continuou a viajar e a cantar, por muitas causas diferentes, porque Miriam Makeba era alguém que se preocupava mesmo com os problemas mais distantes.

Muitas individualidades renderam-lhe homenagem após a sua morte, incluindo o idoso Presidente Mandela, mas será porventura mais significativo dar conta dos ecos do velório na net, com palavras de condolências sussurradas de todos os cantos do mundo, para recordar, como num funeral verdadeiro, os aspectos de vida de um amigo que se perdeu. Seguem-se alguns das centenas de comentários que acompanham o vídeo da actuação de Pata Pata, no qual aparece a sua jovem filha Sibongile. Os comentários provam como a sua música atravessou as fronteiras entre nações e gerações.

“És uma das razões porque me orgulho de ter nascido na África do Sul. Que Deus abençoe a tua alma.”

“Na Suécia, esta canção acompanha uma mensagem televisiva transmitida muito frequentemente. É um clipe sobre reciclagem de garrafas e a preservação do mundo. É uma mensagem extraordinária para uma canção extraordinária.”

“No princípio dos anos de 1990, o meu pai comprou um álbum com os seus maiores sucessos e eu ouvi-o durante meses a fio! Gosto do seu som, do seu espírito e da sua mensagem...

e entristece-me pensar que não pôde voltar à mãe-pátria que tão bem cantava.”

“A minha mãe era a tua maior admiradora. Mama Afrika, lembro-me que a minha mãe cantava sempre esta canção quando me adorava... Temos saudades tuas, Mama Afrika.”

“Gracias Miriam por tu musica. Y gracias por venir aquella vez y llenarnos de ese espíritu de lucha. Acá en Chile por lo menos nunca serás olvidada.” (“Obrigada, Miriam, pela tua música. E obrigada por nos teres visitado, enchendo-nos de espírito de luta. Aqui no Chile nunca serás esquecida.”)

“Mama Afrika, combateste o apartheid e libertaste os nossos espíritos oprimidos. Jamais saberás o quanto a tua música e as tuas lutas significaram para nós. Sentiremos a tua falta, Mama.”

“És um exemplo para todas as mulheres mas especialmente para nós mulheres africanas.”

“Veio morrer no meu país... a melhor morte para pessoas como ela... no palco a actuar!”

“Como sul-africano branco, falante de africânder, também a amava!”

“Cresci com a sua música, em Moçambique. Teve muita importância na minha vida. Obrigado, Mama.”

“Adiós Miriam salúdame a los negros color de mi sangre allá en el cielo y que siga el Pata pata... dios te bendiga.” (“Adeus, Miriam, saúda todos os negros, cor do meu sangue, e cuida de Pata Pata... Deus te abençoe.”)

“Como diriam os indianos: Jai Mama Afrika.”

“No Sudão, amamos Miriam eternamente. És uma verdadeira lenda merecedora de respeito como cantora e activista.”

“Foi uma força activa no movimento dos direitos civis nos EUA no final dos anos de 1960. Contribuiu muito para que os afro-americanos se aproximassem das raízes africanas e se orgulhassem delas.”

“Nós do Brasil sempre te amaremos Miriam! Saudades! Descanse em paz.”

“O teu sorriso e o teu empenhamento fazem-nos acreditar que um outro mundo é possível... De Montevideo, Uruguai.”

“Mama Afrika, embora o activismo te custasse caro, nunca vacilaste. A tua voz era tão potente que nenhum governo nem editora discográfica seria capaz de calar.”

Isto é o que Miriam Makeba significou para o mundo, até ao último instante. ■

Palavras-chave

Miriam Makeba; música africana; África do Sul; apartheid; colonialismo; Nelson Mandela; Panteras Negras; Roberto Saviano; Itália.

PICASSO e os mestres africanos

Três museus de Paris, as “Galeries Nationales du Grand Palais”, o “Louvre” e “Orsay”*, e a “National Gallery de Londres”** fazem uma homenagem excepcional ao gênio catalão, Pablo Picasso, através de uma exposição intitulada “Picasso et les maîtres” (Picasso e os mestres), revisitando os artistas europeus como Delacroix (Mulheres de Alger) ou Manet (Almoço na Relva), que lhe serviram de inspiração e dos quais tinha explorado algumas obras do mimetismo perfeito até às desestruturas mais incríveis. Esta exposição não abrange explicitamente as afinidades africanas de Picasso. Mas estas encontram-se sempre presentes dado que fizeram, desde o contacto do artista com a arte africana, parte integrante da sua criação, modelando a sua concepção da arte. Esta é a opinião que André Malraux, um dos maiores críticos de arte do século XX, defendeu.

Ao contrário do que sucedeu com “Picasso et les maîtres”, surgiram duas exposições que permitiram aprofundar a reflexão sobre esta influência. A mais recente foi “Picasso et l’Afrique” (Picasso e a África) montada pelo Museu Picasso especialmente para ser apresentada em Joanesburgo e na Cidade do Cabo em 2006, onde se podiam admirar algumas dezenas de obras de Picasso e de peças africanas mais ou menos idênticas às que terá colecionado ou às que o terão inspirado. Havia poucas peças principais nesta exposição com um carácter mais simbólico, tendo sido a primeira sobre este tema em África. Alguns anos antes, 1995-1996, teve lugar a “Picasso, Afrique, Etat d’esprit” (Picasso, África, Estado de espírito) organizada em Beaubourg (Centro de arte contemporânea Georges Pompidou), em Paris, por Jacques Kerchache. Excepcional! Kerchache foi um dos maiores especialistas e apaixonados pelas chamadas “outras” artes. Foi ele que organizou em Paris a primeira grande exposição mundial sobre a arte dos Taínos das Caraíbas e é, sobretudo, o projectista do museu Quai Branly.

Mas vários amadores de museus imaginários como Guillaume Apollinaire que chamaram a Picasso “O pássaro de Benim” ou, sobretudo, André Malraux, já tinham destacado a veia africana de Picasso e feito a ligação entre várias das suas obras e os respectivos modelos

africanos. Qualquer amador de arte poderá de forma espontânea identificar a estética africana nos quadros e esculturas cubistas e, naturalmente, nas obras de Picasso que terá, com as “Meninas de Avignon”, introduzido os elementos de máscaras africanas como os rostos das duas figuras da direita. Terá feito o reencontro com a arte de África, quando tinha já iniciado esta obra. “As Meninas de Avignon” é a primeira obra cubista ou a primeira obra que adoptou elementos da arte negra? Terá sido com África que Picasso aprendeu “truques” tais como transformar uma curva convexa em côncava? Certamente que sim, mas é caricato.

Picasso não era o único a sentir-se atraído por esta arte recentemente descoberta, também o tinham sido Matisse, Braque e muitos outros, mas estes não parecem ter sofrido uma catarse com tal dimensão. A época continuava a olhar para a arte africana como folclórica e encerrava-a nos museus etnográficos com o pretexto do seu anonimato.

Este reencontro entre o homem e as obras-primas de um continente foi fulcral para Picasso, para a sua visão da essência da arte, para a percepção da arte no Ocidente. Não se trata apenas de ter compreendido que a arte negra não era apenas um simples estilo, mas de ter identificado o seu impacto como uma revolução, uma arte que não copia, mas que recria um mundo, as máscaras negras não remetiam para nenhuma realidade preexistente.

O que mais impressionou Picasso, subentende Malraux, não foram tanto as formas, “a rude semelhança” que iríamos encontrar no(s) seu ou seus cubismos e nos outros cubistas. Malraux realça que após as grandes épocas da arte antiga do Egipto ao México ou ao gótico europeu e de um destaque dos cristãos primitivos e da escultura gótica, a arte tinha-se tornado “uma vontade de imitação, de ilusão ou de expressão”, ou seja uma interpretação do real. “Picasso por sua vez, afirma que quando descobriu o Museu de Trocadero, sentiu o seu carácter mágico, indiferente aos seus amigos.” Mágico no sentido em que a arte antecipava a realidade. E acrescenta: “Se ficamos impressionados pelo sentimento de magia que Picasso, o único entre os pintores, vive em Trocadero, é porque ele vai mudar a pintura...”, sobretudo a sua pintura.



“L'intemporel”, André Malraux. © Gallimard

Não se tratava de um encantamento, era uma maiêutica que forçava Picasso a nascer de uma arte que não pressentia anteriormente. Era, por isso, o primeiro pintor para quem a arte negra tinha tido um sentido, ele que afirmou que “As máscaras dizem que as coisas não são o que pensamos, são estranhas...”. Na confusão da colecção de obras “primitivas” do Trocadero, em tudo que aí se encontra de arte negra, as peças Nago ou Fong de Daomé, Fang ou Punu do Gabão, Bembé do Congo, Bambara ou Dogon do Mali, etc., vai questionar-se, questionar a visão do seu mundo sobre a arte. Tinha encontrado mestres que não precisava de desestruturar. Contentar-se-á humildemente em criar peças com ecos das deles, sem ter tido necessidade de fazer uma excursão à África. Isto poderá estar relacionado com a primeira lição que recebeu deste continente: a arte ultrapassa o tempo e os espaços.

H.G. ■

“Picasso et les maîtres” (Picasso e os mestres):

Paris: Galeries Nationales du Grand Palais (para além do Louvre e do Museu d’Orsay), de 8 de Outubro de 2008 a 2 de Fevereiro de 2009.

Londres (com o nome: Picasso: Challenging the Past) (Desafiar o Passado), National Gallery, de 25 de Fevereiro a 7 de Junho de 2009.

Convite à leitura:

André Malraux, L’intemporel, Edições Gallimard (1976), 488 p.

André Malraux, La tête d’Obsidienne, Gallimard (1974), 288 p.

Palavras-chave

Arte figurativa; arte africana; Pablo Picasso; Delacroix; Manet; Matisse; Braque; cubismo; Nago; Fong; Daomé; Dogon; Bambara; Bembé; Fang; Punu; André Malraux; África; Jacques Kerchache.

Elisabetta Degli Esposti Merli

CINEMA AFRICANO.

Turismo e património cultural

40.º Festival de Cinema e Televisão Pan-Africano de Uagadugu (FESPACO)

Iniciou-se em 1979 com o desejo de criar um local no qual os trabalhos escritos, produzidos e dirigidos por africanos pudessem obter uma maior exposição: isso fomentou a criação do FESPACO (Festival de Cinema e Televisão Pan-Africano de Uagadugu).

O objectivo de criar uma rede de profissionais do cinema africano, na qual existe uma troca prática de ideias, conhecimento e técnicas, foi realizado durante décadas e a próxima edição celebra o 40.º aniversário (de 28 de Fevereiro a 7 de Março de 2009).

O tema desta edição foi apresentado durante a conferência de imprensa em 18 de Novembro de 2008 em Uagadugu: Cinema africano: turismo e património cultural. O turismo e a antropologia convergem neste importante tema da construção de património (artístico, natural, humano), juntamente com todos os

processos que esta construção implica – desde a produção de autenticidade, tradicionalismo e localidade até à reconstrução de etnicidade e a procura de novos significados para o passado: estas preocupações constituem o núcleo da crítica contemporânea nos estudos culturais. O desafio para o FESPACO consiste em desenvolver esses temas à frente de uma câmara, em filme, nos ecrãs.

A conferência destacou ainda os objectivos do festival; com vista a cumprir esses objectivos, era necessária uma reconfiguração de determinados aspectos organizacionais, tais como a redução do número de membros do comité e dos filmes participantes e concessões específicas para assistir às apresentações dos filmes. Em nome de determinados ideais fundamentais tais como a autonomia e uma abordagem africana, pan-africana e internacional, o festival deste ano pretende consagrar uma maior atenção à participação dos jornalistas, profes-

sionais na área da imagem e som e operadores financeiros numa parceria mais activa.

Este será um FESPACO mais visível, presente e atento na distribuição de filmes africanos, um festival que pretende dar mais espaço aos realizadores africanos e que pretende desenvolver uma indústria cinematográfica real e activa. ■



Logótipo do FESPACO.
© FESPACO

Palavras-chave

FESPACO; cinema africano; Festival; Uagadugu; Burquina Faso; filmes.

A UE coloca os ACP no âmago da cultura

Bruxelas, 1 a 3 de Abril de 2009

Evento: Colóquio sobre “Cultura e Criação como vectores de desenvolvimento”, uma iniciativa conjunta do Comissário Europeu do Desenvolvimento, Louis Michel, e do seu homólogo da Cultura, Jan Figel. O evento reunirá profissionais dos ACP e da UE oriundos das indústrias culturais: artes visuais, música, audiovisual, artes do espectáculo, publicação e ilustração.

Local: Palais d’Egmont em Bruxelas, Bélgica.
Programa: Sessão de trabalho preparatória com 170 profissionais da UE e dos ACP antes da Conferência Internacional, na qual se espera que os decisores políticos reconheçam o impacto socioeconómico das indústrias

culturais nos países ACP e a forma de o consolidar no futuro. Em paralelo, haverá “espaços” especiais onde os profissionais das diferentes disciplinas poderão expor informalmente os seus projectos.

Haverá igualmente uma série de eventos colaterais: em 1 de Abril, a projecção de um filme em cooperação com o Festival “África XL” na sala de cinema Vendôme; em 2 de Abril, um espectáculo de moda e música ACP no BOZAR; em 3 de Abril, será projectado, no UGC - Toison d’Or, o filme vencedor do prémio da UE deste ano no FESPACO – festival de cinema e de TV pan-africano de Uagadugu, Burquina Faso, que terá lugar de 28 de Fevereiro a 7 de Março de 2009; e, no

mesmo dia, será organizado um concerto de música ao ar livre na Place Flagey.

Ao cair do pano, esperamos que o planeamento futuro da UE, com vista a promover a cultura e intercâmbios culturais entre os ACP e a União Europeia, possa contar com um importante contributo. **D.P.** ■

Inscrição a partir de 1 de Fevereiro: culture-dev.eu
Endereço funcional: dev-culture@ec.europa.eu

* Mais tarde...
** Vamos?
*** Sim!



| Johan de Lange, *Vis stories*, Bandas desenhadas africanas 2002. © Lai-momo

A crise ECONÓMICA

Já se fala há três meses de “crise económica”, que começou nos Estados Unidos e se alastra por esse mundo fora. Onde quer que ela chegue, as pessoas têm medo de perder o seu dinheiro e de não terem mais trabalho. Em que consiste esta crise?

Comércio significa que as lojas vendem produtos e que as pessoas os compram com dinheiro. As pessoas guardam o seu dinheiro nos bancos que o emprestam a outras mediante o pagamento de juros. Os bancos exercem outras actividades. Alguns compram e revendem “acções” das empresas para eles próprios ou para os seus clientes. Uma acção é uma unidade de participação numa empresa. Se uma empresa tiver 1000 unidades de participação ou partes sociais, cada acção valerá um milésimo do seu valor total.

Nestes últimos anos, alguns bancos dos Estados Unidos emprestaram demasiado dinheiro a pessoas que queriam comprar casas, mas que não conseguiram reembolsar o empréstimo porque não ganhavam o suficiente. Para pagar estas dívidas, estas pessoas contraíram outros

empréstimos com juros mais altos. E assim sucessivamente. Os bancos que lhes emprestaram dinheiro endividaram-se junto de outros bancos mais fortes. É o que se chama “a bolha imobiliária”. A bolha rebentou. Os bancos e as companhias de seguros começaram a expulsar das suas casas quem lhes devia dinheiro. Várias centenas de milhar de pessoas perderam assim as suas casas e ficaram mais pobres e sem a possibilidade de comprar outros bens, como por exemplo carros.

Muitas empresas que fabricam esses bens começaram a falir. As “acções” perderam parte do seu valor, o que levou a “Bolsa” a baixar. A Bolsa é o local onde se compram e vendem acções. Houve também bancos que faliram. O Estado americano teve de socorrer alguns bancos para evitar que os cidadãos perdessem tudo o que tinham neles depositado.

Os bancos europeus ou de outras partes do mundo que tinham negócios comuns com os bancos imprudentes dos Estados Unidos perderam fortunas. Em todos estes países ricos, fecham-se empresas ou correm o risco de

terem de fechar porque não encontram bancos que lhes façam créditos. E os seus trabalhadores são ameaçados com o desemprego.

Como os países ricos têm medo, há o risco de estes investirem menos nos países pobres e de os seus cidadãos economizarem o dinheiro que têm, privando-se de férias noutros países e comprando menos produtos provenientes dos países pobres. Nos últimos anos, muitos destes países enviam esforços no seu desenvolvimento, no fabrico de bons produtos para o estrangeiro e, agora, não têm a certeza de poder vendê-los. Arriscam igualmente de terem menos ajuda dos países ricos e de receberem menos dinheiro dos seus próprios cidadãos que vivem nos países ricos. Tudo se congrega para sofrerem imenso a crise, muito embora não sejam eles a causa. Muitos deles sugerem a criação de uma autoridade mundial que monitorize os bancos e as Bolsas e a possibilidade de estarem representados nesse organismo de controlo. **H.G. ■**

Palavras-chave

Crise económica; jovens; Estados Unidos; Europa; bolsas; companhias de seguros.

A palavra aos leitores!

Concordo plenamente com o seu ponto de vista. Se pretendemos preservar a nossa identidade, temos de encontrar e proteger esses artefactos que nos representaram no passado. Espero que o nosso Ministro da Cultura se empenhe mais na construção desta área.

Moka Ndolo (Camarões)

Para mim, *O Correio ACP-UE* não só é intelectualmente enriquecedor e estimulante, mas também é educativo e divertido. Os vossos artigos políticos são muito incisivos e os vossos artigos sobre assuntos económicos são bem argumentados. A revista apresenta-nos acontecimentos económicos, políticos, ambientais e culturais de África, Caraíbas e Pacífico. Enquanto escritor e investigador, considero a

Estamos interessados na sua opinião e nas suas reacções aos artigos desta edição. Sendo assim, diga-nos o que pensa deles.

revista *O Correio* como uma preciosa ajuda de investigação.

Atenciosamente,

Chiedu Uche Okoye (Estado de Anambra, Nigéria)

**Contacto: *O Correio* - 45, Rue de Trèves 1040 Bruxelas (Bélgica)
email: info@acp-eucourier.info - website: www.acp-eucourier.info**

Campus Euro-Africano de Cooperação Cultural (de 22 a 26 Junho em Maputo)

O primeiro Campus euro-africano de cooperação cultural realizar-se-á de 22 a 26 de Junho de 2009 em Maputo, Moçambique. É um projecto da Fundação Interarts e do Observatório das Políticas Culturais em África (OPCA).

O principal objectivo do Campus é proporcionar um encontro, formação e um ponto de partilha de agentes culturais em África e na Europa para reflectir, transferir conhecimentos, partilhar experiências e discutir possíveis iniciativas conjuntas na área da cooperação cultural, no vasto contexto da contribuição da cultura e do diálogo cultural para o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, a democracia e a redução da pobreza.

O Campus combinará sessões plenárias dedicadas a assuntos transversais em jogo com grupos de trabalho que permitam uma abordagem por sectores. Para mais informações, consulte os sítios web www.interarts.net e www.ocpanet.org ou contacte africa@interarts.net.

Agenda

MARÇO 2009

- 27-29 eLearning África 2009, Dacar (Senegal)
<http://www.elearning-africa.com/>

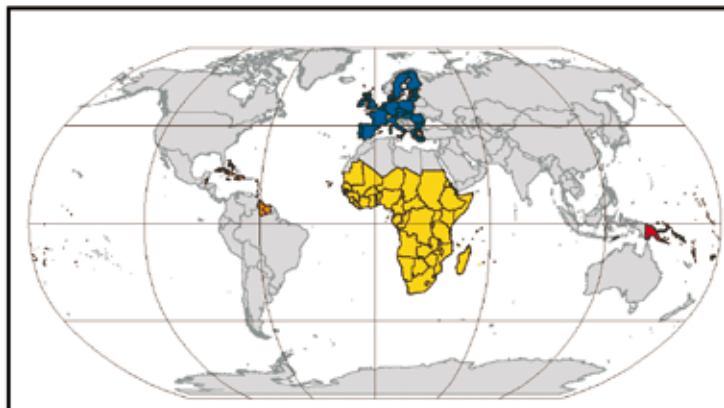
ABRIL

- 1-3 Reuniões de preparação da Assembleia Parlamentar ACP, em Praga (República Checa)
- 1-3 Colóquio Cultural. Os parceiros UE e ACP reúnem-se no Palácio Egmont para discutirem cultura e desenvolvimento, Bruxelas (Bélgica)

MARÇO ABRIL 2009

- 2 “O que oferece a Europa à África?” Os prós e contras dos APE, Londres (Reino Unido)
- 25-27 Conselho de Ministros ACP, Bruxelas (Bélgica)
- 25-29 em o estado das negociações de APE, Bruxelas (Bélgica)
- 25-27 Conselho de Ministros ACP, Bruxelas (Bélgica)
- 28-30 Assembleia Parlamentar Conjunta ACP-UE, Praga (República Checa)
- 30 Cimeira Comercial CARIFORUM-UE, Port of Spain (Trindade e Tobago). ■
- 4-9 Assembleia Parlamentar Conjunta ACP-UE, Praga (República Checa)
- 14-15 CTA/ECPDM, Diálogo sobre os desafios da mutação dos mercados agrícolas no contexto do comércio ACP-UE, Bruxelas (Bélgica)
- 15-16 Secretariado ACP, Reunião dos Chefes Negociadores para examinar

ÁFRICA – CARAÍBAS – PACÍFICO e UNIÃO EUROPEIA



CARAÍBAS

Antígua e Barbuda Baamas Barbados Belize Cuba Domínica Granada Guiana Haiti Jamaica República Dominicana São Cristóvão e Nevis Santa Lucía São Vicente e Granadinas Suriname Trindade e Tobago



PACÍFICO

Cook (Ilhas) Fiji Kiribati Marshall (Ilhas) Micronésia (Estados Federados da) Nauru Niue Palau Papuásia-Nova Guiné Salomão (Ilhas) Samoa Timor Leste Tonga Tuvalu Vanuatu



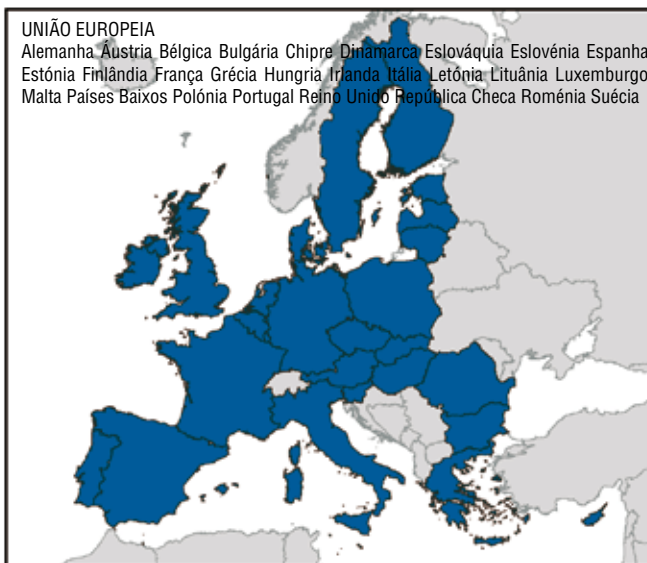
ÁFRICA

África do Sul Angola Benim Botsuana Burquina Faso Burúndi Cabo Verde Camarões Chade Comores Congo (República Democrática) Congo (Brazzaville) Costa do Marfim Djibúti Eritreia Etiópia Gabão Gâmbia Gana Guiné Guiné-Bissau Guiné Equatorial Lesoto Libéria Madagáscar Malawi Mali Mauritânia Maurícia (Ilha) Moçambique Namíbia Níger Nigéria Quênia República Centro-Africana Ruanda São Tomé e Príncipe Senegal Seicheles Serra Leoa Somália Suazilândia Sudão Tanzânia Togo Uganda Zâmbia Zimbabué



UNIÃO EUROPEIA

Alemanha Áustria Bélgica Bulgária Chipre Dinamarca Eslováquia Eslovénia Espanha Estónia Finlândia França Grécia Hungria Irlanda Itália Letónia Lituânia Luxemburgo Malta Países Baixos Polónia Portugal Reino Unido República Checa Roménia Suécia



As listas dos países publicadas pelo **Correio** não prejudgam o estatuto dos mesmos e dos seus territórios, actualmente ou no futuro. **O Correio** utiliza mapas de inúmeras fontes. O seu uso não implica o reconhecimento de nenhuma fronteira em particular e tampouco prejudica o estatuto do Estado ou território.

